

Simone Aparecida da Costa

**Planejamento financeiro pessoal: uma proposta para a saúde
financeira do brasileiro da classe C**

**Universidade Fernando Pessoa
Porto - Portugal
2019**

Simone Aparecida da Costa

**Planejamento financeiro pessoal: uma proposta para a saúde
financeira do brasileiro da classe C**

Universidade Fernando Pessoa

Porto - Portugal

2019

Simone Aparecida da Costa

**Planejamento financeiro pessoal: uma proposta para a saúde
financeira do brasileiro da classe C**

Trabalho apresentado à Universidade Fernando Pessoa como
parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Ciências
Empresariais.

Orientadora: Professora Fátima Rocha.

**Faculdade Fernando Pessoa
Porto - Portugal
2019**

Resumo

Esta dissertação apresenta uma proposta de planejamento financeiro para o brasileiro classe C. O planejamento financeiro pessoal é uma ferramenta importante para que a saúde financeira do indivíduo esteja sob controle. Haja vista que o planejamento expõe a real situação financeira por meio do acompanhamento das receitas e despesas possibilitando ao indivíduo o uso consciente do dinheiro. Além disso, possibilita o planejamento de objetivos a curto, médio e longo prazos de acordo com a capacidade de poupança identificada. A classe C no Brasil é a que possui maior representatividade entre os brasileiros. Também é apontada como a classe mais consumista. É importante destacar que o contexto econômico, principalmente no que se refere à hiperinflação contribuiu de forma sistemática para o pensamento de curto prazo no brasileiro – a memória inflacionária. Adicionalmente, as mudanças de planos econômicos com alteração das moedas influenciaram no modo como os indivíduos compreendem o dinheiro e consequentemente sua utilização. O cenário mudou a partir de 1994 com o Plano Real, mas é desafiador superar um quadro de instabilidade persistente. Diante disso, para organização financeira do brasileiro classe C é proposto um modelo de planejamento financeiro em sete etapas. O controle e planejamento do consumo é crucial para a saúde financeira do brasileiro classe C. Isto posto, o planejamento financeiro pessoal é a ferramenta adequada.

Palavras-chave: planejamento financeiro, inflação, classe C.

Summary

This dissertation presents a proposal of financial planning for Brazilian class C. Personal financial planning is an important tool for the individual's financial health to be under control. Let's see that the planning exposes the real financial situation through the monitoring of revenues and expenses enabling the individual to use the money consciously. In addition, it enables the planning of short-, medium- and long-term objectives according to the savings capacity identified. Class C in Brazil is the one that has the most representativeness among Brazilians. It is also referred to as the most consumerist class. It is important to emphasize that the economic context, especially with regard to hyperinflation, contributed systematically to short-term thinking in Brazilians - the inflationary memory. In addition, changes in economic plans with changes in currencies influenced the way individuals understand money and consequently its use. The scenario changed from 1994 with the Real Plan, but it is challenging to overcome a picture of persistent instability. Therefore, for financial organization of the Brazilian class C, a seven-stage financial planning model is proposed. The control and planning of consumption is crucial for the financial health of the Brazilian class C. This, personal financial planning is the appropriate tool.

Key words: financial planning, inflation, class C.

Agradecimentos

Agradeço à Deus, minha família e a minha professora orientadora Fátima Rocha. À Deus por me proporcionar os meios de realizar este sonho. À minha família pelo apoio incondicional, em especial minha mãe Cristina e meu esposo Gabriel. À professora Fátima pelo zelo, paciência e orientações concisas para construção e viabilização desta dissertação.

Índice

Introdução	1
 Capítulo 1 – Panorama do planejamento financeiro	5
1. O dinheiro e a satisfação das necessidades	5
1.2 Planejamento pessoal e a educação financeira	8
1.3 Planejamento financeiro: definições	10
1.3.1 Orçamento e fluxo de caixa	11
1.4 Fluxo de caixa pessoal	13
1.5 Etapas do planejamento financeiro	16
1.6 Função do planejamento financeiro	21
1.7 Benefícios do planejamento financeiro na prática	22
1.8 Impactos das decisões financeiras no planejamento financeiro pessoal	24
1.8.1 Decisões financeiras: desafio intertemporal	24
1.8.2 Influências no processo decisório	25
1.9 Influências na relação dos brasileiros com o dinheiro	27
1.10 Importância do planejamento financeiro no âmbito da economia	33
 Capítulo 2 – Conjuntura do planejamento financeiro no Brasil	35
2.1 Contexto geral da economia: planos econômicos, inflação e juro	35
2.1.1 Planos econômicos e moedas	36
2.1.2 Impactos da inflação no planejamento financeiro	41
2.1.3 Impactos da taxa de juro no planejamento financeiro	43
2.2 Panorama da educação financeira no Brasil	45
2.2.1 Relevância da educação financeira no planejamento financeiro	47
2.3 Cenário da vida financeira do brasileiro	48
2.3.1 Classes sociais e salário mínimo	50
2.3.2 Síntese da desigualdade de rendimento	53
2.4 Cenário do consumo na classe C e relação com o planejamento financeiro	57
 Capítulo 3: Modelos de planejamento financeiro pessoal	59
3.1 Modelos de planejamento financeiro pessoal	59

3.1.1 Modelo proposto por Torralvo e Souza (2008)	59
3.1.2 Modelo proposto pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários)	68
3.1.3 Modelo proposto pelo aplicativo Mobills	79
3.1.4 Modelo proposto pelo banco privado Itaú Unibanco	83
3.2 Síntese dos modelos de planejamento financeiro expostos	91
3.3 Comparativo entre os modelos de planejamento financeiro apresentados	92
 Capítulo 4 – Proposta de planejamento financeiro para o brasileiro classe C	98
4.1 Premissas da proposta	98
4.2 Planejamento financeiro pessoal para a classe C	100
4.2.1 Etapa 1 – Conhecer a situação financeira atual	100
4.2.2 Etapa 2 – Análise e classificação das despesas para otimização do orçamento	105
4.2.3 Etapa 3 – Construção da reserva de emergência	106
4.2.4 Etapa 4 – Definição dos sonhos/objetivos e prazos	107
4.2.5 Etapa 5 – Proteger o patrimônio	108
4.2.6 Etapa 6 – Realizar e controlar o fluxo financeiro mensal: projetado x realizado	110
4.2.7 Etapa 7 – Agir e monitorar o progresso: controlar	110
4.3 O planejamento financeiro pessoal como ferramenta de saúde financeira para o brasileiro classe C	111
 Conclusão	115
 Bibliografia	121
 Anexos	127

Índice de Tabelas

Tabela 1.1 – Influências no processo decisório	26
Tabela 1.2 – Consumir x poupar: significados e sentimento antagônicos	29
Tabela 2.1 – Planos econômicos e moedas utilizadas	40
Tabela 2.2 – Classes sociais por faixa de salário mínimo	51
Tabela 2.3 – Salários Mínimos no Brasil (1994-2018)	52
Tabela 2.4 – Índice de Gini no Brasil (1981-2017)	55
Tabela 3.1 – Planejamento financeiro pessoal para os próximos 12 meses ..	66
Tabela 3.2 – Controle do orçamento mensal: previsto x realizado	67
Tabela 3.3 – Balanço patrimonial pessoal	70
Tabela 3.4 – Fluxo de caixa identificação das receitas e despesas	72
Tabela 3.5 – Planejamento dos sonhos e objetivos	76
Tabela 3.6 – Planejamento financeiro pessoal	78
Tabela 3.7 – Planilha de orçamento Pessoal Mobills	129
Tabela 3.8 – Comparativo modelos: etapas do planejamento financeiro	93
Tabela 3.9 - Comparativo modelos: correlação das etapas do planejamento financeiro	95
Tabela 4.1 – Levantamento e identificação das receitas e despesas	102
Tabela 4.2 – Levantamento e classificação das dívidas	104
Tabela 4.3 – Classificação das despesas e definição de plano de ação	106
Tabela 4.4 - Planejamento dos sonhos/objetivos	108
Tabela 4.5 – Identificação dos bens e definição de coberturas mínimas	109

Índice de Figuras

Figura 1.1 – Pirâmide de Maslow	6
Figura 1.2 – Fluxo de caixa pessoal	127
Figura 2.1 - Inflação anual acumulada no Brasil de 1980 a 1994	42
Figura 2.2 – Inflação anual acumulada no Brasil de 1995 a 2017	43
Figura 2.3 – Taxa Selic no Brasil ao ano (1996-2018)	44
Figura 3.1 – Dashboard aplicativo Mobills no smartphone	128

Introdução

A relação que todo ser humano tem com o dinheiro é intrínseca à sua sobrevivência. Por isso, torna-se importante ter disciplina e planejamento para administrar este recurso com o objetivo de atender, no mínimo, as condições básicas para a sobrevivência.

O planejamento financeiro apoia e proporciona insumos para o entendimento e conscientização da situação financeira do indivíduo e o auxilia na tomada de decisões. Para realizar um planejamento financeiro é necessário que exista certa previsibilidade das receitas e despesas. Sendo assim, pode-se dizer que a inflação é um fator que pode afetar diretamente o planejamento do consumo e consequentemente a organização financeira. É possível também citar o juro como fator influenciador.

Num passado recente houve quinze anos de inflação alta no Brasil. Os preços eram remarcados pelos comerciantes, e a população para evitar os preços cada vez mais altos, adquiriam os produtos sempre que tinham recursos disponíveis, pois poupar tinha uma conotação negativa. Quem guardasse dinheiro para o dia seguinte poderia não conseguir adquirir o bem ou serviço previsto pois, devido a inflação, o preço havia aumentado. Desse modo, não havia condições favoráveis para realização de um planejamento financeiro eficaz.

Ainda, as mudanças de planos econômicos com alteração das moedas, influenciaram no modo como os indivíduos compreendem o dinheiro e consequentemente sua utilização. É fato afirmar que a hiperinflação contribuiu de forma sistemática para o pensamento de curto prazo no brasileiro – a memória inflacionária. O cenário mudou a partir de 1994 com o Plano Real, mas é desafiador superar um quadro de instabilidade persistente.

Outro fator fundamental é a educação financeira, um grande desafio no Brasil. Fazendo-se uma analogia, para se ter saúde física é preciso conhecer o corpo e suas limitações assim como quais alimentos devem ser priorizados em detrimento de outros para se ter uma vida saudável e equilibrada. O mesmo pode se dizer da saúde financeira adquirida por meio da educação financeira. Primeiro é preciso conhecer a situação real e

suas limitações para assim desenhar o plano de ação a ser seguido e manter-se fiel. Determinar as limitações é fundamental para uma vida financeira equilibrada.

O planejamento financeiro pessoal é uma ferramenta importante para que a saúde financeira do indivíduo esteja sob controle. Haja vista que o planejamento expõe a real situação financeira por meio do acompanhamento das receitas e despesas possibilitando ao indivíduo o uso consciente do dinheiro. Além disso, possibilita o planejamento de objetivos a curto, médio e longo prazos de acordo com a capacidade de poupança identificada.

Frente ao exposto este trabalho pretende apresentar uma proposta de planejamento financeiro para o brasileiro, especificamente para o público da classe C. É importante destacar, de acordo com o Dicionário (2018) a definição mais usual para classe social refere-se ao grupo limitado de pessoas que constituem um mesmo nível e poder econômico, além de terem acesso a oportunidades, opções de lazer e entretenimento diferenciados. No Brasil, o principal critério para definição da classe social é o rendimento, portanto, o número de salários mínimos que cada indivíduo recebe.

De acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018) a classe C no Brasil é constituída por indivíduos com rendimento a partir de 4 e até 10 salários mínimos (de R\$ 3.748,01 a R\$ 9.370,00, aproximadamente). A escolha do público é justificada devido à sua representatividade. De acordo com Fellet (2010) a classe C representa 50,5% dos brasileiros e em função do crescimento do consumo é chamada pela expressão de “nova classe média”.

Neste cenário de superação da hiperinflação, dos sucessivos planos econômicos com trocas de moedas e o desafio da educação financeira procura-se responder ao problema: qual o planejamento financeiro adequado para o brasileiro classe C visando a saúde financeira deste público?

Para responder este questionamento este trabalho emprega a metodologia com design exploratório e descritivo utilizando dados secundários com análise quantitativa e qualitativa.

O objetivo geral deste trabalho é propor um modelo de planejamento financeiro pessoal para o brasileiro da classe C que facilite o controle e acompanhamento de seu orçamento possibilitando o planejamento de objetivos de curto, médio e longo prazos, fornecendo ferramentas para auxiliar nesta disciplina.

Para isso, pretende-se como objetivos específicos:

- Apresentar um panorama do planejamento financeiro envolvendo a relação do dinheiro e as necessidades humanas; orçamento e fluxo de caixa; função e benefícios; influências no processo decisório.
- Expor o contexto do planejamento financeiro no Brasil: impactos da inflação e juro, panorama da educação financeira, classes sociais e cenário de consumo.
- Verificar modelos de planejamento financeiro pessoal, indicados pelos autores de finanças e entidades financeiras.
- Apresentar uma proposta de planejamento financeiro para o brasileiro da classe C.

A escolha do tema sucedeu para evidenciar aos brasileiros classe C a importância do planejamento financeiro pessoal de forma prática. O planejamento proporcionará conhecimento da real situação financeira, viabilizará a tomada de decisões de consumo consciente e de forma planejada, assim como a organização de objetivos de curto, médio e longo prazos identificando a capacidade de poupança necessária para tais conquistas. Além disso, auxiliará no controle e gestão do orçamento.

A relevância do trabalho consiste em demonstrar aos brasileiros a importância de conhecer o fluxo financeiro para tomada de decisões evitando assim o descasamento do orçamento e a constituição de dívidas desnecessárias. Ainda, proporcionará o planejamento dos sonhos projetando a capacidade de poupança mensal necessária para tal realização. Para isso, o acompanhamento metódico e disciplinado do orçamento mensal projetado versus realizado é fundamental, pois permitirá corrigir as distorções e como mencionado, planejar o futuro.

Para o cumprimento do objetivo principal e objetivos específicos anteriormente mencionados, o desenvolvimento deste trabalho está estruturado em quatro capítulos. O Capítulo 1 apresenta um panorama do planejamento financeiro, ou seja, os principais conceitos relacionados ao tema da pesquisa. O Capítulo 2 expõe o contexto do planejamento financeiro no Brasil demonstrando os impactos da inflação, juro, educação financeira, classes sociais e o cenário de consumo. O Capítulo 3 analisa criticamente alguns modelos de planejamento financeiro pessoal indicados pelos autores de finanças e entidades financeiras. O Capítulo 4 apresenta uma proposta de planejamento financeiro para o brasileiro da classe C.

Capítulo 1 – Panorama planejamento financeiro

No presente capítulo são expostos os principais conceitos relacionados ao tema de pesquisa. Inicia-se evidenciando a relação entre o dinheiro e a satisfação das necessidades humanas. Em seguida, apresenta-se o planejamento financeiro pessoal e o tema educação financeira. Na sequência são apresentadas as definições do tema planejamento financeiro assim como dos assuntos que o norteiam, como orçamento e fluxo de caixa. Logo após são descritas as etapas do planejamento financeiro assim como as funções e os benefícios. Seguidamente, é descrito os impactos das decisões financeiras no planejamento financeiro pessoal e as influências no processo decisório. No que se refere ao Brasil, é destacado a relação que os brasileiros têm com o dinheiro e a importância do planejamento financeiro para a economia do país.

1. O dinheiro e a satisfação das necessidades

A relação que todo ser humano tem com o dinheiro é intrínseca à sua sobrevivência. Para se alimentar precisa-se de recursos para adquirir o alimento desejado. No que se refere à moradia, é preciso investir para obter um imóvel. Estes são apenas alguns exemplos que expressam a relação de dependência que todo o indivíduo tem com o dinheiro e que tem por base a satisfação de um número vasto de necessidades.

De acordo com Toledo (2012, p. 17) “o dinheiro é um elemento de troca facilitador das relações interpessoais, que acompanha a evolução da comunicação humana e é movido por nossa emoção.”

O dinheiro é apontado como elemento de troca, logo é necessário o indivíduo ter ciente o que possui para realizar essa transação pensando não só no presente, mas também no futuro, e ainda, considerando o que ocorreu no passado. Além disso, é preciso ter sabedoria para controlar as emoções.

Por isso, torna-se importante ter disciplina e planejamento para administrar este recurso com o objetivo de atender, no mínimo, as condições básicas para a sobrevivência. Assim, faz-se necessário estabelecer prioridades.

Pode-se apresentar como uma proposta de prioridades a pirâmide de Maslow. Abraham Harold Maslow foi um psicólogo norte-americano referência em estudos sobre as necessidades humanas. Em um de seus estudos, segundo Periard (2011), Maslow propôs uma pirâmide que descreve uma hierarquia de necessidades humanas na qual as necessidades de nível mais baixo devem ser satisfeitas antes das de nível mais elevado. Em síntese, a base da pirâmide corresponde às necessidades fisiológicas, acima está a de segurança, em seguida a questão social, depois está a estima e no topo a autorrealização conforme demonstrado na Figura 1.1.

A teoria de Maslow é conhecida como uma das mais importantes teorias de motivação. Para ele, as necessidades dos seres humanos obedecem a uma hierarquia, ou seja, uma escala de valores a serem transpostos. Isto significa que, quando o indivíduo realiza uma necessidade, surge outra em seu lugar, exigindo sempre que as pessoas busquem meios para satisfazê-la. Segundo Serrano (2011), Maslow afirma que poucas ou nenhuma pessoa procurará reconhecimento pessoal e status se suas necessidades básicas estiverem insatisfeitas.

Figura 1.1 – Pirâmide de Maslow.



Fonte: Serrano (2011).

Pode-se observar na base da pirâmide as necessidades fisiológicas, imprescindíveis para a sobrevivência humana, tais como alimentação, sono, respiração e homeostase. Desta forma, o dinheiro deve ser primeiramente utilizado para suprir estas condições indispensáveis à vida.

Em seguida, temos as necessidades de segurança que remetem ao fato de o indivíduo se sentir seguro em relação ao emprego, saúde e família.

No que se refere as necessidades sociais, pode-se afirmar que estão ligadas a manutenção de relações humanas com harmonia, como, por exemplo, sentir-se parte de um grupo, receber carinho e afeto dos familiares e amigos.

As necessidades de estima remetem a questões mais íntimas do ser humano. Nesta fase sente-se a necessidade de reconhecimento de familiares e amigos seja no âmbito pessoal ou profissional.

No topo da base têm-se as necessidades de autorrealização que englobam questões como moralidade, ausência de preconceitos e autoavaliação.

A pirâmide de Maslow apresenta um comportamento motivacional no qual a necessidade cria estímulos que levam os seres humanos à ação com o objetivo de satisfazer a necessidade em questão.

Segundo Serrano (2011) o comportamento humano, neste contexto, foi objeto de análise pelo próprio Taylor, quando enunciava os princípios da Administração Científica. A diferença entre Taylor e Maslow é que o primeiro somente enxergou as necessidades básicas como elemento motivacional, enquanto o segundo percebeu que o indivíduo não sente, única e exclusivamente necessidade financeira.

Pode-se afirmar assim, que existe uma relação intrínseca entre o dinheiro e a emoção no que tange às necessidades referidas na pirâmide de Maslow.

Toledo (2013, p. 18) afirma que “o dinheiro por si só, não tem a capacidade de dizer para onde quer ir; somos nós que determinamos isso por meio de escolhas. Por isso torna-se importante ter a consciência da influência das próprias emoções no uso do dinheiro.”

As emoções controlam as ações e, conseqüentemente como será utilizado o dinheiro. De acordo com o ICF - Instituto de Coaching Financeiro (2018) controlar nossas emoções financeiras é ter-se um propósito extremamente bem definido com o dinheiro. Saber o motivo exato pelo qual trabalhamos, investimos e consumimos.

Desta forma o indivíduo precisa conhecer os seus objetivos e a partir desse momento, definir como irá alcançá-los. Para isso, torna-se importante o planejamento pessoal.

1.2 Planejamento pessoal e a educação financeira

De acordo com a definição da OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico - citada por Torralvo et al. (2018, p. 140), a educação financeira é:

Um processo mediante o qual os indivíduos e a sociedade melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, a ser desenvolvido por meio de três vertentes: formação, informação e orientação. Passam a desenvolver os valores e as competências necessárias para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informados, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro.

Portanto, pode-se inferir que a educação financeira é o principal fator para conscientização da importância e realização do planejamento financeiro pessoal.

O planejamento pessoal consiste em o indivíduo estabelecer o que pretende fazer, o que pretende ser e o que pretende ter ao longo da vida e manter-se no controle, portanto, é ter um planejamento. Torralvo et al. (2018) diz que estar com a posse de dinheiro não assegura o poder de gastá-lo livremente, especialmente se esse dinheiro decorrer de empréstimo ou financiamento. A plena consciência sobre o momento de gastar e o quanto

gastar, de um determinado montante de recursos à disposição, é tão sublime e libertador quanto ter igual consciência sobre o momento de poupar, o quanto poupar e em que investir a parcela do rendimento que tenha sido poupado.

Esta capacidade de poupar decorre da administração bem-sucedida do dinheiro. Ocorre quando se poupa periodicamente certa quantidade de recursos. Pode-se dizer que é a parcela do rendimento ou do património que não é consumida.

O rendimento é constituído pelo total de recursos recebidos periodicamente por um indivíduo ou uma empresa como remuneração pelo trabalho ou prestação de serviços realizados. O património, por sua vez é composto pelo conjunto de bens, direitos e obrigações pertencentes a um indivíduo ou empresa.

Frente ao exposto, para administrar adequadamente os recursos financeiros à luz de suas necessidades, gerando capacidade de poupança, os indivíduos precisam de educação financeira para tomar as decisões financeiras conscientes.

Ainda, de acordo Torralvo et al. (2018, p. 427):

Com a educação financeira o consumidor passa a ter uma visão mais consciente de sua relação com o dinheiro. A ideia principal é que as pessoas precisam avaliar sua capacidade de consumo à luz da capacidade financeira. Em outras palavras, a educação financeira fornece instrumentos para uma melhor tomada de decisão em relação ao consumo, levando as pessoas a terem uma mudança na forma de lidar com o dinheiro e pensar no futuro.

O consumo de fato é o que se gasta, é a despesa. A educação financeira dá luz ao uso consciente do rendimento que é a receita. Para este uso racional é necessário um planejamento como forma de controle e organização.

1.3 Planejamento financeiro: definições

Segundo Torralvo et al. (2018, p. 3) “o planejamento financeiro é o processo de formulação de estratégias para auxiliar os indivíduos a gerenciarem seus assuntos financeiros para atingirem seus objetivos de vida.”

O Planejamento financeiro é justamente a ação de elaborar um plano, determinar etapas, procedimentos ou meios que devem ser usados para atingir os objetivos e metas financeiras, seja para a vida pessoal ou familiar.

A palavra “financeiro” remete ao vocábulo finanças que, segundo Gitman (2010, p. 3):

Pode ser definido como “a arte e a ciência de administrar o dinheiro”. Praticamente todas as pessoas físicas e jurídicas ganham ou levantam, gastam ou investem dinheiro. Finanças diz respeito ao processo, às instituições, aos mercados e aos instrumentos envolvidos na transferência de dinheiro entre pessoas, empresas ou órgãos governamentais. A maioria dos adultos se beneficiará ao compreender este termo, pois isto lhe dará condições de tomar melhores decisões financeiras pessoais. Aqueles que atuam fora desta área também se beneficiarão ao saber interagir de forma eficaz com administradores, processos e procedimentos financeiros.

Fica evidente a necessidade de ter educação financeira para uso consciente do dinheiro por meio de um planejamento financeiro. Assim, será possível realizar o consumo de forma adequada.

Segundo o Caderno de Educação Financeira e Gestão de Finanças Pessoais (2013) estamos constantemente em conflito entre o que desejamos adquirir e o que nossos recursos financeiros permitem. Tal conflito exige que planejemos nosso consumo. É perceptível que os desejos são ilimitados, enquanto os recursos são limitados. Temos o conflito entre consumir hoje ou poupar e postergar o consumo. Muitas vezes, queremos consumir mais do que nosso rendimento atual nos permite. Muitos não se conseguem controlar e acabam se endividando de maneira irresponsável. Consumir não é errado; pelo contrário, o consumo atende as necessidades e desejos dos indivíduos. O consumo possibilita que se alcance os sonhos, como, por exemplo, realizar a viagem tão desejada,

comprar o carro tão sonhado. Para evitar que o dilema entre o querer e o poder coloque o indivíduo numa situação financeira complicada, deve-se planejar o consumo.

Para isso, como instrumento para organização e planejamento pode ser utilizado o orçamento e o fluxo de caixa.

1.3.1 Orçamento e fluxo de caixa

O planejamento financeiro permite que se planeje o consumo, controlando assim as despesas, beneficiando as receitas. Para isso, é necessário que inicialmente o indivíduo faça um orçamento.

O orçamento pode ser visto como uma ferramenta de planejamento financeiro pessoal que contribui para a realização de sonhos e projetos. Para que se tenha um bom planejamento, é necessário saber aonde se quer chegar; é necessário internalizar a visão de futuro trazida pela perspectiva de realização de algum projeto e estabelecer metas claras e objetivas, as quais geralmente precisam de recursos financeiros para que sejam alcançadas ou para que ajudem a atingir objetivos maiores. Por isso, é importante que toda movimentação de recursos financeiros, incluindo todas as receitas (rendimento), todas as despesas (gastos) e todos os investimentos, esteja anotada e organizadas segundo o Caderno de Educação Financeira e Gestão de Finanças Pessoais (2013, p. 36).

É possível indicar a organização como ponto de partida de um orçamento. O indivíduo deve anotar todas as receitas e despesas que possui mensalmente. Concomitantemente é preciso analisar e identificar se há o equilíbrio, ou seja, a receita é igual a despesa. Pode existir ainda a capacidade de poupança quando a receita é maior que a despesa. O cenário de alerta ocorre quando a despesa é maior que a receita, tem-se aí o desequilíbrio.

Sem dúvida alguma, preparar um orçamento é a primeira atitude que o indivíduo deve ter para assumir o controle da vida econômico-financeira. Trata-se simplesmente de projetar suas receitas e despesas de modo a verificar o quanto sobra ou falta (Winograd, 2009).

Para apoio na organização e controle do orçamento pode ser utilizado o fluxo de caixa. De acordo com Neto (2002) o fluxo de caixa é um instrumento que possibilita o planejamento e o controle de recursos financeiros e é indispensável em todo o processo de tomada de decisões financeiras. Trata-se de um instrumento que relaciona os ingressos e saídas (desembolsos) de recursos monetários em determinado período. A partir da elaboração do fluxo de caixa é possível prognosticar eventuais excedentes ou escassez de caixa, determinando-se medidas saneadoras a serem tomadas.

O orçamento juntamente com o fluxo de caixa são métodos a serem utilizados para controle do uso do dinheiro que se complementam entre si. A principal diferença entre as duas ferramentas refere-se à data em que uma despesa ou receita é lançada, e, portanto, reconhecida na ferramenta. Segundo Paula (2013) o orçamento utiliza o chamado regime de competência, enquanto o fluxo de caixa utiliza o regime de caixa.

No regime de competência, uma despesa ou receita é reconhecida quando o fato gerador do desembolso ou ganho ocorre e independente das condições de pagamento. Por exemplo, supondo que um indivíduo adquiriria um veículo, o fato gerador corresponde à emissão da nota fiscal de venda. É neste momento que se pode considerar que a compra foi efetivada pelo regime de competência. Neste exemplo, se o indivíduo tivesse adquirido o veículo por R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e a nota fiscal fosse emitida no mês de janeiro, este seria o valor lançado no orçamento do referido mês. Contudo, pode-se inferir que este recurso pode não ter sido desembolsado totalmente no mês de janeiro se, por exemplo, o indivíduo realizou um financiamento.

No regime de caixa considera-se efetivamente o que se desembolsou ou recebeu em determinado período. Supondo que o indivíduo do exemplo acima tenha adquirido o veículo contemplando uma entrada de R\$ 10.000,00 e o restante do valor fora financiado em trinta e seis vezes de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) com os devidos juros. No fluxo caixa, o indivíduo lançaria o valor da entrada no mês de janeiro, mês no qual adquiriu o veículo e desembolsou o valor da entrada de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). A partir de fevereiro seriam lançados os R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) mensalmente.

Pode-se dizer que no controle orçamentário é considerado todo o valor da despesa ou receita no momento do fato, ou seja, considera um único período. Neste caso, para indivíduos que possuem dificuldade no controle de gastos, o planejamento do orçamento pode ficar comprometido. No caso de um financiamento por exemplo, cujo desembolso é mensal, se apresentado numa única vez pode mostrar insuficiência de saldo no orçamento, o que pode não refletir a realidade. De fato, segundo Paula (2013) este método é recomendado para indivíduos que possuem destreza no planejamento financeiro.

O fluxo de caixa, por sua vez, apresenta uma visão ampla do que efetivamente se tem de receita ou despesa num determinado período. Em contrapartida, existe a desvantagem de num mês apresentar capacidade de poupança, ou seja, receitas maiores que despesas, havendo um financiamento em andamento, como no caso do veículo citado. É importante considerando a visão de curto, médio e longo prazo. Para isso o indivíduo precisa ter ciência todas as dívidas para não se comprometer no curto prazo e envolver-se em dívidas maiores. É recomendado para quem precisa ter disciplina nos custos, ou seja, geralmente, quem está começando no planejamento financeiro de acordo com Paula (2013).

Optou-se pelo fluxo de caixa neste projeto pois este método reflete a realidade das despesas e receitas em períodos determinados. Com este modelo será possível avaliar necessidades de empréstimo (caso a despesa seja maior que a receita) e possibilidades de investimento (caso a receita seja maior que despesa), considerando sempre o contexto geral das dívidas. Além disso, segundo Paula (2013) garante-se um histórico da vida financeira do indivíduo, possibilitando projetar períodos futuros.

1.4 Fluxo de caixa pessoal

O orçamento pessoal pode ser baseado no fluxo de caixa, conforme apresentado na planilha de controle formulada pela B3¹, traduzida pela Figura 1.2 disposta no Anexo A.

¹ A B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão é uma empresa provedora de infraestrutura para o mercado financeiro. Oferece serviços de negociação (bolsa), pós-negociação (*clearing*), registro de operações de balcão e de financiamento de veículos e imóveis. Foi criada em março de 2017 a partir da combinação de atividades da BM&FBOVESPA, bolsa de valores, mercadorias e futuros, com a CETIP, empresa prestadora de serviços financeiros no mercado de balcão organizado (Portal B3, 2018).

O primeiro quadro da proposta de planejamento financeiro pessoal corresponde às receitas, ou seja, os proventos. São eles:

- Salário: é a remuneração, ou seja, o dinheiro, que os indivíduos recebem por exercerem determinada função a um empregador. No Brasil, em se tratando de empresas públicas e privadas, o salário geralmente é mensal e determinado, portanto, previsível. Ao passo que os trabalhadores autônomos não possuem garantia de rendimento.
- Aluguel: remuneração proveniente da cessão de um bem por período determinado. Exemplo: um indivíduo que aluga uma casa tem o direito de receber os proventos do indivíduo que realizou a locação. Habitualmente é firmado mediante contrato, com preço e período determinado. Portanto, trata-se de um rendimento previsível.
- Pensão: trata-se do rendimento que é pago periodicamente a alguém por força maior, como por exemplo, leis governamentais.
- Horas extras: pagamento adicional ao salário caso a jornada de trabalho seja superior ao determinado em contrato.
- 13º salário: no Brasil, o trabalho com registro em carteira tem direito a receber o décimo terceiro salário. Trata-se de um benefício válido para o empregado rural, urbano, doméstico, avulso, temporário e os pensionistas e aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
- Férias: no Brasil, as férias são um direito constitucional do trabalhador pelo qual, após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, têm-se o direito a 30 dias de descanso remunerados.

O segundo bloco da proposta de fluxo de caixa corresponde aos investimentos.

Em síntese, existem diferentes tipos de investimentos disponíveis no mercado financeiro, que podem ser classificados conforme o perfil de quem deseja investir. De acordo com o Dicionário Financeiro (2018) é preciso considerar que existem duas classificações principais que se encaixam os investimentos:

- Renda fixa: são investimentos em que os rendimentos são conhecidos desde o início, por um indexador, como é o caso da tradicional Poupança.

- Renda variável: são investimentos em que seus rendimentos são incertos quando aplicado o capital, como, por exemplo, ao se adquirir ações de uma empresa.

Considerando estas duas classificações é possível perceber que a renda fixa proporciona maior segurança, enquanto os de renda variável possui maiores riscos.

De fato, o investimento poderá ser realizado apenas quando existir a capacidade de poupança no fluxo de caixa. Doutra forma, não haverá recursos para investimento.

O terceiro bloco do fluxo de caixa é composto pelas despesas. São elas:

- Fixas: aquelas cujo montante é constante nos períodos. Exemplos: aluguel, prestação da casa, condomínio, seguro do carro, plano de saúde, custo com faculdade, entre outros.
- Variáveis: despesas que estão intrinsecamente ligadas a quantidade do consumo. Exemplos: contas de água, luz, telefone, despesas com alimentação, transporte, cuidados pessoais, entre outras.
- Extras: despesas esporádicas ocasionadas por evento não previsto como, por exemplo, custos com medicamentos ocasionado por doença. Há também as que podem ser provisionadas como os custos da manutenção de veículo.
- Adicionais: despesas que podem ser programadas e não necessariamente precisam ocorrer todos os meses como, por exemplo, lazer e vestuário.

O fluxo de caixa apresenta o saldo de todos os blocos: receitas, investimentos e despesas individualmente. Desta forma, é possível identificar onde se concentram os maiores gastos e avaliar a possibilidade de redução. Além disso, a planilha auxilia na visualização da evolução das receitas e despesas mês a mês. Com isso, é possível realizar previsão com maior assertividade e controlar os custos.

A organização do fluxo de caixa é uma das etapas mais importantes no processo de planejamento financeiro, pois com ela é possível prever se o orçamento está deficitário, superavitário ou equitativo. O fluxo de caixa deficitário corresponde aqueles indivíduos

que gastam mais do que ganham, ou seja, quando a despesa é maior que a receita. Ao passo que o superavitário corresponde aos indivíduos que possuem capacidade de poupança, ou seja, quando as receitas são maiores que as despesas. Quando equitativo, os valores das receitas são iguais às despesas e tem-se um grande risco de qualquer eventualidade desequilibrar o orçamento.

Pode-se afirmar que o planejamento financeiro não se resume apenas ao fluxo de caixa, mesmo este sendo a principal ferramenta de controle, existindo etapas que devem ser seguidas para garantir o equilíbrio financeiro e consequentemente a capacidade de poupança.

1.5 Etapas do planejamento financeiro

Conhecer as etapas do planejamento financeiro é de suma importância para os indivíduos no que diz respeito à organização financeira. Ter disciplina e controle sobre o orçamento é um grande desafio e saber como iniciar é um importante passo para a conquista da saúde financeira.

No âmbito pessoal, para se ter saúde física, é necessário conhecer o corpo e suas limitações e assim evitar exposição à riscos que possam levar a doenças e consequentemente à morte. O mesmo pode ser dito da saúde financeira, trata-se de um processo de autoconhecimento, conhecimento financeiro, para saber as restrições no que se refere aos recursos que se possui para assim determinar as limitações que podem ser de curto, médio e longo prazo.

Desse modo, pode-se determinar as etapas do planejamento financeiro como:

- 1) Visão geral das finanças.

A princípio é importante definir quais são as receitas e suas fontes para determinar se são fixas ou variáveis assim como as despesas. É preciso anotar para ter visão geral das finanças.

2) Utilização de fluxo de caixa

Em seguida, é preciso inserir as informações das receitas e despesas num fluxo de caixa, como o citado na Figura 1.2, disponível no Anexo A, para compreender a situação financeira, ou seja, se há ou não capacidade de poupança.

3) Análise do fluxo de caixa

Após inserir os dados no fluxo de caixa o indivíduo conseguirá observar, por exemplo, quais são as despesas supérfluas que podem ser extinguidas ou ainda despesas que podem ser reduzidas se planejadas devidamente, como, por exemplo, os custos de manutenção e impostos de veículo automotor. Além disso, será possível obter-se uma visão geral de todas as dívidas assim como o tempo necessário para quitá-las considerando o rendimento.

4) Determinação dos objetivos de curto, médio e longo prazo

O planejamento financeiro só é efetivo quando visto no âmbito de curto, médio e longo prazo. Giaretta (*cit. in* Gitman 1997) diz, "os planos financeiros de curto prazo, são ações planejadas para um período curto (de um a dois anos) acompanhado da previsão de seus reflexos financeiros. Os planos de longo prazo, são ações financeiras projetadas para um futuro distante acompanhado da previsão de seus reflexos financeiros. Tais planos tendem a cobrir um período de dois a dez anos."

Desta forma, para nortear o planejamento, o indivíduo pode-se segregá-lo em:

a) Planejamento de curto prazo: objetivos a serem atingidos no prazo de um ano. Para isso, devem ser condizentes com a situação financeira do indivíduo. O planejamento de curto prazo auxilia na prevenção de imprevistos pois possibilita planejar e prever os custos do período de um ano com base no passado e com isso projetar o futuro. Todos os custos citados no fluxo de caixa da Figura 1.2, disponível no Anexo A, são passíveis de previsibilidade e, portanto, de controle.

b) Planejamento de médio prazo: pode ser compreendido entre o prazo de 1 a 5 anos. Para ser factível, o projeto deve ser compatível com a capacidade financeira do indivíduo. Pode-se citar como exemplo a aquisição de um veículo automotor que, a depender da condição financeira, pode ser adquirido à vista ou parcelado. Como outros exemplos pode-se citar uma viagem, uma graduação universitária ou ainda uma especialização.

c) Planejamento de longo prazo: pode ser entendido como objetivos a serem atingidos num prazo superior a 5 anos, como, por exemplo, a compra de um imóvel.

A grande vantagem do planejamento de médio e longo prazo é que os recursos destinados a estes objetivos podem estar investidos, rendendo, assim, juros, aumentando o volume financeiro detido.

A determinação dos objetivos é importante para que o planejamento financeiro reflita as necessidades de curto, médio e longo prazo minimizando imprevistos e, para isso, exige-se muita disciplina.

5) Planejar o consumo

Uma vez determinados os objetivos de curto, médio e longo prazo, é importante planejar o consumo. De acordo com o Caderno de Educação Financeira e Gestão de Finanças Pessoais (2013) o consumo planejado permite:

- a) Controlar o endividamento pessoal: uma vez que o indivíduo esteja consciente de suas receitas e despesas pode-se obter um controle maior dos impulsos pois tem-se a visão geral das condições financeiras. Uma vez que passe por imprevisto poderá sair-se melhor, pois possui a maior parte dos custos planejados o que evita o endividamento.
- b) Apoiar na preservação e aumento do património: o planejamento permite disciplina no controle de custos. É provável que o indivíduo que realize o planejamento financeiro consciente possua maior capacidade de poupança e, assim, possibilidade da manutenção dos bens e aumento do património.

- c) Eliminar gastos desnecessários: o planejamento permite prever o que realmente é necessário e assim, eliminar gastos supérfluos, como por exemplo a aquisição de uma nova roupa sem necessidade apenas porque a roupa estava em promoção.
- d) Utilizar o crédito de maneira consciente: o planejamento financeiro possibilita a otimização o uso do crédito reduzindo assim, o pagamento de juros, multas e outros encargos associados.
- e) Maximizar os recursos disponíveis: a pesquisa de preços em geral é importante para o uso consciente do dinheiro. É importante pesquisar e negociar antes de realizar as compras.

O consumo planejamento permite adquirir somente de facto aquilo que se necessita evitando assim imprevistos e descontrolo financeiro.

6) Proteger o património

Proteger o património é tão importante quanto conquistá-lo. À medida que os bens patrimoniais tangíveis vão crescendo, é importante ter um seguro para garantir que o bem não seja perdido. Pode-se citar o seguro de automóvel no qual o indivíduo está protegido de roubo, furto, danos morais e materiais além de avarias. Trata-se de imprevistos que não são contemplados no planejamento financeiro, por isso, uma proteção sob medida é importante para garantir a cobertura do bem.

Pode-se citar ainda, o seguro de vida, importante para manutenção do padrão de vida da família na falta do principal provedor, evita-se assim, aquisição de créditos e consequentemente dívidas. Ainda, é possível destacar o seguro residencial cuja cobertura contempla variadas avarias no imóvel, o que reduz custos de manutenção. No Brasil, para adquirir seguros é preciso procurar empresas certificadas pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados; no Brasil, apenas estas instituições estão autorizadas a comercializar seguros e assumir riscos dos contratantes. É importante pesquisar para ter as coberturas adequadas às reais necessidades de cada indivíduo.

7) Realizar o investimento adequado

Havendo capacidade de poupança é importante investir os recursos para que estes, rendam juros e corroborem para o aumento do património. Em síntese, para investir o indivíduo precisa conhecer:

- a) O perfil de investidor: no Brasil, segundo o Caderno de Educação Financeira e Gestão de Finanças Pessoais (2013) o investidor pode ser classificado em três diferentes perfis, de acordo com a sua disposição para aceitar riscos, sua preferência por liquidez e expectativa de rentabilidade. São eles:
 - Conservador: o indivíduo privilegia a segurança e faz todo o possível para diminuir o risco de perdas, aceitando, inclusive, uma rentabilidade menor.
 - Moderado: o indivíduo procura um equilíbrio entre segurança e rentabilidade e está disposto a correr certo risco para que o seu dinheiro renda um pouco mais do que as aplicações mais seguras.
 - Arrojado: o indivíduo privilegia a rentabilidade e é capaz de correr grandes riscos para que seu investimento renda o máximo possível.
- b) Objetivos de investimento: existem duas principais modalidades de investimentos como citada anteriormente: renda fixa e renda variável. A determinação do objetivo vai auxiliar na seleção do investimento adequado, correndo-se apenas o risco necessário.
- c) Prazo do investimento: o horizonte da aplicação é um fator decisivo na definição do investimento mais apropriado a cada indivíduo, pois o tempo em que o recurso ficará aplicado poderá influenciar na rentabilidade e até na tributação de acordo com o Caderno de Educação Financeira e Gestão de Finanças Pessoais (2013).
- d) No Brasil é importante que o produto de investimento esteja autorizado pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários e que a instituição que o comercialize esteja autorizada pelo Banco Central do Brasil.

Ainda, no Brasil é possível buscar o auxílio de um gerente de conta ou especialista em investimento para realizar a aplicação adequada.

8) Acompanhamento e revisão do planejamento financeiro

Além da disciplina no controle dos gastos é importante ter observância constante do planejamento financeiro pois condições alheias à vontade do indivíduo podem impactá-lo, como por exemplo, o desemprego, doença na família, entre outros. O acompanhamento próximo, permite os ajustes necessários a tempo de influenciar minimamente os objetivos traçados. Outro aspecto a considerar é o estilo de vida do indivíduo, se solteiro, terá determinada necessidade, se casado os anseios podem ser diferentes.

É imprescindível destacar que inicialmente o planejamento financeiro visa o equilíbrio, portanto, se as despesas foram maiores que as receitas o primeiro passo é se planejar para quitar as dívidas antes de fazer outras.

Tem-se aí as etapas para um planejamento financeiro eficaz e eficiente.

1.6 Função do planejamento financeiro

O planejamento financeiro apoia e proporciona insumos para o entendimento e conscientização da situação financeira do indivíduo e o auxilia na tomada de decisões financeiras. Afinal, como expresso por Reis (*cit. in* Deming 2018) “não se gerência o que não se mede, não se mede o que não se define, não se define o que não se entende, e não há sucesso no que não se gerência”.

Além da função citada, outro fator importante que o planejamento financeiro aponta é se existe capacidade de poupança e qual sua significância no todo, ou seja, o quanto sobra do rendimento ou receita após pagamento de todas as despesas e compromissos financeiros previstos. Com base nestas informações é possível construir reservas financeiras visando objetivos de curto, médio e longo prazo.

Ainda, caso o resultado do planejamento financeiro seja deficitário, ou seja, quando as despesas são maiores que as receitas, é possível determinar quais ações podem ser

tomadas para equalizar a situação tendo em vista todo o fluxo de caixa. Se, por exemplo, será necessário um financiamento.

De acordo com Torralvo et al. (2018, p. 10) “a geração da capacidade de poupança é estrutural e fundamental para o planejamento financeiro, pois é a partir dela que será possível a constituição das reservas necessárias para construção do patrimônio. Portanto, quando mais cedo se inicia a ação de poupar, mais fácil será de atingir os objetivos.”

Desta forma a função do planejamento financeiro é gerenciar a vida financeira dos indivíduos com objetivo da geração de capacidade de poupança, tão importante para a economia de um país.

1.7 Benefícios do planejamento financeiro na prática

O exercício prático do planejamento financeiro pessoal proporciona alguns benefícios ao indivíduo segundo Torralvo e Souza (2008), são eles: aquisição da cultura de disciplina de gastos, aprimoramento do processo de tomada de decisão, racionalização do uso do dinheiro, prevenção contra situações inesperadas, formação de uma poupança para a aposentadoria, independência financeira, sentimento de liberdade e de melhoria na qualidade de vida.

A aquisição da cultura e disciplina de gastos é obtida por meio do controle contínuo do uso de recursos financeiros com base em objetivos definidos. Assim, decisões como: poupar ou consumir e anteciper o consumo ou retardar tornam-se menos complexas uma vez que as metas estão estipuladas fazendo com que uma renúncia no presente seja justificada por um ganho conhecido no futuro.

Tendo-se os objetivos definidos é possível conquistar o aprimoramento do processo de tomada de decisão. O consumo faz-se cada vez mais consciente tendo em vista as estratégias adotadas para conseguir o propósito definido. Contudo, mantem-se um ponto de atenção, tendo em vista que muitas vezes o consumo é estimulado por meios alheios e independentes à vontade dos indivíduos. Todavia, o indivíduo que visa um plano futuro

tendo as estratégias traçadas, minimiza o ímpeto de se precipitar e se endividar no momento do consumo.

À medida que os recursos são administrados com mais eficiência e eficácia devido a disciplina que o planejamento financeiro exige, seja em relação aos gastos ou ao que indivíduo se propôs a poupar, a tendência natural é a racionalização do uso do dinheiro. Dado que, tem-se a visão que todo recurso mal utilizado ou mal investido será prejudicial ao cumprimento dos desafios propostos e alcance dos objetivos.

O planejamento financeiro pessoal apoia o indivíduo na prevenção contra situações inesperadas, tendo em vista que é recomendado que ele tenha uma reserva financeira para o caso de emergências e imprevistos. Desta forma, em casos excepcionais não será necessário a utilização de empréstimos e financiamentos resultando no pagamento de juros, o indivíduo poderá dispor do próprio recurso acumulado para esta finalidade.

Segundo Torralvo e Souza (2008), o objetivo do planejamento financeiro pessoal também pode ser a formação de poupança para ser desfrutada no período da aposentadoria. Além de ser importante para assegurar o rendimento mensal na época que o indivíduo deseje parar de trabalhar (ou mesmo desacelerar o ritmo de trabalho), o planejamento financeiro visando a aposentadoria também servirá de segurança para o poupador. A pessoa deixa de depender de um sistema previdenciário público e passa a contar com a gestão dos próprios recursos.

Ao realizar o planejamento financeiro pessoal o indivíduo também pode ter como propósito a independência financeira, ou seja, um futuro com poucas preocupações com dinheiro. Este objetivo pode ser o motor percussor da disciplina financeira necessário para tal.

Ainda, segundo Torralvo e Souza (2008), o planejamento financeiro pessoal pode ser visto como um processo que se destina a permitir a melhor qualidade de vida aos que o praticam, porque preocupações envolvendo questões financeiras podem influenciar o dia a dia dos indivíduos. Quem nunca ficou preocupado quando o final do mês se aproxima e o dinheiro acabou? O planejamento e disciplina podem minimizar e até evitar tais

situações proporcionando a saúde financeira necessária para qualidade de vida neste aspecto.

Diante disso, é importante entender quais são os aspectos que influenciam no processo decisório para que não sejam impeditivos no planejamento financeiro pessoal.

1.8 Impactos das decisões financeiras no planejamento financeiro pessoal

1.8.1 Decisões financeiras: desafio intertemporal

É sabido que o planejamento financeiro pessoal consiste no processo de desenvolvimento de estratégias que apoiam os indivíduos em assuntos financeiros com propósito de atingirem suas metas e objetivos.

Para isso, é importante definir, projetar e delimitar a utilização dos recursos financeiros. Segundo Torralvo e Souza (2008, p. 45) “a decisão do destino do dinheiro ganho nem sempre é fácil de ser tomada. Poupar? Consumir? Endividar-se? Alguns itens de consumo, principalmente relacionados à alimentação e à saúde, considerados básicos para a vida do ser humano, precisam de fato ser priorizados, uma vez que dificilmente se conseguirá abrir mão deles”.

Pode-se ter como premissa as necessidades humanas da pirâmide de Maslow mencionadas neste capítulo. Os indivíduos, mesmo que inconscientemente, primeiramente buscam satisfazer as necessidades básicas como alimentação e homeostase. Em seguida as necessidades de segurança, relacionamento, estima e autorrealização. Faz-se necessário investimentos financeiros para atingir a plenitude destas necessidades. Desta forma, tem-se o grande dilema enfrentado pelos indivíduos: usufruir primeiro e pagar depois ou pagar primeiro e usufruir depois.

De acordo com Torralvo e Souza (2008) o ato de gastar ou de poupar está relacionado a uma decisão intertemporal. O indivíduo precisa decidir entre o desfrute de um benefício agora e o pagamento (acrescido de taxa juros) depois ou o pagamento agora (sem indecência de juros monetários) e o desfrute depois. Se, por um lado, a antecipação do

consumo tem um custo, a postergação do usufruto de algum benefício também implica o sacrifício de privar-se desse privilégio por algum tempo em uma perspectiva de longo prazo.

Contudo, ainda segundo Torralvo e Souza (2008) quanto maior o prazo transcorrido entre a tomada de decisão e o usufruto de um benefício, maiores deverão ser os ganhos no futuro: essa é a grande atratividade da opção de espera. Porém, mais difícil será manter essa decisão até o momento de aproveitamento futuro, visto que a possibilidade do consumo tende a impulsionar as pessoas para a satisfação dos desejos. Assim sendo, poupar ou consumir então? Mais que uma simples decisão relativa ao consumo, trata-se de uma constituição de hábitos que ora levarão para a antecipação do consumo (implicado em pagamento de taxa de juro), ora para a sua postergação e para ganho de juros decorrentes de aplicações financeiras realizadas. O importante é a manutenção da saúde financeira e do bem-estar em que ambas as decisões (antecipar ou postergar) sejam permanentemente presentes, uma vez que não é de se esperar uma antecipação completa nem uma postergação sem fim.

Desse modo, mesmo tendo o direcionamento de um planejamento financeiro pessoal, a decisão de poupar ou financiar-se para antecipar o consumo é de cada indivíduo e isto é intrínseco aos hábitos financeiros que cada um possui. O objetivo de planejamento é expor a real situação financeira para que o indivíduo possa se planejar e tomar as decisões convenientes visando o curto, médio e longo prazos.

Diante disso, um indivíduo pode se habituar a um estilo de planejamento financeiro mais detalhado, enquanto outro, preferirá utilizar um mais simplificado, pois suas decisões são tomadas de acordo com os hábitos e vivência que possui, e não necessariamente por impactos que lhe ocorrerão no futuro.

1.8.2 Influências no processo decisório

O processo de decisões de consumo envolve além das necessidades pessoais, diferenças individuais, influências ambientais e aspectos psicológicos de cada indivíduo. Tendo como base uma necessidade de alimentação, por exemplo, um indivíduo pode se sentir

atraído a consumir determinado tipo de carne, devido, por exemplo, filosofias particulares de vida.

A Tabela 1.1 apresenta uma síntese das influências no processo decisório.

Tabela 1.1 – Influências no processo decisório.

Diferenças individuais	Fatores ambientais	Fatores psicológicos
Pressão	Pressão	Aspectos emocionais
Atitudes	Instrumentos de marketing	Processamento de informações
Hábitos	Conselho/opinião de terceiros	Reflexão
Personalidade	Recursos não-visíveis	Análise pós-compra
Quantidade disponível de recursos	Recursos imperceptíveis	
Expectativa sobre a trajetória da inflação	Aspectos sociais	
Necessidades emergenciais	Aspectos culturais	

Fonte: Torralvo e Souza (2008, p. 63.).

Ainda, segundo Torralvo e Souza (2008) é possível que o consumidor seja influenciado pelos mais diversos instrumentos de marketing, de simples propagandas por meio de folhetos, banners a até recursos não-visíveis como música ambiente, e mesmo imperceptíveis, como alguns aromas especialmente elaborados para instigar o consumo. Ainda, o conselho de um amigo, ou parente favorável ou não ao consumo de determinado produto, provavelmente será considerado no processo decisório.

É possível afirmar, de acordo com Torralvo e Souza (2008) que a cultura, sobretudo por meio de seus valores, tende a contribuir na atribuição de maior ou menor ponderação de critérios para a avaliação de alternativas de consumo. Pode-se citar ainda que o processo de tomada de decisão com relação ao consumo também é direcionado pela maneira como um estímulo é recebido, interpretado, armazenado na memória e recuperado. E, ao ser exposto a muitas informações, o consumidor não consegue utilizar

todas elas, e apenas aquelas processadas, guardadas e recuperadas poderão influenciar o ato de compra.

Assim sendo, pode-se citar que o âmbito familiar, que constitui e influencia o hábito dos indivíduos, exerce grande poder na maneira que eles lidam com o dinheiro. Segundo Varzini (2017) a forma como os pais lidam com o dinheiro é observada pelos filhos e registrada em suas mentes. Mais tarde, a chance de apresentarem comportamento semelhante é bem alta. É importante destacar que os valores e conceitos financeiros aprendidos na infância, seja na família, na escola, na igreja, com os amigos ou mediante os meios de comunicação, contribuirão, e muito, para o sucesso ou fracasso financeiro dos indivíduos no futuro.

Para minimizar estes impactos, segundo Varzini (2017) é preciso que os indivíduos, assim como as empresas, definam a missão e visão em suas vidas. Esses serão os direcionamentos de vida e ao longo do caminho e ficará mais fácil resistir às influências negativas que afastam os indivíduos do sucesso financeiro.

Frente ao exposto, é importante que o indivíduo consiga identificar com clareza quais são os principais fatores que influenciam a tomada de decisão de consumo para que possa ajustá-los, amenizá-los ou eliminá-los com propósito de agir de acordo com os seus respectivos objetivos e condições financeiras, evitando precipitações que levem a compra por impulso ou outras atitudes que comprometam o planejamento financeiro pessoal.

1.9 Influências na relação dos brasileiros com o dinheiro

O Caderno Escolhas e Dinheiro (2017) realizou um estudo que apresenta resultados sobre o comportamento dos brasileiros em relação ao dinheiro. Apurou-se que esta relação é resultante da respectiva história, cultura e de definições próprias de cada indivíduo. Pode-se citar 8 aspectos:

1) Bagagens históricas: influências do passado econômico e social.

De fato, as percepções que influenciam as decisões dos brasileiros estão relacionadas ao histórico econômico do país. Segundo o Caderno Escolhas e Dinheiro (2017, p.10):

Os anos de instabilidade geraram sentimento de insegurança, desconfiança e imediatismo. Para quem viveu a época dos altos índices de inflação e da rápida desvalorização do dinheiro, consumir rapidamente era sinônimo de economizar – ser um bom planejador estava mais associado a saber gastar rápido do que a se planejar para o futuro. Nesse período, o dinheiro desvalorizava mais rápido que os bens perecíveis, como um saco de arroz. Logo, ao trocar o salário por sacos de arroz, o brasileiro estava poupando dinheiro e protegendo sua capacidade de compra. Essa prática criou uma lógica: não consumir era gastar e consumir era ganhar.

Acrescenta-se ainda, as experiências com a diversidade de moedas e planos econômicos que, de acordo com o Caderno Escolhas e Dinheiro (2017) trouxeram a percepção de que investir era sinônimo de arriscar e de que era difícil ter confiança no governo. Esses fatores contribuíram para um sentimento de impotência do cidadão em relação às suas escolhas com o dinheiro.

2) Consumir para comunicar: o consumo como forma de linguagem social.

De acordo com o Caderno Escolhas e Dinheiro (2017) quando se olha para o aspecto social do uso do dinheiro, percebe-se que a decisão sobre gastar ou guardar mudou de função nas últimas décadas. O maior acesso das pessoas ao consumo trouxe consigo um sentimento de participação, de se ter voz.

É importante destacar que o consumo em si transmite mensagem, como por exemplo, a capacidade de fazer boas escolhas ou ainda de sensatez. Ao aproveitar uma promoção e comunicar isso aos indivíduos transmite-se a mensagem de que a pessoa sabe economizar.

Deve-se considerar também o espaço conquistado pela tecnologia na vida dos indivíduos. Incorporou-se ao cotidiano aparelhos que requerem reposição periódica, como por exemplo a telefonia móvel. O Caderno Escolhas e Dinheiro (2017, p.11) diz

que “esses objetos têm valores simbólicos que vão além da necessidade: carregam consigo a ideia de pertencimento, conexão e contemporaneidade.”

3) Consumir x poupar: significados e sentimento antagônicos.

O Caderno Escolhas e Dinheiro (2017) apurou que consumir e gastar são ações associadas a significados positivos para indivíduo, o passo que, poupar e se planejar para o futuro não geram esse mesmo sentimento, por isso, podem ser entendidos como antagônicos. A Tabela 1.2 demonstra o exposto: apresenta os significados e sentimentos de consumir e poupar.

Tabela 1.2 – Consumir x poupar: significados e sentimento antagônicos.

Consumir	Poupar
Consumir rapidamente é economizar. Saber gastar é saber se planejar.	Poupar/investir é assumir riscos (experiência do confisco da poupança) ² .
Consumir é ser capaz de fazer boas escolhas: comprar por um bom preço, no momento certo.	Poupar, cuidar bem do dinheiro é algo muito difícil.
Consumir é se sentir incluído em um grupo. É pertencer, é participar, é ter voz.	Poupar é esconder dinheiro. É não se comunicar, é não participar.

Fonte: Caderno Escolhas e Dinheiro (2017, p.12).

O indivíduo, de acordo com seus sentimentos pode ser levado a tomar decisões para se sentir aceito no grupo e adquirir bem-estar. É importante o alerta de que o consumo não planejado pode desequilibrar o planejamento financeiro.

² Segundo Villela (2017) em março de 1990, o então presidente do Brasil, Fernando Collor de Mello anunciou um pacote medidas econômicas que incluía o confisco dos depósitos bancários e das cadernetas de poupança dos brasileiros. A população reagiu com perplexidade, especialmente às medidas de bloqueio do dinheiro. Longas filas se formaram nas agências, e os bancos não tinham dinheiro suficiente para cobrir saques dos clientes. O comércio também ficou paralisado. Com isso, o Brasil mergulhou num período de hiperinflação.

4) Consumir para criar laços: o consumo como expressão de carinho e afetividade.

Em muitas ocasiões, consumir assume um valor afetivo como, por exemplo, comprar algo para o filho para agradá-lo não sendo, necessariamente, porque ele precisa.

Segundo o Caderno Escolhas e Dinheiro (2017) comprar está associado a um exercício de generosidade; gastar é estar conectado, em movimento. Essa associação entre consumo e generosidade não só pode justificar uma dívida, mas também dificultar que ela seja vista como tal. Para muitas pessoas, ter uma dívida não é o mesmo que sentir-se endividado. Isso é percebido de forma mais acentuada quando as dívidas são contraídas por amor ou necessidade: as pessoas podem se desconectar de sua real situação financeira e se distanciar de ações para reequilibrá-la.

O grande risco do consumo por generosidade é o desequilíbrio financeiro que esta ação pode ocasionar.

5) Necessário versus supérfluo.

Considerando uma análise tradicional pode-se considerar o que é essencial e o que não é a partir das necessidades. Por exemplo, supõe-se que um indivíduo tenha necessidade de um tênis, pois não possui nenhum par. Desse modo, qual deveria ser o tênis que o indivíduo deveria escolher? O mais prudente seria aquele que se adequasse ao orçamento financeiro. Contudo, nem sempre é o que ocorre. Pode-se dizer, tendo como base o item anterior que ter o tênis igual ao dos colegas está ligado à uma sensação de pertencimento ao grupo. Contudo, será que este tênis que os colegas possuem se enquadram no orçamento do indivíduo?

De acordo com o Caderno Escolhas e Dinheiro (2017) a noção de necessidade é ampliada. O ponto de atenção aparece quando o rendimento passa a ser insuficiente para se dar conta de tantos gastos considerados importantes e o crédito acaba sendo usado como complemento do rendimento. Quando o indivíduo associa isso à não-valorização do poupar na cultura financeira do Brasil, tende-se a caminhar para o desequilíbrio financeiro, que não é sustentável para os indivíduos, os bancos e a sociedade.

6) Poupar versus investir.

O Caderno Escolhas e Dinheiro (2017, p.17) diz que:

O investimento é visto como algo que oferece risco. A ideia de multiplicar a reserva pela rentabilidade praticamente não faz parte do entendimento ou da prática. Assim, poucos percebem como o dinheiro e os juros podem trabalhar a seu favor. Muitos têm a impressão de que a alternativa para a caderneta de poupança é apenas a aplicação na bolsa de valores, como se a opção de ‘investimentos’ se resumisse a ‘ações’. Nesse cenário, para as pessoas, a terceira via possível entre poupança e ações é o investimento através do consumo. Comprar algo que não se desvalorize é uma saída quando se quer investir, mas não se quer assumir riscos.

Pode-se inferir, de modo geral, que não existe a cultura de poupar. Isso afeta diretamente o planejamento financeiro pessoal pois uma das reservas mais importantes para o indivíduo é a reserva de emergência que o deixa resguardo em caso de imprevistos. Se não há esta reserva, o indivíduo tende a recorrer a empréstimos que embutem juros e podem comprometer o orçamento.

O investimento é uma parte importante do planejamento financeiro pois é por meio dele que o indivíduo pode reservar os recursos destinados aos sonhos, e assim, ao longo do tempo, adquirir juros e, em muitas vezes, encurtar o prazo previsto inicialmente.

7) Crédito versus empréstimo.

Segundo o Caderno Escolhas e Dinheiro (2017, p.19):

Os conceitos de crédito e empréstimo também carregam significados conflitantes. Independentemente de ser usado ou não, ter crédito é ter um selo de aprovação social: quem tem crédito tem credibilidade. Ele é um julgamento positivo – tem-se o dinheiro por ser quem é. Por outro lado, nem sempre se considera que, para ser verdadeiramente positivo, o crédito deve ser contratado com planejamento. O empréstimo, por sua vez, tem conotação negativa: as pessoas o associam ao motivo pelo qual o mesmo foi feito. É um ‘socorro’, resultado de uma dificuldade ou imprudência, como comprar algo que não se podia ou não devia. Portanto, o emprego das palavras ‘crédito’ e ‘empréstimo’ é subjetivo, dependendo de como cada um entende a motivação para ter buscado esse dinheiro.

No planejamento financeiro pessoal o empréstimo pode ser usado como uma ferramenta para conquista de sonhos, como por exemplo, a compra da casa própria. Desse modo, se utilizado de forma prudente e planejada auxilia na saúde financeira do indivíduo. A conotação negativa que se tem do empréstimo, conforme exposto, pode influenciar nas decisões financeiras fazendo com que o indivíduo utilize recursos próprios para adquirir um bem superior à sua capacidade financeira e, com isso, acabe por se endividar.

8) Dívida versus estar endividado.

De acordo com o Caderno Escolhas e Dinheiro (2017) as pessoas interpretam de formas diferentes o que é ‘ter uma dívida’ e ‘estar endividado’. Por exemplo, ‘estar endividado’ tornou-se sinônimo de inadimplência, o que tem a ver com a compreensão do que é ‘ter o nome sujo’. Essa visão extrapola a questão financeira, tornando-se símbolo de discussão moral. Se crédito é ‘ter credibilidade’, a falta de crédito representa, justamente, ‘a falta de credibilidade’ – um entendimento que dificulta a relação com a inadimplência e leva a uma ideia de dívida injusta (o que também dificulta o seu pagamento).

Essa ideia pode levar o indivíduo endividado a não procurar ajuda especializada com o receio de se expor e isso faz com que se agrave ainda mais sua situação financeira. Desse modo o planejamento financeiro fica prejudicado.

Diante do exposto é importante conhecer como as percepções do indivíduo afetam suas escolhas. Por isso, antes de iniciar o planejamento financeiro em si faz-se necessário realizar as reflexões citadas. Para se ter um planejamento financeiro eficaz é necessário que nossas necessidades, nossos objetivos e nossas escolhas estejam conectados. Na prática, foi evidenciado que não é isso que acontece, pois, cada indivíduo, considerada suas regras e valores com significados próprios. Por isso, o indivíduo deve refletir sobre seus pensamentos para estar mais consciente de suas escolhas financeiras.

1.10 Importância do planejamento financeiro no âmbito da economia

Os resultados da conscientização e realização do planejamento financeiro possuem relação intrínseca com o desenvolvimento da economia de um país. Pois, quando existe capacidade de poupança é possível aumentar o consumo e o investimento. Aumentado o consumo, as empresas precisarão produzir mais e para produzir acima do previsto será necessário a contratação de mais pessoas. Para isso, será preciso realizar investimentos que só poderão ocorrer se houver capacidade de poupança no país. Porque, por mais que a empresa não tenha os recursos no momento, ela poderá obter por meio de financiamentos. Inicia-se então, o ciclo de crescimento da economia.

Segundo Torralvo et al. (2018, p. 44):

A importância da poupança em uma sociedade está diretamente ligada à capacidade que ela tem de gerar investimentos. Quanto maior é a capacidade de poupar de uma economia, maior é a capacidade dela de realizar investimentos. E os investimentos são primordiais em uma sociedade, pois eles representam, a única forma para gerar e aumentar a renda de indivíduos e famílias, já que novos investimentos demandam mais capacidade empresarial ou empreendedora (monetário e físico), mão-de-obra e recursos naturais, e as respectivas remunerações, como lucro, juros, salários e aluguéis.

A economia de um país é mensurada pelo PIB – Produto Interno Bruto. O cálculo do PIB de acordo com a ótica da despesa é obtido por meio da seguinte fórmula: $PIB = Consumo + Investimentos + Gastos Governamentais + (Exportações - Importações)$. Tem-se aí a importância do consumo e dos investimentos obtido por meio da capacidade de poupança da população.

Macroeconomicamente, a poupança é importante, pois são estes recursos que serão utilizados para investimentos na economia. Pode-se definir investimento como o valor daquela parte da produção da economia, para qualquer período, não destinada ao consumo, ou o valor daquela parte do produto da economia que toma a forma de novas estruturas, equipamento durável de produção e variação de estoques conforme Torralvo et al. (*cit. in* Nogami e Passos, 2016).

Pode-se inferir que o planejamento financeiro contribuí de forma estrutural no crescimento da economia de um país, pois proporciona os meios necessários para aumentar o consumo e os investimentos.

Capítulo 2 – Conjuntura do planejamento financeiro no Brasil

Neste capítulo são apresentados os principais fatores que influenciam o planejamento financeiro no Brasil. Para isso, inicialmente, apresenta-se um contexto geral da economia: planos econômicos, inflação e juro, e os impactos destes no âmbito do planejamento financeiro. Em seguida, é exposto o panorama da educação financeira no Brasil, fundamental para desenvolvimento de um planejamento financeiro eficaz. Seguidamente evidencia-se o cenário da vida financeira do brasileiro. Para tal, expõe-se o contexto das classes sociais, salário mínimo e a desigualdade de rendimento. Após exposto a conjuntura descrita, é apresentado o cenário de consumo da classe C e a relação deste público com o planejamento financeiro.

2.1 Contexto geral da economia: planos econômicos, inflação e juro

Para realizar um planejamento financeiro é necessário que exista certa previsibilidade das receitas e despesas. Sendo assim, pode-se dizer que a inflação é um fator que pode afetar diretamente o planejamento do consumo e consequentemente a organização financeira. É possível também citar o juro como fator influenciador e de certa maneira determinante de um planejamento financeiro.

A inflação pode ser definida como um processo persistente de aumento generalizado dos preços da economia de um país. Pode-se dizer que a maior consequência é a redução ou perda do poder aquisitivo do rendimento. Origina-se na discrepância entre a demanda e a oferta de bens e serviços. Dessa forma, quanto maior for a diferença, maior tende a ser o aumento dos preços e, assim, maiores serão os impactos no rendimento.

No Brasil, o índice oficial da inflação é o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo. É calculado mensalmente pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. De acordo com Torralvo et al (2018) além de medir a variação dos preços ocorridos na cesta de consumos de famílias residentes nas onze principais regiões metropolitanas do Brasil, com rendimento variando de 1 a 40 salários mínimos, é também o indicador utilizado na política monetária para fixação da chamada meta inflacionária.

Em 2018 o valor do salário mínimo no Brasil era de R\$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais) e corresponde ao valor mínimo que os empregadores devem pagar aos seus funcionários. É estabelecido por Lei e válido em todo o território nacional como a remuneração capaz de atender às necessidades básicas do indivíduo e às de sua família, tais como, alimentação, saúde, educação, vestuário e higiene.

Pode-se inferir que a inflação corroí o poder de compra. Segundo com Torralvo et al (2018) para contornar o problema no curto prazo, existe um único mecanismo: restringir a capacidade e/ou desejo de consumir dos agentes económicos. Isso faz-se restringindo as condições creditícias do mercado financeiro ou desestimulando as pessoas a consumir, com a elevação da taxa de juros. A subida da taxa de juro tem dois efeitos sobre as pessoas: elas se sentem estimuladas a economizar pela elevação da respectiva remuneração da poupança, ou pelo consequente encarecimento do sistema creditício, o que pode levar os agentes económicos a postergar o consumo, reduzindo-o no curto prazo, trazendo alívio do excesso de demanda sobre a oferta.

No Brasil a inflação e a taxa de juro possuem uma relação intrínseca. A taxa de juro é o principal instrumento que o governo utiliza para controlar a inflação e consequentemente o consumo. Por isso, é importante conhecer o âmbito da inflação e da taxa de juro no Brasil para compreender os respectivos impactos no planejamento financeiro pessoal.

Antes disso, é preciso destacar os vários planos econômicos e moedas que o Brasil teve com o objetivo de controlar a inflação e corroborar para o crescimento econômico do país. O desdobramento destes planos constituiu a memória inflacionária do brasileiro que cooperou para o consumo imediatista e prejudica o planejamento financeiro.

2.1.1 Planos económicos e moedas

Antes da implantação do Plano Real em 1994, outros planos econômicos foram estabelecidos com o objetivo de controlar a alta dos preços, porém sem sucesso. Alguns destes planos alteraram a moeda em circulação do Brasil. O primeiro deles foi o Plano Cruzado em 1986 que alterou o Cruzeiro, então modelo oficial, pelo Cruzado.

Destaca-se abaixo, de acordo com a Folha de São Paulo (2014) as medidas implantadas desde a redemocratização do Brasil para conter a inflação, assim como as moedas utilizadas:

- Plano Cruzado.

Foi Lançado em 28 de fevereiro de 1986 pelo então presidente do Brasil, José Sarney. Este plano é conhecido pelo congelamento de preços. Alimentos, combustíveis, produtos de limpeza, serviços e até o dólar tiveram os preços tabelados pelo governo. A moeda foi alterada, deixou-se o Cruzeiro e adotou-se o Cruzado, no qual a equivalência era 1.000 Cruzeiros = 1 Cruzado.

De acordo com a Folha de São Paulo (2014) o congelamento era um dos instrumentos para quebrar a lógica da inflação inercial do país, ou seja, os preços eram reajustados tentando recompor a inflação passada, criando uma espiral de aumentos. Acabou sendo o último. Sem redução dos gastos do governo, a demanda cresceu e o consumo aumentou. Em pouco tempo, faltavam produtos nos supermercados e governo lançou mão até da desapropriação de bois nos pastos para tentar atender ao consumo. Com isso, o plano expirou no segundo semestre de 1986.

- Plano Cruzado II.

Foi lançado em 22 de novembro de 1986 pelo então presidente do Brasil, José Sarney. Dado o fracasso do plano Cruzado no segundo semestre de 1986 o governo anunciou o Cruzado II com ajustes no plano inicial. O principal objetivo deste plano era a tentativa de controlar o consumo e o déficit público³, com o aumento de tarifas e impostos.

De acordo com a Folha de São Paulo (2014), os automóveis foram reajustados em 80%, o combustível, em 60% e a energia elétrica, em 35%. Os demais preços continuariam congelados, mas a população já pagava ágio para adquirir alguns itens que

³ De acordo com Santiago (2011) o déficit público é a relação na qual o valor total das despesas públicas é maior que valor total das receitas públicas, considerando-se, nesta determinada relação os valores nominais, ou seja, a inflação e a correção monetária do mesmo período considerado.

não havia nos supermercados, como a carne. A tentativa de ajuste não durou muito tempo. Extinguiu-se em junho de 1987.

- Plano Bresser.

Foi lançado em 12 de junho de 1987 pelo então presidente do Brasil, José Sarney. De acordo com a Folha de São Paulo (2014) o Plano Bresser fez um novo congelamento de preços, dessa vez com validade de três meses. Extinguiu-se o gatilho, criado no Cruzado, que aumentava os salários sempre que a inflação chegasse a 20%. Ainda, o plano desvalorizou de imediato, a taxa de câmbio em 10% com o propósito de aumentar as exportações e obter receita em dólares, essenciais, após a moratória⁴ da dívida externa, anunciada naquele ano. O pacote ainda previa um corte no déficit público, que representava redução de despesas, mas esta medida não seguiu adiante.

- Plano Verão.

Foi lançado em 22 de novembro de 1989 pelo então presidente do Brasil, José Sarney. De acordo com a Folha de São Paulo (2014), foi anunciado o terceiro congelamento de preços e a troca de moeda para o Cruzado Novo, na qual 1.000 Cruzados eram equivalentes à 1 Cruzado Novo. Adicionalmente, o governo elevou a taxa de juros e propôs cortes de gastos. Aos poucos os preços foram descongelados. A inflação alcançou 1.972% ao fim do ano.

- Plano Collor I.

Foi lançado em 16 de março de 1990 pelo então presidente do Brasil, Fernando Collor de Mello. À época, a moeda trocou de nome e voltou a chamar-se Cruzeiro.

⁴ De acordo com a Folha de São Paulo (1997), a moratória teve dois objetivos. O primeiro era estancar a perda de reservas e, na sequência, permitir sua recuperação gradual. Esse objetivo foi logo alcançado, já em 1987. O segundo objetivo, era pressionar os credores a aceitar uma mudança nos termos da negociação da dívida. Para alcançá-lo, a moratória fora decretada unilateralmente e por prazo indeterminado. A retomada de pagamentos ficara expressamente condicionada a avanços no processo de negociação.

De acordo com a Folha de São Paulo (2014), a principal marca do plano foi o confisco das poupanças, contas correntes e outros ativos financeiros dos brasileiros. O diagnóstico era que a inflação deveria ser contida com a limitação brusca de recursos em circulação na economia, com o corte de gastos do governo e dos poupadores. Os preços foram congelados e os salários passariam a ser corrigidos pela previsão de inflação do mês seguinte. Adicionalmente, o governo anunciou que facilitaria a entrada de produtos importados. As medidas levaram a economia à retração e reduziram a arrecadação de impostos do governo. Dado as condições, o governo sofreu ações na Justiça, o que permitiu a liberação parcial de recursos bancários e, com isso, a inflação voltou a acelerar.

- Plano Color II.

O plano foi lançado em 31 de janeiro de 1991 pelo então presidente do Brasil, Fernando Collor de Mello. Para este plano o governo anunciou o congelamento de preços, a contenção de salários e medidas para incentivar a produção, afetada pelas ações do plano Color I.

Segundo a Folha de São Paulo (2014), para desestimular a indexação, o governo extinguiu a possibilidade de aplicações de curtíssimo prazo que tinham como objetivo preservar os investimentos da corrosão da inflação. Menos de um mês depois, com a pressão da população o governo não conseguiu levar o plano adiante. Nesta época, a inflação fechou o ano de 1991 acumulada em 472% com a economia em rota de recessão.

- Plano Real.

Foi lançado em 28 de fevereiro de 1994 pelo então presidente do Brasil, Itamar Franco. O Plano foi realizado em etapas e começou com o lançamento da URV (Unidade Real de Valor), uma transição até a completa adoção de uma nova moeda, o Real, que começou a circular em 1º de julho do referido ano. É importante destacar que um ano antes, o governo havia feito uma troca de moeda, cortando três zeros do Cruzeiro e criando o Cruzeiro Real.

Segundo a Folha de São Paulo (2014), a equivalência do Real para o Cruzeiro Reais era de 1 para 2.750. O diagnóstico do plano continha as mesmas premissas que embasaram o Plano Cruzado: compreendia que a raiz da inflação brasileira era inercial. Isto é, os reajustes tentavam recompor as perdas da inflação passada, criando uma espiral de aumento. Na primeira etapa do Plano Real, todos os preços da economia passaram a ser fixados em URVs, que eram corrigidas diariamente. Depois, migraram para o real. O alinhamento de preços, evitou o movimento de recomposição de perdas e derrubou a inflação já no primeiro mês. O consumo foi contido com políticas de restrição ao crédito e, com a economia mais aberta, importados supriram parte do mercado. Sem congelamento ou choque, o plano foi considerado exitoso à época e levou à eleição, em 1994, no primeiro turno, do então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

Abaixo apresenta-se a tabela 2.1 com a indicação dos planos econômicos e moedas utilizadas nos referidos períodos.

Tabela 2.1 – Planos econômicos e moedas utilizadas

Mês/ano	Identificação do plano econômico	Moeda utilizada
Fevereiro/1986	Plano Cruzado	Cruzado
Novembro/1986	Plano Cruzado II	Cruzado
Junho/1987	Plano Bresser	Cruzado
Novembro/1989	Plano Verão	Cruzado Novo
Março/1990	Plano Collor I	Cruzeiro
Janeiro/1991	Plano Collor II	Cruzeiro / Cruzeiro Real
Janeiro/1994	Plano Real – 1ª etapa	URV – Unidade Real de Valor
Julho/1994	Plano Real – 2ª etapa	Real

Fonte: elaborado pela autora (2019).

Frente à tantas mudanças é de se entender o consumo imediatista do brasileiro. É fato que conter a inflação era o principal objetivo dos planos econômicos. Por isso, é preciso compreender os aspectos históricos da inflação no Brasil e como eles influenciam no planejamento financeiro.

2.1.2 Impactos da inflação no planejamento financeiro

É sabido que a inflação deteriora o poder de compra do indivíduo. A hiperinflação, por sua vez, é quando a inflação está elevadíssima e fora de controle. Desta forma, a alta generalizada e contínua dos preços pode provocar recessão e desvalorização acentuada da moeda. A recessão corresponde a um período de crise na economia devido à diminuição da atividade económica. A desvalorização da moeda, por sua vez, ocorre quando a moeda de determinado país perde valor em relação às outras moedas.

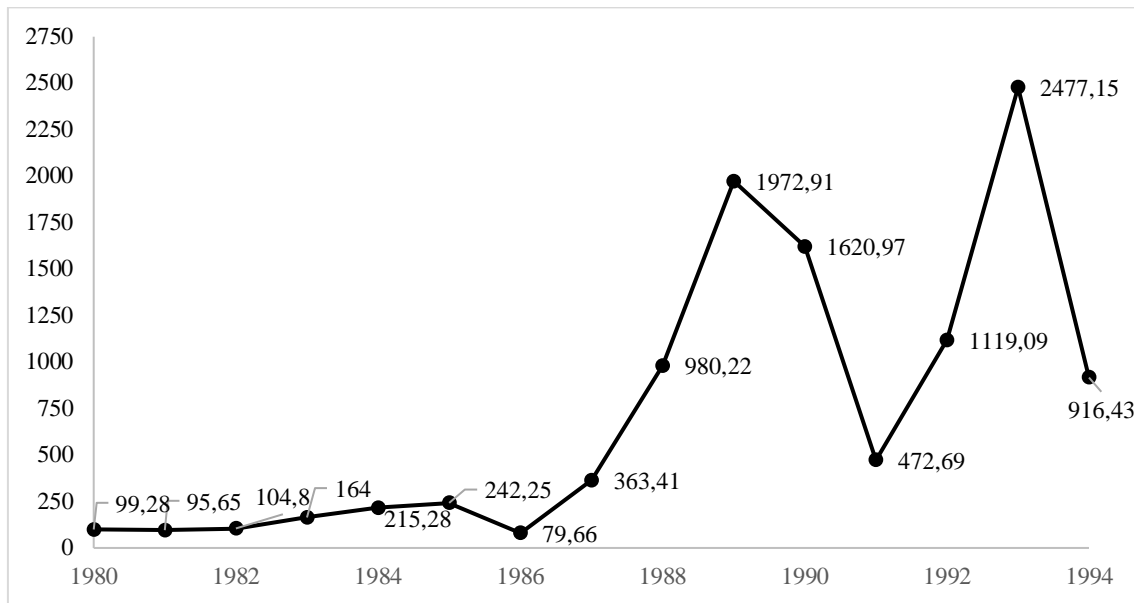
De acordo com Rossi (2018) no Brasil, a hiperinflação ocorreu nos anos 80 e início dos anos 90, quando a inflação chegou a superar os 80% ao mês. Ou seja, o mesmo produto chegava a quase dobrar de preço de um mês para o outro. Dados da Fundação Instituto de Pesquisas Económicas – FIPE (2016) mostram que entre 1980 e 1989, a inflação média no país foi de 233,5% ao ano. Na década seguinte, entre os anos de 1990 e 1999, a variação anual subiu para 499,2%.

Na Figura 2.1 pode-se observar os dados da inflação (valores em %) contemplando o período de 1980 a 1994.

Neste cenário era quase impossível realizar um planejamento financeiro, pois até os custos fixos, não eram fixos devido à inflação. Esta era a realidade do brasileiro há dezoito anos e, de fato, o passado influencia na forma como as pessoas enxergam o futuro.

Num passado recente houve quinze anos de inflação alta no Brasil. Os preços eram remarcados pelos comerciantes, e a população para evitar os preços cada vez mais altos adquiriam os produtos sempre que tinham recursos disponíveis, pois poupar tinha uma conotação negativa. Quem guardasse dinheiro para o dia seguinte poderia não conseguir adquirir o bem ou serviço previsto pois, devido a inflação, o preço havia aumentado. Desse modo, não havia condições favoráveis para realização de um planejamento financeiro eficaz.

Figura 2.1 - Inflação anual acumulada no Brasil de 1980 a 1994 (valores em %).



Fonte: Portal Brasil (2018).

Ainda, segundo Rossi (2018) após quase uma dezena de planos econômicos fracassados, em 1994 o Plano Real marcou o final do período de instabilidade monetária e altas taxas de inflação. Junto com o plano, veio a nova moeda, o Real – a quinta à qual os brasileiros tiveram que se acostumar em uma década.

As mudanças de moedas influenciam no modo como os indivíduos compreendem o dinheiro e consequentemente sua utilização. No passado não havia motivação para o brasileiro realizar um planejamento financeiro, pois devido as condições econômicas o planejamento dificilmente se concretizava devido a perda do poder aquisitivo.

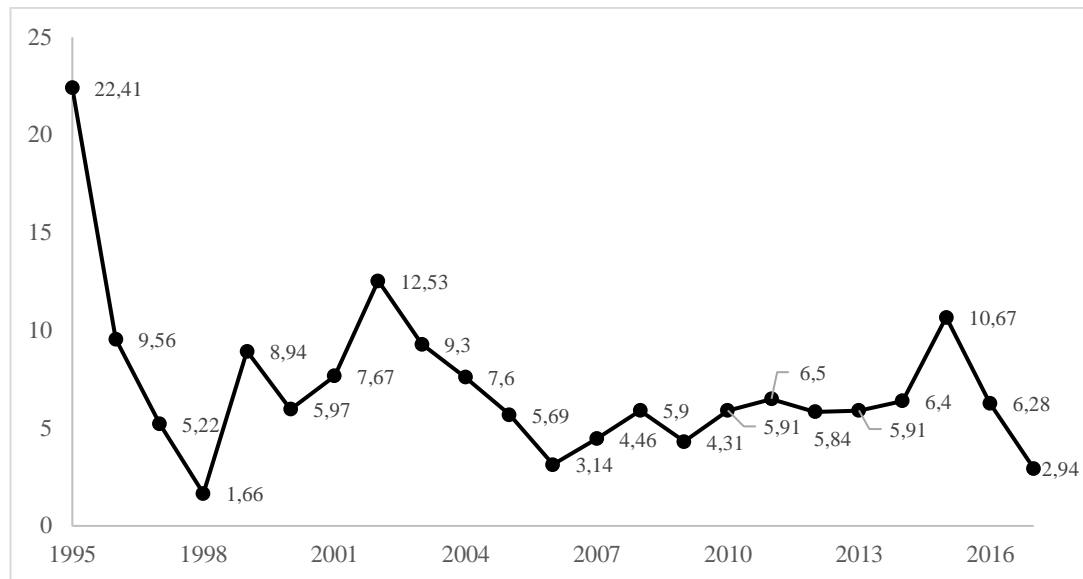
Segundo o Caderno de Educação Financeira e Gestão de Finanças Pessoais (2013, p. 37):

O brasileiro viveu em um ambiente de hiperinflação, que, no Brasil, durou até 1994, com a introdução do Plano Real. Apesar de já vivermos por quase duas décadas em um ambiente de inflação sob controle, a memória inflacionária ainda influencia a maneira como planejamos nosso consumo. No ambiente de hiperinflação, fazia sentido “gastar imediatamente” o dinheiro recebido, caso contrário o valor do dinheiro ia sendo corroído com o tempo. Por isso, muita gente corria para o supermercado assim que recebia o salário. As famílias faziam estoques. Era difícil se lembrar dos preços dos produtos, pois eles mudavam a toda hora. O consumidor ficava perdido e sem referência para saber se determinado produto estava caro ou

barato. Era complicado se planejar nesse ambiente. Quem viveu essa época sabe bem disso. Agora, os tempos são outros.

Na Figura 2.2 pode-se observar os dados da inflação do período de 1995 a 2017, pós Plano Real.

Figura 2.2 – Inflação anual acumulada no Brasil de 1995 a 2017 (valores em %).



Fonte: Portal Brasil (2018).

Atualmente, as condições da inflação são favoráveis, comparado ao passado, conforme demonstrado na Figura 2.2. Tem-se o desafio de deixar o passado de lado e iniciar uma nova história na qual os brasileiros compreendam a importância e eficácia do planejamento financeiro.

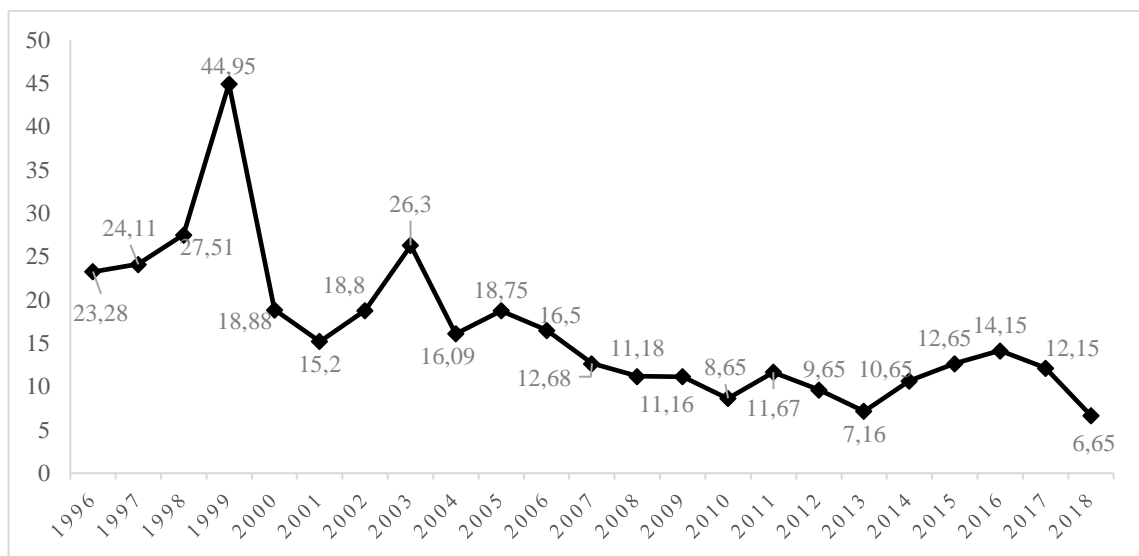
2.1.3 Impactos da taxa de juro no planejamento financeiro

No Brasil a taxa básica de juros é a Selic. Ela é definida pelo COPOM – Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil a cada, aproximadamente, 45 dias. O Banco Central do Brasil tem o papel de assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e de um sistema financeiro sólido e eficiente no país.

A Selic é a taxa que baliza a economia no Brasil. Pode-se dizer que é basicamente os juros que o governo paga a quem lhe empresta dinheiro por meio dos títulos públicos, ou seja, uma taxa média de financiamento. Os títulos públicos são ativos de renda fixa, ou seja, seu rendimento pode ser dimensionado no momento do investimento, com o objetivo de financiar a dívida pública nacional. Esses títulos contam com liquidez diária, baixo custo e baixo risco de crédito.

Na Figura 2.3 pode-se consultar o histórico da taxa Selic no Brasil. O país passou por momentos de taxas de juros elevadas, na ordem de 44% em 2002, logo após entrar o vigor o Plano Real, nova moeda do país em vigência atualmente. A partir de 2003, as taxas tiveram considerável redução, contudo no decorrer dos anos seguintes ainda instáveis, apresentando-se atualmente em 6,50% (referência de outubro/2018).

Figura 2.3 – Taxa Selic no Brasil ao ano (1996-2018 – valores em %).



Fonte: Banco Central do Brasil (2018).

Como a taxa Selic é a taxa que baliza a economia no país ela tem grande importância no contexto do planejamento financeiro. Se, por exemplo, a taxa Selic diminui, as instituições financeiras irão emprestar mais recursos aos indivíduos e às empresas. Contudo, quando a taxa aumenta, os bancos lucrarão mais adquirindo títulos públicos do governo. Desse modo, pode-se dizer que o dinheiro disponível para os indivíduos e empresas fica mais escasso, e conseqüentemente, quanto menos recursos disponíveis no mercado, mais caro ele fica. Estamos diante da lei da oferta e procura. Tem-se aí o grande

impacto da Selic no planejamento financeiro. Um indivíduo precisa planejar a aquisição de um bem, no entanto, as condições de financiamento podem ser adversas, ou seja, mais caras a depender a taxa de juro que vigora no país.

Além disso, a taxa de juros Selic possui uma relação intrínseca com a inflação, pois quanto maior for a Selic, menor a quantidade de dinheiro disponível no mercado para os consumidores. Consequentemente, o crédito mais caro e escasso faz com que os indivíduos e empresas tenham menos acesso e com isso, diminui o consumo e como resultado a inflação cai. Sendo assim, pode-se afirmar que a taxa Selic é o principal instrumento de controle da inflação utilizado pelo governo brasileiro.

Isto posto, para os indivíduos e empresas a condição mais favorável são os juros baixos pois elevam a capacidade de consumo tendo em vista que os custos dos empréstimos e financiamentos estão mais acessíveis. Considere-se ainda que para as empresas terem acesso a crédito mais barato significa aumentar os investimentos em capacidade produtiva gerando, assim, mais empregos, aquecendo a economia. Contudo, é preciso destacar que se há mais consumo existe também o crescimento da inflação tendo em vista que haverá maior demanda e, por isso, os preços tendem a subir.

Haja vista o histórico do Brasil no que se refere a inflação e a taxa de juro, a educação financeira tem um papel importante para conscientização da importância do planejamento financeiro.

2.2 Panorama da educação financeira no Brasil

No que se refere à educação financeira, segundo Reis (2018) o Brasil tem pouco a mostrar ao mundo: em um ranking divulgado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), em 2016, o Brasil alcançou a 27ª posição em educação financeira entre 30 países.

É de se esperar que num país a educação financeira seja um dos pilares da educação visando o consumo consciente assim como o planejamento financeiro impulsionando a economia de forma sustentável, contudo, este não é o caso do Brasil.

Ainda, segundo Reis (2016), no levantamento realizado pela OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico com o objetivo de mensurar as competências da população adulta quando o assunto é educação financeira, foi perguntado aos brasileiros sobre conceitos financeiros (taxa de juro, inflação, juro composto, entre outros) e o percentual de respostas corretas foi de 58% enquanto que a média dos países pesquisados foi de 78%.

Segundo Ribeiro (2016) os dados da referida pesquisa mostram as dificuldades dos brasileiros em termos financeiros, o que compromete a capacidade de planejamento no futuro. O foco no curto prazo apresentado pelo Brasil reduz a segurança financeira desta população.

É fato afirmar que a hiperinflação contribuiu de forma sistemática para o pensamento de curto prazo do brasileiro – a memória inflacionária. Noutro tempo não havia possibilidade de planejamento eficaz pois os preços eram remarcados diariamente. O cenário mudou a partir de 1994 com o Plano Real, mas é desafiador superar um quadro de instabilidade persistente.

Assim, tanto a inflação quanto a oscilação constante da taxa de juro básica no país, a Selic, geram insegurança para população e podem contribuir para o pensamento de curtíssimo prazo. Como exposto, é importante que se tenha um planejamento financeiro no curto, médio e longo prazo com metas e objetivos bem definidos para que sejam alcançáveis, condizentes com a realidade financeira do indivíduo. Entretanto, se a maior parte das pessoas realiza apenas o planejamento de curto prazo, os demais ficam comprometidos. Pode-se citar como exemplo de planejamento de médio prazo a aquisição de veículo, se for planejado pode ser pago à vista ou ainda com um valor considerável de entrada. Se não planejado, certamente será financiado totalmente, o que pode comprometer o orçamento financeiro, isso, sem citar a taxa de juros embutida no contrato.

De acordo com Ribeiro (2016), uma das razões para o baixo desempenho do brasileiro na pesquisa da OCDE é que o brasileiro vê a gestão de suas finanças como algo passivo. Quando as contas não fecham, ele quer ganhar mais dinheiro, mas, em geral, não sabe ou

não toma iniciativas para melhorar seu rendimento ou cortar despesas. As pessoas acreditam que a solução para os problemas financeiros está em ganhar mais dinheiro.

Tem-se assim um grande desafio, pois o planejamento financeiro é uma forma de administrar o dinheiro eficientemente. Após análise e acompanhamento do planejamento de um indivíduo é possível apontar, por exemplo, se existem gastos supérfluos que podem ser cortados, sobrando assim, mais dinheiro. Portanto, o sucesso nas finanças não está só em ganhar mais dinheiro e sim em como se administra os recursos que possui.

Prova disto é, conforme exposto por Ribeiro (2016), no Brasil, três em cada quatro ganhadores da lotaria voltaram a situação financeira original. De fato, não é a quantidade de dinheiro que resolve, e sim as atitudes atreladas a estes recursos. A avaliação é que a cultura consumista no Brasil impede uma mudança maior de comportamento. Afinal, fazer uma boa gestão do orçamento requer alguns sacrifícios, o que pode significar abrir mão de algo a curto prazo.

É possível inferir que existem algumas políticas públicas de incentivo a educação financeira por parte do governo e da iniciativa privada. Pode-se citar, de acordo com o Banco Central do Brasil (2018), algumas ferramentas que estão disponíveis online para o consumidor: a Calculadora do Cidadão, aplicativo que ajuda a planejar os gastos; o Registrato, relatório que permite checar compromissos financeiros; e cursos de finanças pessoais.

Frente ao exposto é possível concluir que é um desafio para o brasileiro realizar o planejamento financeiro, mas esta ação é importante para o desenvolvimento financeiro das pessoas e da economia do país.

2.2.1 Relevância da educação financeira no planejamento financeiro

A educação financeira possui extrema relevância para organização das finanças do indivíduo que busca saúde financeira. Além de conhecer sobre números e cálculos matemáticos a educação financeira contribui de forma efetiva na decisão do indivíduo no

que se refere ao destino e organização dos recursos. Portanto, corrobora na gestão dos recursos, evitando dívidas e auxiliando na construção do patrimônio.

O Portal Efetividade (2019) aponta cinco formas de como a educação financeira impacta na organização finanças e consequentemente no planejamento financeiro pessoal. São elas:

1. Controle de gastos: a educação financeira auxilia no entendimento das receitas e despesas. Assim é possível mensurar o que pode ser cortado e como maximizar os recursos, otimizando o dinheiro do indivíduo.
2. Economizar: outro ponto relevante nas finanças por meio da educação financeira é o indivíduo saber economizar. Comprar à vista, eliminar o cartão de crédito e vários outros fatores fazem parte dessa dinâmica.
3. Renda familiar: é indispensável que o conhecimento sobre questões relacionadas às finanças sejam discutidas e façam parte do ambiente familiar. Assim, é possível gerir melhor os gastos da família e ensinar as crianças, desde cedo, a importância do tema.
4. Investir bem: não apenas aportar o dinheiro em produtos financeiros, mas fazê-lo da melhor forma possível considerando o perfil de investidor do indivíduo também é um ponto importante que a educação financeira proporciona.
5. Minimizam-se as dívidas: o maior problema com as finanças é quando as dívidas saem do controle. A educação financeira serve como antídoto neste caso, permitindo a racionalização de gastos e cortes de despesas que possam atrair dívidas.

Frente ao exposto é evidente que a educação financeira contribui positivamente na racionalização do uso do dinheiro. Assim sendo, é indispensável na vida dos indivíduos.

2.3 Cenário da vida financeira do brasileiro

O termo “vida financeira” remete-se a como o brasileiro utiliza os rendimentos disponíveis durante a vida. Deve-se haver um equilíbrio entre o rendimento e o consumo

de modo a suprir as necessidades presentes e garantir as necessidades futuras. Faz-se assim, indispensável o planejamento financeiro.

Apesar de 64% dos brasileiros afirmarem pagar as contas em dia, 56% admitem não realizar o orçamento doméstico ou familiar; 69% assumem não ter poupado nenhuma parcela da renda recebida nos últimos 12 meses. É o que aponta o relatório das Competências em educação financeira: descrição de resultados da pesquisa da Rede Internacional de Educação Financeira adaptada e aplicada no Brasil em 2017 e divulgada pelo Banco Central do Brasil (2018).

A pesquisa em questão do Banco Central do Brasil (2018) aponta dados alarmantes, pois 56% dos brasileiros assumem não realizar o planejamento financeiro. A consequência disso é que não há um planejamento financeiro de médio ou longo prazo, geralmente o foco é apenas no curto prazo. Desse modo, pode-se afirmar o impacto na organização financeira.

Infelizmente, a educação financeira não é incentivada no Brasil desde a infância. Essa falta de preocupação com um assunto tão importante, leva o país a ter indicadores decepcionantes e que afetam diretamente o dia a dia dos cidadãos de acordo com Reis (2018). Ele afirma que cerca de 65% dos brasileiros não têm reserva financeira. E os que têm, continuam presos a investimentos tradicionais com rendimentos pouco vantajosos: o percentual de pessoas que investe fora da Poupança não chega a 1%. Gastar hoje e pagar amanhã está na cultura da maioria dos brasileiros. Para agravar a situação, são poucos os que se dão ao trabalho de fazer um controle rígido de despesas, como um orçamento mensal e metas de construção de patrimônio.

Ainda, de acordo com o Banco Central do Brasil (2018), os dados da Rede Internacional de Educação Financeira revelam que, mesmo que haja atitude positiva frente às decisões financeiras, refletindo a intenção de equilibrar o orçamento (afinal 72% dos entrevistados pensam se poderão pagar uma compra) o comportamento, na prática, tende a ser contraditório. Poucos têm o hábito de poupar, e os que pouparam guardam apenas pequena parte do seu rendimento. A falta de hábito de poupança atinge todas as

faixas etárias, principalmente nas faixas de rendimento inferiores, resultando em baixa capacidade de arcar com despesas imprevistas.

De fato, a população de “baixo rendimento” é a mais atingida, pois possui menos recursos, o que dificulta compreender com eficácia a importância do planejamento financeiro de curto, médio e longo prazo.

Segundo Cotias (2017) enquanto no Brasil a taxa entre poupança bruta e o PIB (Produto Interno Bruto)⁵ oscila entre 11% e 16%, na Bolívia chega a 25%.

A ausência de planejamento financeiro na vida do brasileiro é algo cultural, comportamental cujo desafio de mudança é árduo, principalmente nas classes sociais mais baixas.

2.3.1 Classes sociais e salário mínimo

Pode-se definir a classe social como grupo constituído por indivíduos com padrões económicos, culturais e políticos semelhantes. Ainda, é possível afirmar que o fator financeiro é uma das características mais marcantes na definição de uma classe social.

Segundo o Dicionário (2018) a definição mais usual refere-se ao grupo limitado de pessoas que constituem um mesmo nível e poder económico, além de terem acesso a oportunidades e opções de lazer e entretenimento diferenciados. Ainda, de acordo com a teoria marxista sobre a divisão das classes, em toda a sociedade capitalista existe um grupo dominante, responsável por ditar os padrões vigentes naquela sociedade, além de influenciar o controle do Estado, direta ou indiretamente. Por outro lado, também existe uma classe dominada, formada por trabalhadores com baixa instrução profissional e educacional.

⁵ O PIB - Produto Interno Bruto representa toda a riqueza produzida no país. Seu cálculo é dado pelo Consumo + Investimentos + Gastos do Governo + (Exportações – Importações).

No Brasil, o principal critério para definição da classe social é o rendimento, portanto, o número de salários mínimos que cada indivíduo recebe conforme Tabela 2.2.

Tabela 2.2 – Classes sociais por faixa de salário mínimo.

Definição da classe	Número de salários mínimos	Renda familiar (R\$) (referência 2016)
A	Acima de 20 salários mínimos	A partir de R\$ 18.740,01
B	De 10 a 20 salários mínimos	De R\$ 9.370,01 a R\$ 18.740,00
C	De 4 a 10 salários mínimos	De R\$ 3.748,01 a R\$ 9.370,00
D	De 2 a 4 salários mínimos	De R\$ 1.874,01 a R\$ 3.748,00
E	Até 2 salários mínimos	Até R\$ 1.874,00

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018).

Na Tabela 2.3 é verifica-se os valores dos salários mínimos no Brasil desde o ano de 1994 (implantação do Plano Real) até 2018, assim como o percentual de aumento anual.

Reitera-se que o valor do salário mínimo corresponde ao valor mínimo de remuneração bruta que os empregadores devem legalmente pagar aos seus colaboradores pelo trabalho realizado.

Segundo Baldocchi (2018) os reajustes aplicados de 1995 até hoje figuraram como um dos mais relevantes instrumentos de redução da desigualdade no período. A fórmula atual considera o crescimento do PIB de dois anos antes e a inflação dos 12 meses anteriores.

No que se refere as classes menos favorecidas, de acordo com o Portal do Governo do Brasil (2017) o brasileiro deu um salto no seu perfil de rendimento em 2011. Vinte e sete milhões de pessoas deixaram as classes D e E para fazer parte da C, refletindo a

maioria da população do país. Além disso, 230 mil pessoas saíram da classe C e entraram para as classes mais ricas (A e B). Essa maioria da população (54%) de classe C representa uma mudança considerável em relação ao verificado em 2005, quando a maioria (51%) estava na classe D/E. Um total de 22% dos brasileiros está no perfil da classe A/B, o que também representa um aumento em comparação ao constatado em 2005, quando a taxa era 15%.

Tabela 2.3 – Salários mínimos no Brasil (1994-2018).

Ano	Vigência	Valor (R\$)	Percentual de aumento em relação ao ano anterior
2018	01/01/2018	R\$954,00	1,81%
2017	01/01/2017	R\$937,00	6,48%
2016	01/01/2016	R\$880,00	11,68%
2015	01/01/2015	R\$788,00	8,84%
2014	01/01/2014	R\$724,00	6,78%
2013	01/01/2013	R\$678,00	9,00%
2012	01/01/2012	R\$622,00	14,13%
2011	01/03/2011	R\$545,00	0,93%
2011	01/01/2011	R\$540,00	5,88%
2010	01/01/2010	R\$510,00	9,68%
2009	01/02/2009	R\$465,00	12,05%
2008	01/03/2008	R\$415,00	9,21%
2007	01/04/2007	R\$380,00	8,57%
2006	01/04/2006	R\$350,00	16,67%
2005	01/05/2005	R\$300,00	15,38%
2004	01/05/2004	R\$260,00	8,33%
2003	01/04/2003	R\$240,00	20,00%
2002	01/04/2002	R\$200,00	11,11%
2001	01/04/2001	R\$180,00	19,21%
2000	03/04/2000	R\$151,00	11,03%
1999	01/05/1999	R\$136,00	4,62%
1998	01/05/1998	R\$130,00	8,33%
1997	01/05/1997	R\$120,00	7,14%
1996	01/05/1996	R\$112,00	12,00%
1995	01/05/1995	R\$100,00	42,86%
1994	01/09/1994	R\$70,00	8,04%
1994	01/07/1994	R\$64,79	-

Fonte: Portal Brasil (2018).

Mesmo com a ascensão de grande parcela dos brasileiros para a classe C, o Brasil ainda figura como um dos países em que a desigualdade financeira é acentuada.

2.3.2 Síntese da desigualdade de rendimento

Dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018) apontam que, em 2017, uma minoria mais rica formada por 10% de brasileiros detinha 43,3% do rendimento total do país, sendo que, os 10% mais pobres dispunham de apenas 0,7% da renda total. De acordo com o Portal Uol⁶ (2018) a concentração do rendimento é semelhante à observada na pesquisa anterior, de 2016. Naquele ano, 43,4% do rendimento estava nas mãos dos 10% mais ricos e 0,8%, nas mãos dos 10% mais pobres. Considerando apenas os 1% que ficam no topo, o rendimento médio foi de R\$ 27.213,00 por mês, correspondente a 36,1 vezes a média recebida pela metade mais pobre da população, que ganhava R\$ 754,00 por mês. A desigualdade é maior na região Nordeste, onde a razão foi de 44,9 vezes, e menor na Sul, 25 vezes.

É importante destacar que a referida pesquisa sobre concentração do rendimento no Brasil considera todas as fontes de rendimento da população, como salário, aposentadoria, pensão e programas de transferência de rendimento, como o Bolsa Família. O Bolsa Família é um programa do governo do Brasil de transferência direta de rendimento, destinada às famílias em situação de pobreza extrema em todo o País, com o objetivo de que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. Segundo o Portal da Caixa (2018), banco público do país, o programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. Em todo o Brasil, mais de 13,9 milhões de famílias são atendidas pelo Bolsa Família. A população alvo do programa é constituída por famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. As famílias extremamente pobres são aquelas que têm rendimento mensal de até R\$ 89,00 por pessoa. As famílias pobres são aquelas que têm rendimento mensal entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 por pessoa. As famílias pobres participam do programa, desde que tenham em sua composição gestantes e crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos. Ainda, para participação no

⁶ O Universo Online, conhecido pela sigla UOL, é uma empresa de conteúdo do conglomerado Grupo Folha, do Jornal Folha de São Paulo.

Programa é necessário que as crianças e adolescentes da família tenham assiduidade escolar e carteira de vacinação em dia.

Ainda, segundo a pesquisa do IBGE apontada pelo Portal UOL (2018) considerando todas as pessoas que receberam algum rendimento, o rendimento médio caiu em 2017: passou de R\$ 2.124,00 em 2016, para R\$ 2.112,00 em 2017, um recuo de 0,56% ou de R\$ 12,00. Ou seja, cada brasileiro que tinha algum rendimento em 2017 recebeu R\$ 2.112 por mês, em média. A região Centro-Oeste registrou o maior valor (R\$ 2.479,00) e o Nordeste (R\$ 1.429,00), o menor. O rendimento médio da metade mais pobre da população caiu 2,5% de 2016 (R\$ 773,00) para 2017. O resultado foi na contramão da economia, que registrou crescimento de 1% em 2016, após dois anos seguidos de recessão.

Outro fator que aponta a desigualdade do Brasil é o Índice de Gini que em 2017 no país correspondeu a 0,549. O Índice de Gini é utilizado para mensurar a desigualdade de rendimento, apontando se há muita ou pouca diferença entre os mais pobres e os mais ricos de um determinado país ou região. Segundo o Dicionário Financeiro (2018) o coeficiente de Gini foi desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini em 1912, e atualmente é um dos principais indicadores de desigualdade social. Os valores deste coeficiente são representados entre 0 e 1, em que, quanto mais próximo de zero menor é a desigualdade social, sendo 1 o máximo de desigualdade possível.

Conforme descrito na pesquisa do IBGE apontada pelo Portal UOL (2018) o Índice de Gini manteve-se em 0,549 de 2016 para 2017. A estabilidade em relação ao ano anterior ocorreu por causa de uma queda na região Sudeste, onde o índice passou de 0,535 para 0,529. No entanto, em todas as demais regiões a desigualdade piorou. No Nordeste, o índice Gini subiu de 0,555, em 2016, para 0,567, em 2017. No Norte, passou de 0,539 para 0,544. No Sul, de 0,473 para 0,477. No Centro-Oeste, de 0,523 para 0,536.

Observando-se o Índice de Gini e seu conceito é possível afirmar que o Brasil possui grandes desafios no que se refere a distribuição do rendimento. Na Tabela 2.4 é possível observar o histórico dos resultados do índice de Gini no Brasil.

Tabela 2.4 – Índice de Gini no Brasil (1981-2017).

Ano	Índice de Gini
2017	0,549
2016	0,549
2015	0,491
2014	0,497
2013	0,501
2012	0,505
2011	0,506
2009	0,521
2008	0,526
2007	0,531
2006	0,599
2005	0,548
2004	0,555
2001	0,594
1999	0,592
1998	0,598
1997	0,6
1996	0,6
1995	0,599
1993	0,601
1992	0,58
1990	0,612
1989	0,634
1988	0,616
1986	0,586
1985	0,595
1984	0,587
1983	0,594
1981	0,582

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018).

Em 1988, o Brasil obteve um índice de Gini de 0,616, portanto o país apresentava grande desigualdade na distribuição de renda. O mesmo ocorreu no ano seguinte, 1989 cujo índice é apontado em 0,634. O período em questão compreende a época da hiperinflação no país, cujos preços aumentaram concomitantemente impedindo o crescimento da distribuição do rendimento no país.

Comparativamente, segundo Júnior (2009, p. 205):

Em 2006 o coeficiente de Gini do Brasil era de 0,559, enquanto na Argentina era de 0,510, no Chile 0,522, na Colômbia 0,584 e no México 0,506. Portanto, a distribuição do rendimento no Brasil ainda é pior que na Argentina, Chile e México, países da América Latina assim como o Brasil. Confrontado com países desenvolvidos, o coeficiente de Gini do Brasil é ainda pior. Nos Estados Unidos, em 2006, o coeficiente era de 0,469 e no Canadá era de 0,393.

Se observarmos o cenário atual, segundo Corrêa (2017) o Brasil é o décimo país mais desigual do mundo, de acordo com dados divulgados no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), elaborado pelas Nações Unidas. No Brasil, o índice de Gini ficou em 0,515 em 2015, mesmo número registrado pela Suazilândia, e maior que os vizinhos da América Latina, como Chile (0,505) e México (0,482).

Como exposto, o Brasil apresenta desigualdade acentuada no rendimento. E, não para por aí, essa discrepância é maior se considerarmos comparativamente diferenças de escolaridade e regiões do país.

A pesquisa do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018) referente o rendimento da população brasileira em 2017, mostra que a crise no mercado de trabalho fez o rendimento médio do brasileiro cair na comparação com 2016. De acordo com a pesquisa o grau de escolaridade está diretamente ligado ao rendimento médio recebido por um brasileiro. Quem não foi para a escola, recebeu em média menos de um salário mínimo - cerca de R\$ 842,00. O grande salto no rendimento está entre os que concluíram curso universitário, eles ganham mais que o dobro, na média, das outras categorias.

Fica manifesto o papel importante que a educação tem no desenvolvimento das pessoas e da economia. O indivíduo que conclui ao Ensino Médio tem melhores possibilidades para obtenção de um rendimento maior. Além disso, o acesso à educação financeiro permite análise para o consumo consciente.

2.4 Cenário do consumo na classe C e relação com o planejamento financeiro

Observando-se as classes sociais no Brasil, segundo o Portal da Revista Veja (2012) a única que gasta mais do que ganha é a C, que num estudo sobre consumo, aparece com déficit de 2% na relação entre renda e gasto. Tanto a classe A e B quanto a D e E ficaram com saldo positivo nesta análise, de 1% e 4% respectivamente.

Relacionando este comportamento com o planejamento financeiro, fica evidente a necessidade de planejamento e controle das receitas e despesas, sobretudo da classe C. Ainda, é possível apontar que a classe C configura quase a metade da população brasileira. Tem-se desta forma a relevância para a construção de uma proposta de planejamento financeiro específico para o público em questão.

Outro fator relevante, segundo o Portal da Revista Veja (2012) é que despesas como educação e vestuário, classificadas como “outras despesas”, respondem pela maior parte dos gastos da classe C (38%). Na sequência, aparecem despesas fixas, como habitação, transporte e serviços públicos (33%), seguida por uma cesta de bens de consumo não duráveis (28%).

Frente ao exposto, que 38% das despesas da classe C é definida como “outras despesas, o planejamento financeiro mostra-se eficaz, pois uma das primeiras etapas é identificar todas as despesas e classificá-las como: desperdício cuja ação recomendada é eliminar por completo; supérfluo cuja orientação é analisar e eliminar ou reduzir conforme a necessidade; e, por fim as despesas designadas necessárias que devem ser analisadas com objetivo de otimização.

De acordo com Fellet (2010), em 2010 a classe C gastou R\$ 864 bilhões de reais com o consumo, ao passo que as classes A e B desembolsaram, juntas, R\$ 909 bilhões de reais. Com isso, a classe C, que em 2002 respondia por 25,8% dos gastos dos brasileiros, em 2010 respondeu por 41,35% e é, isoladamente, a que mais consome no Brasil. Já as classes A e B, que há oito anos eram responsáveis por 58,1% das despesas, agora respondem por 42,9%. Apesar disso, os gastos nessa faixa social cresceram três vezes no período. As

classes D e E, que passaram a consumir 4,2 vezes mais nos últimos oito anos, mantiveram a sua participação, sendo responsáveis por 15,7% dos gastos totais dos brasileiros.

De acordo com Fellet (2010), a classe C deixou de ser vista como segmento de mercado e fechou 2010 como o verdadeiro mercado brasileiro. O crescimento do consumo na classe C, também chamada de “nova classe média”, tem três explicações: o grupo social inchou no período, passando a englobar 50,5% dos brasileiros, seus rendimentos médios aumentaram e cresceu a oferta de crédito a seus integrantes.

O planejamento financeiro tem um papel fundamental para a classe C neste novo cenário, pois proporciona o planejamento do consumo consciente e do crédito. Sendo assim, no que se refere ao crédito, como o objetivo é otimizar os gastos, recomenda-se pesquisas em mais de um estabelecimento assim como marcas ou segmentos distintos com o objetivo de encontrar o melhor custo versus benefício de produtos e serviços e assim realizar o consumo consciente.

É importante destacar que o planejamento financeiro é importante para todos os indivíduos independente da classe social que ocupe pois proporciona o reconhecimento da situação financeira atual e permite a elaboração da visão financeira no curto, médio e longo prazos.

Em função da proporção e representatividade da classe C na população brasileira, será desenhada uma proposta de planejamento financeiro que atenda este público.

Capítulo 3: Modelos de planejamento financeiro pessoal

Neste capítulo são apresentados modelos de planejamento financeiro pessoal de autores do tema e entidades financeiras. Também é exposto uma síntese e comparativo dos referidos modelos.

3.1 Modelos de planejamento financeiro pessoal

Apresenta-se quatro modelos de planejamentos financeiro pessoal, sendo um considerando uma revisão bibliográfica de Torralvo e Souza (2008), outro tendo como base orientações do órgão de regulamentação financeira CVM (Comissão de Valores Mobiliários), outro capturando a tendência de aplicativo Mobills e, por fim, o último proposto por um banco privado tradicional no Brasil – Itaú Unibanco.

3.1.1 Modelo proposto por Torralvo e Souza (2008)

Um dos principais propósitos do planejamento financeiro, além da organização do fluxo financeiro, é o atingimento dos sonhos, definidos por meio de objetivos e metas.

Por isso, para justificar a elaboração do planejamento financeiro, Torralvo e Souza (2008) propõem que alguns passos sejam seguidos para nortear a organização e assim, em seguida, seguir as etapas do planejamento financeiro para colocá-los em prática.

Os passos iniciais de análise correspondem a: definição dos objetivos, identificação dos meios, apurar os recursos necessários, colocar o planejamento financeiro em prática e controlar para garantir aderência ao planejamento. Em seguida, apresenta-se 3 Etapas com detalhamento para colocar o planejamento financeiro em prática apresentando as ferramentas necessárias. São elas: Etapa 1: Determinar os recursos que se planeja receber de cada uma das possíveis fontes; Etapa 2: Determinar as despesas previsíveis e guardar um valor para gastos inesperados; Etapa 3 – Traduzir a programação financeira em números e colocar em prática o planejamento.

Abaixo são descritos os passos iniciais para organização do planejamento financeiro.

- a) Definição de objetivos: é preciso estabelecer objetivos para definição metas. Vale destacar que a principal motivação para realização de um planejamento financeiro é o alcance de determinado objetivo. Com base na definição do propósito é possível nortear as decisões de maneira a estarem alinhadas com as metas estabelecidas.
- b) Identificação dos meios: é importante definir os meios pois eles contribuirão com detalhes importantes no estabelecimento das metas. Por exemplo, se o objetivo de um determinado indivíduo for uma viagem de férias é preciso determinar com antecedência como esta viagem será realizada: de avião, de ônibus, de carro, de navio, ou outro meio. Além disso é preciso entender o que será necessário para conseguir tal viagem: qual é o roteiro, por exemplo. A identificação dos meios permite a definição e projeção dos recursos financeiros primordiais para realização do objetivo
- c) Apurar os recursos necessários: uma vez determinados os objetivos e os meios para atingi-los é possível identificar o valor dos recursos necessários para realização desses objetivos. Além disso, neste momento deve ser analisado como estes recursos serão gerados ou obtidos (por meio, por exemplo, de: rendimento, ou resgate de investimentos, ou empréstimo, ou outro meio).
- d) Colocar o planejamento em prática: após a elaboração dos objetivos e a determinação de meios e recursos para alcançar as metas, é possível implementar o planejamento. Esta fase envolverá a determinação de procedimentos para a tomada de decisão e a maneira como organizá-los de modo que o plano possa ser executado respeitando as metas estabelecidas. No exemplo citado da viagem, fariam parte desta etapa a compra da viagem (passagem, hospedagem, traslados) e a elaboração de um roteiro a ser seguido.
- e) Controle para garantir aderência ao planejamento: nesta etapa é importante o indivíduo avaliar e controlar para certificar-se de que o planejamento está transcorrendo como previsto inicialmente. Nesta fase é possível identificar se o planejamento de fato está contribuindo para que as metas sejam atingidas e, conseqüentemente, se o objetivo está sendo atingido. Retomando o exemplo do

objetivo de férias, checar o roteiro durante a viagem e segui-lo são atitudes importantes para não haver surpresas posteriores quanto aos custos despendidos.

Destaca-se que o sucesso do planejamento financeiro pessoal está na determinação de fazê-lo e na disciplina de segui-lo no decorrer do tempo, somente assim, os objetivos traçados poderão ser atingidos.

Segundo Torralvo e Souza (2008, p. 80):

A tentação da compra pode aumentar, mas é preciso segurar firme o dinheiro em prol da conquista de objetivos maiores no futuro. Mais do que mera contabilização de gastos, o planejamento financeiro pessoal é, sobretudo, uma reflexão que precisa ocorrer de modo sistemático antes do gasto dos recursos. É tão simples quanto pouco útil falar em planejar apenas após o término de um mês em que as dívidas somente cresceram. A sensação positiva frente a uma situação adversa como essa deve ser enaltecida, mas sabe-se que não haverá um efeito prático; bastará o dinheiro ficar novamente disponível e a vontade de gastar superará a disposição de poupar. O planejamento financeiro pessoal tem o poder de produzir resistências à tentação de gastos imediatos na medida em que evidência benefícios maiores no futuro. Claro que isso não implica a renúncia completa de qualquer prazer no presente, mas apenas de alguns para que o desfrute possa ser maior no futuro.

Desta forma, para um planejamento financeiro eficaz, deve-se elaborar um orçamento contendo todas as entradas e saídas de recursos alinhando-as com as metas estabelecidas para facilitar o cumprimento.

Torralvo e Souza (2008) recomendam um planejamento financeiro prático em 3 etapas. Trata-se de um detalhamento dos passos descritos acima contemplando o ponto inicial que é o fluxo financeiro: receitas e despesas, entre outros.

Etapa 1: Determinar os recursos que se planeja receber de cada uma das possíveis fontes.

A primeira etapa para realizar um planejamento financeiro pessoal é levantar os valores que compõem a receita do indivíduo, ou ainda, da família, caso o orçamento seja familiar. São eles:

a) **Rendimento:** os recursos que um indivíduo dispõe podem ser provenientes de diversas fontes, por exemplo:

- **Salário:** remuneração procedente de determinada prestação de serviços; pode incluir remunerações variáveis como comissões e/ou bônus pagos pelo cumprimento de metas estabelecidas pelo empregador.
- **Aluguel:** decorrente da locação de bens, geralmente imóveis, mediante contrato firmado por determinado período.
- **Juros:** oriundos de aplicações financeiras em geral.
- **Pró-labore⁷:** retiradas financeiras feitas por empresários ou sócios referentes ao trabalho dedicado à empresa.
- **Dividendos:** valores oriundos da divisão de lucros do exercício fiscal de companhias distribuídos entre sócios e acionistas.

b) **Resgate de investimentos:** é preciso identificar se será necessário realizar o resgate de recursos aplicados em investimentos para satisfazer alguma necessidade ou cobrir alguma ruptura no orçamento.

c) **Empréstimos:** é fundamental verificar a necessidade de obtenção de recursos financeiros junto a instituições financeiras, cooperativas de crédito, entre outras instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Apesar de não recomendado, por constituir-se uma dívida, o empréstimo permite uma entrada pontual em caixa. Se necessário, é preciso que seja planejado para compor o orçamento prevendo os pagamentos necessários.

⁷ *Pro labore* é uma expressão latina que significa “pelo trabalho”, utilizada atualmente na língua portuguesa para se referir a remuneração mensal do sócio ou dono de uma empresa. Em suma, o pró-labore é uma espécie de rendimento que os membros da sociedade de uma empresa recebem mensalmente. O valor é determinado com base na média salarial do mercado. Mas, ao contrário do que acontece com os salários, o pró-labore não tem cobertura de garantias trabalhistas definidas na legislação brasileira, como, por exemplo, o 13º salário, contribuição ao FGTS (Fundo de Garantia por tempo de serviço) ou o pagamento de férias.

Etapa 2: Determinar as despesas previsíveis e guardar um valor para gastos inesperados.

Uma vez identificado os recursos que se planeja receber de cada uma das possíveis fontes, deve-se levantar as despesas que incidirão no orçamento. Para isso, é preciso classificar as despesas em fixas, variáveis e a reserva para despesas inesperadas.

a) Despesas fixas: configuram-se nesta categoria as despesas que incidem mensalmente. Torralvo e Souza (2008) recomendam que despesas constantes com elevado nível de necessidade também sejam tratadas como fixas mesmo que haja alguma variabilidade de um período para outro. Como:

- Moradia: gastos com a parcela de financiamento do imóvel, ou dispêndio com aluguel, além dos custos com condomínio, luz, água, gás, manutenção da casa, IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), empregada doméstica.
- Automóvel: despesas referentes a combustível, seguro, IPVA (Imposto sobre a propriedade de veículo automotor), manutenção e estacionamento.
- Comunicação: gastos relacionados a utilização de aparelhos de comunicação, como telefonia fixa e móvel, acesso à internet.
- Alimentação/supermercado: despesas referentes às compras tipicamente feitas em supermercado, como alimentação, higiene e outros produtos para casa.
- Educação: pagamento de mensalidade de colégios ou faculdades, além de cursos e outros programas relacionados à educação em geral.
- Gastos médicos e odontológicos: custos destinados a pagamento de seguro-saúde e eventuais consultas e tratamentos médios e odontológicos.
- Pagamento de empréstimos: os compromissos financeiros assumidos devem ser considerados como desembolsos fixos e inadiáveis, como pagamento da fatura do cartão de crédito, e compras financiadas em geral.

b) Despesas variáveis: de acordo com Torralvo e Souza (2008, p. 83):

Esse tipo de despesa reflete gastos com itens que não são recorrentes todo mês e não devem ser considerados tão essenciais quanto os anteriores. Mas isso não significa que essas despesas não

devem ser contraídas: elas podem ser contratadas desde que não comprometam a saúde financeira nem prejudiquem o cumprimento das metas estabelecidas; por isso, também devem ser planejadas.

Pode-se citar entre as principais despesas consideradas variáveis:

- Esporte e lazer: encontram-se aqui despesas como cinema, teatro, restaurantes e outros equivalentes. Pode-se dizer que contribuem para o convívio social, mas deve-se ter muita atenção para que não extrapolem às despesas fixas e aos recursos previstos para esta finalidade.
 - Higiene e bem-estar: configuram-se despesas como cabeleireiro, artigos para cuidados do próprio corpo e atividades visando a melhoria do bem-estar como academia, entre outros.
 - Vestuário: custos com aquisição de roupas e calçados. É importante destacar que estes gastos, assim como os demais, devem ser planejados e constar no orçamento para não haver surpresas desagradáveis.
- c) Reserva para despesas inesperadas: é imprescindível considerar algum valor mensal dos recursos obtidos para uma reserva de despesas inesperadas com o intuito de o indivíduo estar mais preparado para situações imprevistas, como, por exemplo uma falha mecânica no automóvel, uma intervenção médica de urgência, ou qualquer outro gasto não programado. Segundo Torralvo e Souza (2008, p.84) “este valor deve ser considerado como despesa, embora haja previsibilidade de não ser utilizado, e, neste caso, se converter em contribuição ao superávit do período.”

Etapa 3 – Traduzir a programação financeira em números e colocar em prática o planejamento.

Nesta etapa é preciso estabelecer objetivos a serem seguidos. A metodologia de Torralvo e Souza (2008) divide-os em duas categorias:

a) Objetivos de consumo: são compostos por desejos de compra de produtos ou serviços como, por exemplo, aquisição de uma casa, de um carro, uma viagem, entre outros.

b) Objetivos financeiros: estão relacionados à formação de reservas financeiras a partir de investimentos, como, por exemplo, reserva para aposentadoria.

De acordo com Torralvo e Souza (2008) após identificação das saídas e entradas de caixa do orçamento, com a melhor margem de confiabilidade e segurança possível, e fixados os objetivos de realização mês a mês para os próximos 12 meses, é chegada a hora de colocar o planejamento em prática e iniciar as ações de controle. Para isso, recomenda-se a utilização de uma planilha nos termos da Tabela 3.1 a seguir.

Segundo Torralvo e Souza (2008) a linha correspondente ao resultado do “orçamento líquido” deve ser o primeiro referencial a ser considerado ainda na fase de preparação do planejamento financeiro pessoal, pois ela indica a poupança programada para o respectivo período, ou ainda o déficit que será preciso cobrir ajustando as despesas para a realidade financeira do indivíduo.

Havendo déficit o indivíduo terá que buscar alternativas para cobrir as despesas, como empréstimos ou financiamentos. Havendo superávit o indivíduo poderá poupar este recurso para atingir o objetivo que está programado no orçamento.

É importante, ao final de cada mês, ou seja, cada período, haver confrontação das informações e dados do orçamento realizado versus o planejado. Os resultados desta análise produzirão subsídios para tomada de decisões financeiras.

Tabela 3.1 – Planejamento financeiro pessoal para os próximos 12 meses.

Detalhamento	Mês 1 (R\$)	Mês 2 (R\$)	...	Mês 12 (R\$)	Total próximos 12 meses
A. Recebimentos previstos					
Salários					
Aluguéis					
Juros					
Pró-labore					
Outros recebimentos					
Total recebimentos A					
B. Pagamentos presentes					
Moradia					
Automóvel					
Comunicações					
Alimentação/supermercado					
Educação					
Despesas médicas e odontológicas					
Pagamentos de juros e empréstimos					
Outros gastos fixos					
Total pagamentos fixos [B1]					
Esporte e lazer					
Higiene e bem-estar					
Vestuário					
Reserva despesas inesperadas					
Outros gastos variáveis					
Total pagamentos variáveis [B2]					
Total pagamentos [B=B1+B2]					
Orçamento líquido [A-B]					

Fonte: Torralvo e Souza (2008, p.85).

Para isso, Torralvo e Souza (2008) recomendam a utilização da Tabela 3.2 que reflete o controle do orçamento mensal: programado x realizado.

De acordo com Torralvo e Souza (2008) a compensação de variação entre valores pode mascarar informações. Por exemplo, o recebimento de determinado valor de aluguel foi menor que o previsto, mas em compensação, a quantia de salário foi maior, mantendo a diferença na soma prevista. Observando em detalhes será possível o indivíduo identificar, por exemplo, que o inquilino não pagou o aluguel. Quanto mais cedo ocorrer

esta percepção, mais fáceis serão as correções e a recuperação da inadimplência do inquilino, melhorando o total de entradas e consequentemente a poupança do período.

Exercício semelhante deve ser realizado no que referente aos itens de pagamentos previstos.

Tabela 3.2 – Controle do orçamento mensal: previsto x realizado.

Detalhamento	Previsto (A)	Realizado (B)	Varição (A – B)
A. Recebimentos previstos			
Salários			
Aluguéis			
Juros			
Pró-labore			
Outros recebimentos			
Total recebimentos A			
B. Pagamentos presentes			
Moradia			
Automóvel			
Comunicações			
Alimentação/supermercado			
Educação			
Despesas médicas e odontológicas			
Pagamentos de juros e empréstimos			
Outros gastos fixos			
Total pagamentos fixos [B1]			
Esporte e lazer			
Higiene e bem-estar			
Vestuário			
Reserva despesas inesperadas			
Outros gastos variáveis			
Total pagamentos variáveis [B2]			
Total pagamentos [B=B1+B2]			
Orçamento líquido [A-B]			

Fonte: Torralvo e Souza (2008, p. 87).

É importante que o controle do processo de planejamento pessoal se apoie nas seguintes ações, segundo Torralvo e Souza (2008):

- Identificar as variações com relação ao que se planejou, sejam elas positivas ou negativas.
- Traduzir estas variações em informações a partir das expectativas iniciais e dos sinais adicionais emitidos pelo sistema económico no período de realização correspondente.
- Tomar as decisões que forem cabíveis, consertando eventuais distorções e a continuidade do que tenha sido originalmente planejado.

Esse monitoramento auxiliará no processo de planejamento financeiro pessoal pois permite a identificação e a correção de distorções. Além disso, o acompanhamento fornecerá insumos para melhor tomada de decisão financeira.

A revisão periódica e constante do planejamento financeiro também auxilia na previsibilidade e na identificação de novas receitas ou despesas, como, por exemplo, prever e programar o custo de presentes de aniversários dos familiares e amigos.

Por fim, de acordo com Torralvo e Souza (2008) o simples fato de se apurar anteriormente os resultados financeiros do indivíduo de um mês para o outro não é suficiente na avaliação do cumprimento das metas estipuladas, uma vez que os gastos já foram efetuados e resta pouco a fazer. O ideal é estabelecer de antemão qual o valor que se pretende gastar em cada linha do orçamento conforme proposto na Tabela 3.1, em seguida, apurar o gasto efetuado e contabilizá-lo como realizado. Isso auxiliará o indivíduo no decorrer do mês no conhecimento de quanto dinheiro ainda pode ser gasto em cada linha de despesa, o que pode tornar-se mais um fator de aprimoramento do processo de tomada de decisão, e conseqüentemente, do planejamento financeiro pessoal.

3.1.2 Modelo proposto pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários)⁸

A CVM – Comissão de Valores Mobiliários apresenta em seu Guia CVM de Planejamento Financeiro (2014) seis passos para o desenvolvimento de um planejamento

⁸ A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é uma entidade autárquica, em regime especial, vinculada ao Ministério da Fazenda do Brasil, criada por Lei em dezembro de 1976, com a finalidade de disciplinar, fiscalizar e desenvolver o mercado de valores mobiliários no Brasil.

financeiro pessoal eficaz. O Guia aponta que o planejamento financeiro é um processo que auxilia os indivíduos a organizarem sua vida financeira, por meio da elaboração de estratégias a fim de atingirem os respectivos objetivos de vida. São eles:

1º Passo – Calcular o patrimônio.

Nesta etapa o propósito é encontrar o valor do patrimônio líquido atual do indivíduo. Ao concluir, saber-se-á exatamente o montante da riqueza.

De acordo com o Guia CVM de Planejamento Financeiro (2014) é importante repetir esse processo ao menos uma vez por ano, para acompanhar a evolução do patrimônio. É imprescindível que o indivíduo seja o mais realista possível ao atribuir os valores de mercado. Quando computar o valor das dívidas, deve-se considerar o valor total que seria devido caso elas fossem quitadas naquele momento. Caso o indivíduo não saiba este valor, a orientação é entrar em contato com o credor. Faz-se necessário lembrar-se de incluir todas as dívidas com cartões de crédito e empréstimos, além de compras a prazo, boleto bancário ou cheques.

Para auxiliar nesta etapa, o Guia CVM de Planejamento Financeiro (2014) apresenta uma planilha como orientação que é exposta na Tabela 3.3.

Primeiramente é preciso identificar os bens e direitos em:

- a) Bens de uso pessoal tais com residência, automóvel, valores dos recursos disponíveis em conta corrente e outros bens de uso pessoal.
- b) Bens de investimento como reservas para emergência e aposentadoria, outras reservas, ações, investimentos imobiliários, outros investimentos (como fundos, por exemplo).

Em seguida, apura-se as obrigações tais como as de financiamento imobiliário, de automóvel, outros financiamentos e/ou empréstimos, cartão de crédito, cheques pré-

datados⁹, crédito pessoal (como, por exemplo empréstimo pessoal ou “cheque especial”¹⁰), entre outros.

Tabela 3.3 – Balanço patrimonial pessoal.

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Bens e direitos					
Bens de uso pessoal					
Residência					
Automóvel					
Outros bens de uso pessoal					
Conta corrente bancária					
Bens de investimento					
Reserva para emergências					
Reserva para aposentadoria					
Outras reservas					
Ações					
Outros investimentos					
Total bens e direitos					
Obrigações					
Financiamento imobiliário					
Financiamento automóvel					
Outros financiamentos					
Cartão de crédito					
Cheques pré-datados					
Crédito pessoal					
Outros					
Total obrigações					
Patrimônio líquido					

Fonte: Guia CVM de Planejamento Financeiro (2014, p.4).

⁹ O cheque pré-datado é conhecido por ser uma forma de adquirir um produto ou serviço, na qual o vendedor apenas deposita o cheque em uma data combinada. Sendo assim, o "cheque pré-datado", é uma forma não normalizada de comprar a prazo, com a qual o dinheiro apenas será debitado da conta do cliente após o tempo combinado. Fonte: Dicionário Financeiro (2018).

¹⁰ O cheque especial é uma operação de crédito oferecida pelos bancos para cobrir cheques e outros tipos de pagamentos que ultrapassem o valor existente na conta. O produto fica vinculado à conta corrente e os recursos são disponibilizados automaticamente, conforme a necessidade do cliente. Os bancos cobram juros e encargos cada vez que os recursos são utilizados. Na maior parte das instituições financeiras, esse valor é descontado uma vez por mês, em data de vencimento predeterminada. Fonte: Portal Governo do Brasil (2017).

O Balanço Patrimonial Pessoal permite que o indivíduo analise de que forma estão distribuídos seus bens e dívidas. A atualização periódica permite avaliar a evolução da riqueza. Além disso, o levantamento de dados para elaboração de balanço permite que o indivíduo avalie se os bens que possui geram receitas ou despesas, tenha percepção dos riscos de crédito e de seus investimentos assim como o custo de juros de seus empréstimos e financiamentos.

2º Passo – Registrar as receitas e despesas.

Nesta fase o objetivo é que se relate de forma detalhada todas as receitas e despesas do indivíduo para que se apure se o mesmo está vivendo de acordo com a respectiva condição financeira, ou se está gastando mais do que possui de rendimento.

Para este controle, utiliza-se a apuração mensal conforme a Tabela 3.4.

O Guia CVM de Planejamento Financeiro (2014) recomenda que se crie grupos despesas e receitas para facilitar a identificação. Pode-se citar como grupo de despesas gastos como habitação, alimentação, saúde, transporte, educação, lazer, entre outros; e como grupo de receitas: rendimento, aluguéis, receitas de investimentos e outras receitas.

Há também a orientação para registro de despesas que não são mensais, mas que fazem parte do fluxo financeiro dos indivíduos como impostos, seguros, matrículas de cursos e outras despesas sazonais. Do mesmo modo é recomendada que se contabilize rendimentos extras anuais como o 13º salário e férias.

A Tabela 3.4 retrata o fluxo de caixa; portanto, se o valor total das despesas é superior ao valor total das receitas, o indivíduo é considerado deficitário, pois está vivendo acima de suas condições financeiras. Por outro lado, se o valor total das receitas é maior que o das despesas, o indivíduo é superavitário, pois tem capacidade de poupança.

Tabela 3.4 – Fluxo de caixa: identificação das receitas e despesas.

	Descrição	Valor mensal	Valor anual
	Receitas		
	Rendimento		
	Aluguéis		
	Receitas de investimentos		
	Outras receitas		
	Total receitas		
	Despesas		
Reservas financeiras	Reserva para emergência		
	Reserva para aposentadoria		
	Reserva para conquistas		
	Outras reservas/ outros investimentos		
Moradia	Financiamento / Aluguel		
	Condomínio		
	IPTU		
	Gás		
	Luz		
	Supermercado		
	Tecnologia, informática, manutenção		
	Telefone fixo / Celular		
Automóvel	Internet		
	Financiamento de veículo		
	Combustível		
	Estacionamento		
	Pedágio		
	Seguro veículo		
	IPVA / licenciamento		
	Transporte / Taxi / Transporte público		
Saúde	Seguro saúde / médicos em geral		
	Academia		
	Farmácia		
Gastos pessoais	Salão de cabelereiro		
	Vestuário		
	Presentes		
Entretenimento	Restaurantes		
	Cinema/ teatro		
	Viagens		
Educação	Cursos		
	Material escolar		
	Total despesas		
	Total geral		

Fonte: Guia CVM de Planejamento Financeiro (2014, p. 6).

Além disso, a análise da Tabela 3.4 possibilita a visão total de todas as despesas e com isso a investigação dos custos não essenciais que podem ser cortados pelo indivíduo. Adicionalmente é possível visualizar o valor das dívidas e o rendimento dos investimentos.

De acordo com o Guia CVM de Planejamento Financeiro (2014) quanto maior for a capacidade de poupança do indivíduo mais fácil será aumentar o patrimônio e atingir os objetivos definidos.

3º Passo – Preparar-se para emergências.

Existem situações inesperadas e não planejadas na vida dos indivíduos que podem ocorrer independente da ação deste, como, por exemplo, problema de mecânica no carro, desemprego, gastos adicionais com saúde não cobertos pelo seguro. Para estas situações é imprescindível possuir uma reserva para que o indivíduo não comprometa o orçamento.

De acordo com o Guia CVM de Planejamento Financeiro (2014) a chamada “reserva de emergência” é destinada para cobrir estes imprevistos. Orienta-se que de acordo com o fluxo de caixa, que o indivíduo calcule os recursos necessários para cobrir o custo de vida por um período de 6 a 12 meses. Para isso, deve-se somar os recursos necessários para cobrir despesas contratadas como empréstimos e financiamentos durante este período assim como todas as demais despesas. O indivíduo deve desconsiderar apenas as que não são consideradas essenciais, se estiver disposto a abrir mão delas por determinado período (o de imprevisto). Recomenda-se que inicialmente o indivíduo concentre toda a sua capacidade de poupança para construção desta reserva.

É importante que os recursos destinados à esta reserva sejam mantidos em investimentos de baixo risco e que possam ser resgatados com facilidade em caso de necessidade. Em caso de utilização, é necessário compor novamente a reserva.

Ainda, de acordo com o Guia CVM de Planejamento Financeiro (2014, p. 10):

Na vida, nos expomos aos mais variados riscos. Estamos sujeitos a perdas patrimoniais, como em carros ou imóveis, ou danos pessoais, como problemas de saúde, invalidez e morte, entre outros. A reserva para emergências não é suficiente e nem mesmo indicada para lidar com todos esses riscos. Para isso, existem seguros. Sugere-se que se discuta sobre esse assunto com profissional especializado.

É importante destacar que a reserva de emergência em si é para imprevistos, situações previsíveis como depreciação de bens e outros devem ter a cobertura necessária como um seguro, por exemplo.

4º Passo – Planejar-se para o futuro.

Segundo o Guia CVM de Planejamento Financeiro (2014, p. 11) “quando chega o dia da aposentadoria, temos que estar preparados para manter nosso padrão de vida. Por mais que as pessoas desejem continuar trabalhando, a capacidade de geração de rendimento e a disposição ao trabalho diminuem com o passar do tempo. O objetivo desse passo é guiar para que esta fase da vida seja bem programada.”

Para planejamento desta reserva, o Guia CVM de Planejamento Financeiro (2014) recomenda que o indivíduo parta do fluxo de caixa atual. Para isso, é preciso que se retire as despesas que não serão mais necessárias na época da aposentadoria, tais como estudos dos filhos (tem-se como premissa que os filhos se sustentarão sozinhos nesta fase), financiamentos (tem-se em vista que os mesmos estarão quitados). Faz-se necessário acrescentar despesas adicionais comuns a esta fase da vida, como, por exemplo, gastos adicionais com saúde, viagens. No que se refere a receitas, caso o indivíduo seja contribuinte do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), ele receberá um rendimento mensal proveniente da previdência social¹¹.

¹¹ O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) tem suas políticas elaboradas pela Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda e executadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Este regime possui caráter contributivo e de filiação obrigatória. Dentre os contribuintes, encontram-se os empregadores, empregados assalariados, domésticos, autônomos, contribuintes individuais e trabalhadores rurais. A Previdência é um seguro que garante o rendimento do contribuinte e de sua família, em casos de doença, acidente, gravidez,

Tendo como base a idade que se pretende aposentar e a expectativa de vida, o indivíduo deve calcular o montante que deverá ter acumulado para conseguir esta renda complementar assim como o valor mensal que precisará poupar para atingir este objetivo. Para determinar este número, o indivíduo pode contar com o apoio de simuladores de aposentadoria de instituições financeiras do Brasil que projetam o valor considerando um rendimento mensal mínimo e, desta forma, definem o valor mensal a ser poupado.

Ao final desta etapa o indivíduo possui uma estimativa do quanto precisa poupar mensalmente para a reserva de aposentadoria. Esta informação deve ser incluída no orçamento de fluxo de caixa mensal.

5º Passo – Organizar os sonhos e objetivos.

Nesta fase o objetivo é que o indivíduo defina uma lista com a relação dos objetivos incluindo prazos, custos e o valor estimado da reserva para concretização.

Os prazos devem ser bem definidos como de curto, médio e longo prazos. Os objetivos podem ser, por exemplo, a compra ou reforma do imóvel ou carro, viagem. É necessário realizar o levantamento dos custos e determinar o valor estimado de cada um destes objetivos e depois priorizá-los. Assim, mensalmente é possível ter um planejamento dos recursos necessários a serem poupados. Para apoio nesta etapa o indivíduo pode utilizar a Tabela 3.5.

Para definir o custo estimado para os objetivos deve-se utilizar índices de fontes confiáveis. No caso de se referir a valores em moeda estrangeira é importante determinar o valor em reais. É importante que se estipule prazos realistas para as reservas financeiras mensais destinadas para atingir os objetivos. Se o valor mensal for alto, deve-se rever as prioridades e ajustar o prazo desejado.

prisão, morte e velhice. Têm o objetivo de garantir um rendimento seguro. Para ter essa proteção, é necessário se inscrever e contribuir todos os meses. Fonte: Portal INSS (2017).

Tabela 3.5 – Planejamento dos sonhos e objetivos.

	Prazo (meses)	Valor estimado	Reserva mensal
Curto prazo			
Móveis e eletrodomésticos			
Pequenas reformas			
Viagens			
Outros objetivos de curto prazo			
Médio prazo			
Automóvel			
Reformas de imóvel			
Outros objetivos de médio prazo			
Longo prazo			
Apartamento/casa			
Negócio próprio			
Faculdade do filho			
Outros objetivos de longo prazo			

Fonte: Guia CVM de Planejamento Financeiro (2014, p.6).

O Guia CVM de Planejamento Financeiro (2014) diz-nos que ao fim desta etapa o indivíduo terá construído uma tabela contendo os principais objetivos de curto, médio e longo prazo, além de uma estimativa do valor que precisará reservar no orçamento para conquistá-los. Esta lista orientará as decisões estratégicas, principalmente em relação às despesas para que o indivíduo possa criar um planejamento financeiro pessoal capaz de ajudá-lo a atingir o máximo possível de objetivos.

6º Passo – Juntar todas as etapas anteriores.

Inicialmente fez-se o balanço patrimonial e em seguida o fluxo de caixa que evidenciam a real situação financeira do indivíduo. Agora, esta etapa consiste em juntar todas as etapas anteriores para preparar o planejamento financeiro, ou seja, estimar as receitas e despesas relativas a um período futuro. Para apoio nesta etapa recomenda-se a utilização da Tabela 3.6.

É importante destacar que na Tabela 3.4 o indivíduo faz um exercício de levantamento e apuração de todas as receitas e despesas que possui mensal e anualmente. Desta forma poderá observar sua condição financeira atual. A Tabela 3.6, visa proporcionar um planejamento ao indivíduo. Ele poderá inserir o valor estimado de cada receita e despesa e ao final do período apurar se a despesa orçada foi realizada. Desta forma terá a visão de quais despesas podem estar consumindo o orçamento e tomar medidas saneadoras.

Segundo o Guia CVM de Planejamento Financeiro (2014, p.15):

A pessoa deve registrar os diferentes tipos de receitas e despesas que tem ou pretende ter, assim como as reservas financeiras que planeja incluir em seu orçamento, conforme estimado nos passos anteriores. Deve-se estipular um prazo para o planejamento. Cinco anos, dez anos, trinta anos. Essa decisão vai depender da idade e pode ser interessante considerar o tempo para a aposentadoria. Após preencher a planilha, deve-se analisar o resultado das receitas menos as despesas. Este é o momento de tomar decisões. Eliminar despesas, ajustar outras, dar prioridades aos objetivos e, então, definir no orçamento as metas que se pretende buscar nos próximos anos. Ainda, acompanhar periodicamente o planejamento, registrando as receitas e despesas e comparando com o que havia previsto. Sempre que necessário, efetuar os ajustes necessários para se manter dentro do previsto.

Concluindo-se este último passo o indivíduo terá em mãos o planejamento financeiro pessoal. Obterá a visualização e consequentemente o gerenciamento das estimativas de receitas e despesas para os próximos meses e assim poderá tomar decisões embasadas em dados. O planejamento permitirá perseguir os objetivos sem deixar de lado imprevistos que serão cobertos pela reserva de emergência destinada para esta finalidade, assim como os planos para a aposentadoria que também possuem reserva específica.

De acordo com o Guia CVM de Planejamento Financeiro (2014) é importante destacar que o planejamento financeiro deve ser revisto periodicamente. Além das condições econômicas, os objetivos dos indivíduos também podem mudar, especialmente quando se passa por momentos especiais da vida como, por exemplo, ingresso em universidade, a preparação de um casamento, filhos.

Tabela 3.6 – Planejamento financeiro pessoal.

Período		Janeiro (...)		Resumo Anual	
	Descrição	Orçado	Realizado	Orçado	Realizado
	Receitas				
	Rendimento				
	Aluguéis				
	Receitas de investimentos				
	Outras receitas				
	Total receitas				
	Despesas				
Reservas financeiras	Reserva para emergência				
	Reserva para aposentadoria				
	Reserva para conquistas				
	Outras reservas/ outros investimentos				
Moradia	Financiamento / Aluguel				
	Condomínio				
	IPTU				
	Gás				
	Luz				
	Supermercado				
	Tecnologia, informática, manutenção				
	Telefone fixo / Celular				
	Internet				
Automóvel	Financiamento de veículo				
	Combustível				
	Estacionamento				
	Pedágio				
	Seguro veículo				
	IPVA / licenciamento				
	Transporte / Taxi / Transporte público				
Saúde	Seguro saúde / médicos em geral				
	Academia				
	Farmácia				
Gastos pessoais	Salão de cabelereiro				
	Vestuário				
	Presentes				
Entretenimento	Restaurantes				
	Cinema/ teatro				
	Viagens				
Educação	Cursos				
	Material escolar				
	Total despesas				
	Total geral				

Fonte: Guia CVM de Planejamento Financeiro (2014, p.6).

3.1.3 Modelo proposto pelo aplicativo Mobills¹²

O Mobills consiste num aplicativo para controle e realização do planejamento financeiro pessoal. Permite que o indivíduo cadastre e gerencie as contas bancárias de forma eficiente.

Foi selecionado para ser apresentado como opção, pois é o aplicativo de controle financeiro mais bem avaliado por seus usuários e com o maior número de avaliações da categoria. Segundo o Portal Mobills (2018) a avaliação no Google Play é de 4,6 e no *App Store* é 4,7, ambos em uma escala até 5.

Em resumo o Mobills proporciona ao indivíduo:

- Controle das receitas e despesas de forma prática e rápida. O aplicativo conta com interface intuitiva para que o indivíduo acompanhe todas as movimentações financeiras.
- Consolida todas as informações sobre o destino dos recursos gerando relatórios e gráficos, evitando assim, que o indivíduo utilize anotações, extratos ou outras fontes de informações externas para controle.
- O indivíduo pode planejar as finanças definindo metas de gastos por categoria, acompanhando a evolução destas despesas durante o mês.
- A classificação das despesas em categorias proporciona ao indivíduo uma visão estratégica sobre o destino dos recursos, assim ele pode gerenciar para evitar o excesso de gastos e realizar análise para corte de custos.
- O Mobills pode ser acessado pelo indivíduo por meio de tablet, smartphone ou computador, facilitando assim a acessibilidade e controle.

Para utilizar o Mobills como ferramenta de planejamento financeiro é preciso compreender as funcionalidades e como elas apoiam no planejamento. Diante disso,

¹² Mobills é um sistema de controle financeiro pessoal online. Foi criado em 2013 por David Mosiah e Carlos Terceiro, dois estudantes de tecnologia engajados em propor por soluções simples. Inicialmente desenvolvido apenas para smartphones Android, o Mobills cresceu para a Web e agora também pode ser usado no iOS. Utilizando conceitos de mídia social, design simples, todos os dados estão sincronizados e seguros utilizando tecnologia da nuvem. Fonte: Portal Mobills (2018).

dividiu-se as principais aplicações do Mobills em três etapas para descrevê-las como um processo do planejamento financeiro. São elas:

- Etapa 1: Visão geral do fluxo financeiro mensal.
- Etapa 2: Detalhamento das despesas do mês: orçamento projetado versus realizado.
- Etapa 3: Definição e acompanhamento de objetivos e metas definidas.

A seguir as etapas são detalhadas.

Etapa 1: Visão geral do fluxo financeiro mensal.

Na figura 3.1, disponível no Anexo B, é possível visualizar o *dashboard* do aplicativo no Smartphone.

No *dashboard* o indivíduo consulta de forma unificada o saldo atual em todas as contas bancárias que possui. Para isso, precisa fornecer os dados e senhas das contas bancárias e de investimentos para que o aplicativo possa reunir os dados a cada transação. O objetivo do *dashboard* é apresentar ao indivíduo uma visão geral do fluxo financeiro mensal.

O aplicativo apresenta de forma unificada no *dashboard* o total das receitas e despesas com destaque para despesas com cartão de crédito. É fundamental esta visualização pois o indivíduo pode apurar se os custos estão concentrados, por exemplo, no cartão de crédito. A partir daí consultar a fatura e identificar os custos que podem ser cortados, uma vez que o atraso no pagamento da fatura acarreta juros altos e com isso, mais dispêndio para o indivíduo.

Segundo Cardoso (2018) o brasileiro é o povo que paga a taxa mais alta de juros do cartão de crédito no mundo. Apurou-se no ano de 2017, a média anual da taxa do rotativo aplicada quando se paga o mínimo da fatura do cartão: era de 352,76%, enquanto países

da América Latina não atingiram nem 50% ao ano. Em 2018, considerando os principais bancos brasileiros, a média alcançou 231% ao ano.

Com base nos dados médios de juro no cartão de crédito é dada a relevância do acompanhamento das despesas no cartão de crédito assim como o pagamento em dia; dado que um imprevisto financeiro pode ocasionar atraso no pagamento da fatura e consequentemente, alto custo no pagamento posterior.

Etapa 2: Detalhamento das despesas do mês: orçamento projetado versus realizado.

Como mencionado anteriormente, o aplicativo permite a inclusão de despesas por categoria. Em cada categoria o indivíduo pode detalhar as despesas e definir qual é a meta de gasto para cada uma. É importante mencionar que o aplicativo possibilita inclusão de custos não transacionais, ou seja, não presentes nas contas bancárias, como, por exemplo, o pagamento em dinheiro. O aplicativo apresentará o resgate e/ou saque do recurso e o indivíduo pode classificá-lo. Ao final do mês é possível consultar projetado versus realizado.

Essa visão e análise é imprescindível no planejamento financeiro pois possibilita o gerenciamento do orçamento. Com base nas informações o indivíduo pode identificar qual despesa superou a meta de custo e com isso investigar o motivo. Será que ele definiu uma meta maior que o necessário? Neste caso é preciso apenas o ajuste. Outra hipótese pode ser o aumento do custo pelo próprio fornecedor. Cita-se como exemplo um provedor de serviços de internet. Neste caso o indivíduo tem o poder de decisão: se permanece com a mesma empresa ou busca alternativas com custos menores respeitando suas necessidades. Ainda, é possível que o indivíduo tenha gerado voluntariamente o aumento destes custos. Para esta hipótese cabe ao indivíduo analisar e definir se é preciso manter tal custo superior ao mapeamento inicial abrindo mão de capacidade de poupança.

O *dashboard* apresenta de forma resumida as receitas e despesas, visão fundamental para controle e tomada de decisões no planejamento financeiro. Nesta tela inicial também é possível visualizar o balanço mensal, ou seja, o total das receitas menos o total das

despesas. O saldo apresentado evidenciará se o indivíduo está superavitário ou deficitário em seu fluxo financeiro mensal.

Um diferencial apresentado pelo Mobills é a possibilidade de consultar as “despesas por localização”. Desta forma o indivíduo tem uma percepção do local em que mais gasta, podendo assim, evitar o mesmo ou ainda definir as datas que estará presente neste.

Em suma, o detalhamento das despesas permite o gerenciamento e otimização dos custos. O aplicativo possibilita também a visão gráfica das despesas e a evolução do orçamento mês a mês, fundamental para a gestão eficaz do planejamento financeiro pessoal. Além disso, é possível identificar se houve alguma data com pico de gasto. Desta forma, o indivíduo poderá entender a causa e agir com medidas saneadoras para os próximos meses.

Etapa 3: Definição e acompanhamento de objetivos e metas definidas.

O Mobills permite, no perfil do usuário, definir os objetivos e metas com os respectivos valores para alcançá-los. Desta forma o indivíduo pode se planejar, criando uma reserva mensal, como despesa, para cada objetivo que pretenda atingir considerando o respectivo prazo.

É possível gerenciar os recursos destinados aos objetivos utilizando a visão projetado versus realizado. Assim, mensalmente o indivíduo pode visualizar o montante de recursos financeiro que falta para atingir a meta estabelecida.

A Mobills oferece como opção, uma planilha de orçamento pessoal caso o indivíduo não tenha interesse em utilizar o aplicativo, ou ainda, por perfil pessoal queira ter um controle físico.

Na planilha de orçamento familiar que é apresentada como Tabela 3.7, disponível no Anexo C, a organização é feita em três grandes blocos: rendimentos, economias e despesas.

No bloco rendimentos, é descrito todas as receitas do indivíduo, tais como salários, rendimentos de investimentos, dividendos, pensão e outros.

Na parte das economias, é apresentado as reservas do indivíduo como o fundo de emergência para cobertura de imprevistos, reserva de aposentadoria, investimentos e outros.

O bloco das despesas está dividido em grupos que correspondem aos gastos com a casa, transporte, vida diária, entretenimento, saúde e férias/viagens.

Utilizando a planilha o indivíduo terá uma visão gerencial de suas receitas e despesas estando assim munido de informações para tomada de decisão no planejamento financeiro pessoal.

3.1.4 Modelo proposto pelo banco privado Itaú Unibanco¹³

O banco Itaú Unibanco propõe algumas reflexões consideráveis sobre a relação dos indivíduos com o dinheiro como premissa inicial para propor um planejamento financeiro pessoal adequado com o uso consciente do dinheiro.

No Caderno Escolhas e Dinheiro (2017) o banco aponta que é importante ter uma relação equilibrada com o dinheiro independente do quanto se ganha. Afirma que as decisões sobre gastar ou poupar são influenciadas por desejos conscientes e inconscientes que, na maioria das vezes estão desconectados do equilíbrio financeiro. Além disso, é preciso considerar que, mais do que a falta de experiência e de informação, a dificuldade de se fazer boas escolhas com o dinheiro está ligada ao comportamento. Dado que, mesmo que o indivíduo tenha conhecimento corre o risco de não o colocar em prática.

¹³ De acordo com o Portal Itaú Unibanco (2018) com mais de 90 anos de história o Itaú Unibanco é o maior banco privado do Brasil - e uma das maiores empresas do mundo, segundo ranking da Forbes, levando em conta atributos como negócios gerados, ativos e valor de mercado. Em 2017, o Itaú Unibanco teve R\$ 24,9 bilhões de lucro líquido recorrente e gerou um valor de R\$ 67,2 bilhões para a sociedade. Possui mais 74,8 milhões de contas-correntes administradas; mais de 96 mil colaboradores e mais de 5 mil agências no Brasil e no exterior. Tem atuação em 21 países.

Uma vez realizada as reflexões sobre a relação do indivíduo com o dinheiro e o impacto nas escolhas financeiras, o Portal Itaú Unibanco (2018) propõe um planejamento financeiro como uma maneira de se organizar financeiramente. Para isso, é preciso analisar e reconhecer a situação financeira atual junto com os objetivos que se deseja atingir para entender os melhores caminhos para alcançar estes objetivos. Para isso, propõe-se cinco formas de como o planejamento financeiro pode auxiliar o indivíduo no dia a dia. São elas:

1) Equilíbrio do orçamento.

O Portal Itaú Unibanco (2018) diz que quando o indivíduo cuida do dinheiro, ele escolhe os rumos da vida. Desta forma, primeiro o indivíduo precisa refletir sobre dois pontos: 1) Quais são os planos; 2) O que é prioridade. É importante parar e pensar sobre os objetivos. Cuidar bem do dinheiro faz a diferença entre somente sonhar e, de fato, colocar em prática os planos que o indivíduo tem para a vida. Outras duas análises também são imprescindíveis: o indivíduo precisa saber quanto ganha e principalmente quanto e com o quê gasta os rendimentos.

O Portal Itaú Unibanco (2018) recomenda a princípio fazer uma planilha descrevendo quais são as receitas e despesas. Deve-se anotar o quanto se ganha por mês numa coluna e em seguida descrever as despesas do período, como água luz, telefone, entre outros. Em seguida, deve-se somar os ganhos e fazer o mesmo com os gastos. Assim o indivíduo saberá o quanto possui no período. Para se ter fidelidade nesta análise é necessário anotar em detalhes tudo o que se recebeu ou se gastou no período determinado, por exemplo, um mês. Com o resultado é possível fazer um exame:

- a) Se sobrou dinheiro: o indivíduo pode definir o que fazer com ele, como guardar uma parcela para os sonhos e objetivos definidos após ter a segurança de uma reserva de emergência.
- b) Se der empate: é importante lembrar que é preciso guardar dinheiro para o caso de imprevistos. É preciso analisar as despesas e identificar o que é possível cotar nos próximos períodos.

- c) Se faltar dinheiro: neste caso além de cortar gastos é preciso que o indivíduo analise com sinceridade se o custo de vida está adequado aos rendimentos, caso negativo, é necessário readaptar-se.

Em síntese, o Portal Itaú Unibanco (2018) recomenda que mês a mês, o indivíduo guarde um valor para a realização de planos futuros; sonhos, objetivos. Ele deve escolher entre o que é mais urgente e o que é mais importante, ou seja, definir uma ordem de prioridade para conquista dos objetivos definidos.

De acordo com o Portal Educação (2018), pode-se dizer que as atividades consideradas urgentes são aquelas que exigem atenção imediata. Normalmente, a urgência costuma exercer nas pessoas a sensação de pressão ou de algo indispensável. A urgência está na maioria das vezes ligada a prazo esgotado, tempo curto de execução e a algo que não foi feito no tempo hábil e, portanto, se tornou urgente. Diferentemente das situações de urgência, as atividades importantes, apesar de terem prazo para serem concluídas, são tratadas da forma adequada, ou seja, é feito um planejamento, agenda-se e, conseqüentemente, caminham na direção da execução.

Recomenda-se ainda, no dia que indivíduo receber o salário, estabelecer uma meta para cada um dos seus gastos, e acompanhar se o que foi planejado foi cumprido, para assim fazer os ajustes necessários no próximo mês.

2) “Sair do vermelho.”

Primeiramente é necessário entender o tamanho da dívida. O Portal Itaú Unibanco (2018) recomenda listar todas as dívidas com os valores e as taxas de juros de empréstimos, contas atrasadas, prestações, cheques pré-datados, dívidas no cartão de crédito e no cheque especial. A partir daí o indivíduo poderá contar com três ações:

- a) Negociar com os credores: aconselha-se que o indivíduo procure os credores e identifique se existe a possibilidade de negociação do prazo de pagamento e da taxa de juros.

- b) Cortar o desperdício: o indivíduo deve avaliar os custos do padrão de vida atual e verificar se existe possibilidade de redução.
- c) Aumentar os ganhos: é indicado ao indivíduo refletir sobre formas para aumentar o rendimento. Para isso deve-se levar em conta as habilidades profissionais que possui para um trabalho temporário, por exemplo, num período livre.

Ainda, é aconselhado ao indivíduo, se for possível, adquirir um empréstimo com juros mais baixos do que a dívida atual, mais adequados à necessidade. Assim ele poderá quitar as dívidas com juros mais altos, como cheque especial e cartão de crédito, que são créditos para necessidades de curto prazo, ou seja, para serem usados somente por poucos dias. O indivíduo precisa estar atento no momento de realizar alguma compra, deve-se procurar produtos com uma boa relação custo benefício. Também é preciso estar atento a desperdícios, deve-se cortá-los.

De acordo com o Portal Itaú Unibanco (2018) nos momentos de restrição, em que os ganhos diminuem ou os gastos aumentam, o planejamento constante é ainda mais valioso. É ele que auxilia o indivíduo a fazer melhores escolhas, ou seja, escolhas condizentes com a real situação financeira.

- 3) Determinar planos para atingir os objetivos.

O Portal Itaú Unibanco (2018) afirma que para o indivíduo realizar os objetivos e obter tranquilidade financeira no presente e futuro há dois aliados com os quais pode-se contar: investimentos e crédito. Por meio dos investimentos, o indivíduo pode utilizar os juros a favor ao longo do tempo. E, por meio do crédito, antecipar a realização de um projeto. As duas maneiras de conquistar os objetivos podem estar combinadas ou se alternarem em diferentes momentos.

Diante disso, é importante planejar para que as escolhas sejam feitas com consciência e de acordo com a capacidade financeira. Para isso, é preciso elencar e definir a prioridade dos objetivos para então traçar um plano de como realizá-los.

De acordo com premissas do Portal Itaú Unibanco (2018), poupar para os sonhos e objetivos exige uma maneira bem prática: o método das três reservas financeiras. São elas:

- a) Reserva para os objetivos. Nesta reserva é preciso definir os objetivos e o valor necessário para tal. Em seguida é preciso estipular o valor necessário a ser poupado para o mês de acordo com as prioridades designadas. Destaca-se que quanto menor o prazo, mais conservadoras devem ser as escolhas. Ao passo que, quanto maior o prazo do projeto, mais diversificada pode ser a reserva.
- b) Reserva de emergência. É preciso reservar recurso para o caso de eventuais imprevistos como questões de saúde, perda de emprego ou até alguma oportunidade que venha a surgir. O Portal Itaú Unibanco (2018) recomenda o mínimo de três e o máximo de seis vezes o valor dos gastos mensais para esta reserva em conformidade com a recomendação da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) no Brasil. Como o indivíduo pode precisar do recurso a qualquer momento é importante manter estes recursos investidos em aplicações de fácil disponibilidade.
- c) Reserva de aposentadoria. Para ter tranquilidade no futuro, e proporcionar o nível de qualidade de vida que o indivíduo deseja é importante pensar em uma complementação do rendimento, como uma previdência privada, por exemplo. Mais importante do que a quantia, é investir sempre mesmo que seja pouco. Dessa forma o indivíduo poderá ter tranquilidade para conquistar os objetivos. Para saber quanto se deve investir deve-se levar em consideração a renda atual e a renda desejada na aposentadoria.

Ademais, o crédito também é apresentado como um aliado na realização dos objetivos desde que utilizado de forma consciente e planejada. O Portal Itaú Unibanco (2018) recomenda que antes de conhecer os tipos de crédito, é importante para o indivíduo saber que ao contratar um empréstimo ou fazer uma compra no cartão de crédito, por exemplo, ele se compromete a pagar o valor combinado no futuro. Caso assuma mais dívidas do que cabe no seu orçamento mensal, o indivíduo pode ter dificuldades para pagar prestações e manter as contas em dia. Antes de decidir, deve-se saber exatamente para que o dinheiro será usado, de quanto precisará e por qual período. É orientado ainda

pesquisar as taxas de juros e as tarifas cobradas. É importante ainda, que o indivíduo não assuma nova prestação sem antes prever o valor no orçamento.

Diante do exposto é imprescindível o planejamento financeiro para conquista da saúde financeira. Alguns objetivos, são recorrentes aos indivíduos; o Portal Itaú Unibanco (2018) apresenta alguns e orienta a respeito. São eles:

- Viagem: para que a viagem não seja a causa do desequilíbrio financeiro é importante o planejamento. Para isso, primeiramente, é imprescindível que o indivíduo defina: 1) O local que planeja ir; 2) Quando pretende ir; 3) Quando tempo irá ficar no local definido.

A partir daí é possível estimar o valor dos custos. Além de considerar os gastos com hospedagens e deslocamentos, é importante ponderar os valores com refeições, passeios e compras. O segundo passo é pesquisar alternativas para encontrar a melhor oferta. Para isso, é importante comparar e negociar preços e descontos. Segundo o Portal Itaú Unibanco (2018), como alternativa para redução dos custos é possível considerar as milhas acumuladas do cartão de crédito se houver. Ainda, guardar dinheiro antes é o melhor jeito para facilitar a viagem. Também é possível recorrer a um empréstimo pessoal para negociar descontos à vista desde que planejamento de forma antecipada e adequado ao orçamento.

- Imóvel: adquirir um imóvel é uma decisão financeira importante e exige reflexões dado que o orçamento ficará comprometido por muitos anos caso o imóvel não seja adquirido à vista. De acordo com o Portal Itaú Unibanco (2018) o indivíduo pode considerar um financiamento imobiliário; as condições variam de acordo com o valor do imóvel, a renda e o prazo de pagamento. É importante também consultar as regras vigentes para usar o FGTS – Fundo de Garantia por tempo de serviço¹⁴, dado que essa reserva pode ser usada no momento da compra (para diminuir o valor financiado) quanto para pagar o saldo restante.

¹⁴ De acordo com o Portal FGTS (2018), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foi criado com o objetivo de proteger o trabalhador demitido sem justa causa, mediante a abertura de uma conta vinculada ao contrato de trabalho. No início de cada mês, os empregadores depositam em contas abertas no banco Caixa, em nome dos empregados, o valor correspondente a 8% do salário de cada funcionário. O

- Carro: o indivíduo deve verificar se tem o recurso necessário para comprar o carro à vista ou se precisará de um financiamento. Para isso, o Portal Itaú Unibanco (2018) recomenda que se a opção for pelo financiamento é importante economizar o valor da prestação por alguns meses para que o indivíduo tenha certeza que consegue absorver este custo no orçamento. Um caminho alternativo para o indivíduo que não necessita do carro com urgência é o consórcio, que não é exatamente uma operação de crédito; funciona como uma poupança para um grupo de pessoas onde as prestações são mensais, assim como os sorteios para distribuição do produto. Quem adere deve estar preparado para esperar até o fim do contrato para receber o que comprou.

Frente aos objetivos expostos é importante definir prazos para que assim o indivíduo possa determinar a solução financeira adequada, seja ela aquisição de crédito ou construção e uso de poupança financeira.

4) Poupar e investir.

Segundo o Portal Itaú Unibanco (2018) para definição de quanto poupar e investir o indivíduo deve refletir sobre os objetivos e em quanto tempo deseja alcançá-los. A partir daí terá definido o valor necessário e poderá calcular em quanto tempo poderá obtê-lo de acordo com a capacidade de poupança mensal.

Para isso, o indivíduo deve determinar prioridades em relação aos projetos. Vale destacar que para cada objetivo existe uma solução de investimento diferente a depender do prazo. De acordo com o Portal Itaú Unibanco (2018) quanto menor o prazo, mais conservadoras devem ser as escolhas: caderneta de poupança, CDBs (Certificados de

FGTS é constituído pelo total desses depósitos mensais e os valores pertencem aos empregados que, em algumas situações, podem dispor do total depositado em seus nomes. Com o FGTS, o trabalhador tem a oportunidade de formar um patrimônio, que pode ser sacado em momentos especiais, como o da aquisição da casa própria ou da aposentadoria e em situações de dificuldades, que podem ocorrer com a demissão sem justa causa ou em caso de algumas doenças graves. Ainda, o trabalhador pode utilizar os recursos do FGTS para a moradia nos casos de aquisição de imóvel novo ou usado, construção, liquidação ou amortização de dívida vinculada a contrato de financiamento habitacional. Assim, o FGTS tornou-se uma das mais importantes fontes de financiamento habitacional, beneficiando o cidadão brasileiro, principalmente o de menor renda.

Depósito Bancário) e fundos DI são muito seguros e fáceis de retirar. Quanto maior o prazo do projeto, mais diversificada pode ser a reserva. Além das opções já mencionadas o indivíduo pode considerar incluir investimentos como: fundos multimercados, títulos públicos, ações ou fundos de ações.

Ainda, antes de realizar o investimento é importante conhecer o perfil de investidor, assim o indivíduo fará as aplicações financeiras alinhadas ao seu apetite de risco evitando surpresas desagradáveis.

5) Proteger as conquistas.

Após conquistar o objetivo desejado é importante protegê-lo de imprevistos. Para isso, o Portal Itaú Unibanco (2018) recomenda o seguro. De acordo com a SUSEP - Superintendência de Seguros Privados (2018) o seguro é um contrato mediante o qual uma pessoa denominada Segurador, se obriga, mediante o recebimento de um prêmio, a indenizar outra pessoa, denominada Segurado, do prejuízo resultante de riscos futuros, previstos no contrato.

O Portal Itaú Unibanco (2018) cita algumas opções de seguros. São elas:

- a) Vida. Este seguro protege os dependentes do indivíduo no caso da falta dele. Se ele for o principal provedor da família é imprescindível esta proteção para que não haja desequilíbrio financeiro e queda do padrão de vida dos familiares. De modo geral, este seguro oferece cobertura em casos de morte, invalidez permanente total ou parcial por acidente e doenças graves.
- b) Acidentes pessoais. Este seguro oferece ao indivíduo cobertura em casos de acidentes como morte acidental, invalidez permanente total ou parcial por acidente e diária de internação hospitalar por acidente.
- c) Viagem. Geralmente este seguro oferece cobertura de assistência médica e odontológica com o reembolso das despesas emergenciais no exterior; indenização em caso de extravio, roubo ou dano de bagagem durante a viagem; reembolso das despesas em caso de cancelamento da viagem. É

recomendado para que a viagem não saia mais caro do que o previsto inicialmente em caso de imprevistos.

- d) Residência. Com este seguro o indivíduo protege a casa além de ter garantia contra acidentes naturais ou contra terceiros; também reduz os gastos com o conserto de eletrodomésticos.
- e) Automóvel. Seguro que protege o veículo e possui, habitualmente, coberturas básicas e opcionais que blindam o indivíduo no caso de imprevistos.
- f) Cartões. É um seguro que proporciona proteção ao indivíduo no caso de roubo, furto ou ainda transações sob coação.

O seguro garante tranquilidade do indivíduo pois o protege de imprevistos e evita consequentes desequilíbrios financeiros em decorrência destes.

3.2 Síntese dos modelos de planejamento financeiro expostos

Frente aos modelos de planejamento financeiro expostos de Torralvo e Souza (2008), da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), do aplicativo Mobills e do banco privado Itaú Unibanco, pode-se afirmar que é praticamente impossível fazer um planejamento financeiro eficaz sem que o indivíduo poupe recursos periodicamente para atingir os objetivos definidos.

Pode-se dizer que o planejamento financeiro é uma ferramenta que permite a construção do patrimônio a curto, médio e longo prazos. Para isso é importante que o indivíduo conheça o seu fluxo financeiro (receitas e despesas) para apurar se existe ou não capacidade de poupança ou ainda se o mesmo está deficitário. Se este for o caso, em síntese apresenta-se três opções:

- 1) O indivíduo pode encontrar ideias para adquirir rendimento extra que possibilite ganho mensal maior.
- 2) Cortar custos. Este é o primeiro passo após entendimento do fluxo financeiro. O indivíduo deve avaliar o que realmente é essencial e necessário e cortar ou encontrar alternativas mais baratas para os gastos considerados supérfluos.

- 3) Renegociar as dívidas e, se for necessário obter empréstimo pessoal para quitá-las, adquirindo parcelas que estejam adequadas ao orçamento.

Dado que é por meio do equilíbrio financeiro que o indivíduo começará a poupar recursos para os objetivos, uma vez o fluxo de caixa equilibrado é importante definir os objetivos, prazos e custos destes projetos para assim, incluir no planejamento financeiro. A partir daí a disciplina é fundamental para que os objetivos sejam alcançados.

É importante destacar que imprevistos podem ocorrer, por isso é vital que o indivíduo construa três reservas financeiras: a de emergência para cobrir imprevistos do dia a dia como, por exemplo, um problema de saúde; a reserva de aposentadoria para garantir e complementar o rendimento no futuro; e de construção do patrimônio que contemple todos os objetivos do indivíduo, assim como os prazos e valores necessários à curto, médio e longo prazos.

É recomendado também que o indivíduo tenha seguros para proteger o patrimônio e assim evitar o desequilíbrio financeiro. Pode-se citar proteções como a de vida, acidentes pessoais, automóvel, residência e vigem.

Para que o planejamento financeiro seja eficiente e eficaz é importante controle. Para isso o indivíduo deve ter a gerência das receitas e despesas. Ele pode utilizar um caderno, uma planilha ou ainda um aplicativo. A escolha dependerá da familiaridade deste com as ferramentas apresentadas.

Por fim, a disciplina é o que garantirá a estabilidade e perpetuidade do planejamento financeiro, por isso, é imprescindível que o indivíduo conheça os hábitos de consumo e como modificá-los se for necessário.

3.3 Comparativo entre os modelos de planejamento financeiro apresentados

Apresenta-se na Tabela 3.8 um comparativo dos modelos de planejamento expostos de Torralvo e Souza (2008), da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), do aplicativo

Mobills e do banco privado Itaú Unibanco no que se refere, inicialmente, as etapas do planejamento financeiro.

Tabela 3.8 – Comparativo modelos: etapas do planejamento financeiro.

Identificação do modelo	Descrição das etapas do planejamento financeiro
Torralvo e Souza (2018)	Etapa 1: Determinar os recursos que se planeja receber de cada uma das possíveis fontes; Etapa 2: Determinar as despesas previsíveis e guardar um valor para gastos inesperados; Etapa 3 – Traduzir a programação financeira em números e colocar em prática o planejamento.
CVM – Comissão de Valores Mobiliários	A CVM apresenta 6 passos para o planejamento financeiro: São eles: 1º Passo – Calcular o patrimônio; 2º Passo – Registrar as receitas e despesas; 3º Passo – Preparar-se para emergências; 4º Passo – Planejar-se para o futuro; 5º Passo – Organizar os sonhos e objetivos ; 6º Passo – Juntar todas as etapas anteriores.
Mobills	O Mobills apresenta 3 etapas para o planejamento financeiro: São elas: Etapa 1: Visão geral do fluxo financeiro mensal; Etapa 2: Detalhamento das despesas do mês: orçamento projetado versus realizado; Etapa 3: Definição e acompanhamento de objetivos e metas definidas.
Itaú Unibanco	O Itaú Unibanco propõe cinco formas de como o planejamento financeiro pode auxiliar o indivíduo no dia a dia. São elas: 1) Equilíbrio do orçamento; 2) “Sair do vermelho”; 3) Determinar planos para atingir os objetivos; 4) Poupar e investir; 5) Proteger as conquistas.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Pode-se verificar que há distinção na forma que é apresentado o planejamento financeiro. Torralvo e Souza (2018), CVM – Comissão de Valores Mobiliários e o Mobills apresentam o planejamento financeiro em etapas genéricas para todos os indivíduos. Ao passo que o Itaú Unibanco retrata formas de como o planejamento financeiro pode auxiliar o indivíduo, ou seja, exibe uma solução de acordo com determinada condição. Há recomendações para equilíbrio do orçamento, outro, caso o indivíduo deseje fazer a gestão das dívidas, entre outros. Neste caso pode-se dizer que o indivíduo pode utilizar as cinco formas propostas pelo banco ou apenas uma, de acordo com a sua situação financeira. No caso dos demais modelos, o indivíduo teria que seguir

todo o processo das etapas para obter a solução. Sendo assim, pode-se dizer que o modelo do Itaú Unibanco saí a frente quando o assunto é otimização do planejamento financeiro. Contudo, é importante destacar que para isso o indivíduo precisa conhecer sua situação financeira para saber a forma adequada à sua necessidade.

Aponta-se ainda diferenças no que se refere a quantidade de etapas de cada modelo. Torralvo e Souza (2018) e o aplicativo Mobills apresentam três etapas enquanto a CVM - Comissão de Valores Mobiliários aponta seis. Contudo, será que mesmo apresentando quantidade de etapas diferentes o contexto é distinto ou mantem-se a essência entre os modelos?

Para responder esta pergunta, expõe-se as etapas do planejamento financeiro na tabela 3.9 correlacionando-as as semelhanças e distinções.

Como exposto, o modelo do Itaú propõe formas de realizar o planejamento financeiro de acordo com determina situação e para isso apresenta sugestões de soluções. Por isso, não será apresentado na tabela 3.9 pois não se dá por meio de etapas.

Pode-se observar que o modelo que se distingue em relação ao detalhamento do planejamento financeiro é o da CVM – Comissão de Valores Mobiliários por apresentar uma fase inicial – calcular o património -, inexistente nos demais modelos. Nesta etapa o propósito é encontrar o valor do património líquido atual do indivíduo. Ao concluir, saber-se-á exatamente o montante da riqueza.

As demais fases do planejamento financeiro pessoal estão presentes em todos os modelos apresentados correlacionando-se entre si, entretanto apresentam algumas distinções que serão detalhadas a seguir.

Tabela 3.9 - Comparativo modelos: correlação das etapas do planejamento financeiro.

Torralvo e Souza (2008)	CVM – Comissão de Valores Mobiliários	Mobills
	1º Passo - Calcular o patrimônio.	
Etapa 1 - Determinar os recursos que se planeja receber de cada uma das possíveis fontes.	2º Passo – Registrar as receitas e despesas.	Etapa 1 - Visão geral do fluxo financeiro mensal.
Etapa 2 - Determinar as despesas previsíveis e guardar um valor para gastos inesperados.	3º Passo – Preparar-se para emergências; 4º Passo – Planejar-se para o futuro; 5º Passo – Organizar os sonhos e objetivos.	Etapa 2 - Detalhamento das despesas do mês: orçamento projetado versus realizado.
Etapa 3 - Traduzir a programação financeira em números e colocar em prática o planejamento.	6º Passo – Juntar todas as etapas anteriores.	Etapa 3 - Definição e acompanhamento de objetivos e metas definidas.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A Etapa 1 de Torralvo e Souza (2018) visa determinar os recursos que se planeja receber de cada uma das possíveis fontes; do Mobills condiz com a visão geral do fluxo financeiro mensal; da CVM - Comissão de Valores Mobiliários corresponde ao 2º Passo – Registrar as receitas e despesas. Em todos os modelos busca-se determinar o fluxo financeiro mensal.

A Etapa 2 de Torralvo e Souza (2008) refere-se a determinar as despesas previsíveis e guardar um valor para gastos inesperados; do Mobills condiz com o detalhamento das despesas do mês: orçamento projetado versus realizado; da CVM – Comissão de Valores Mobiliários compreende o 3º, 4º e 5º passos: preparar-se para emergências, planejar-se para o futuro e organizar os sonhos e objetivos. Nesta fase apresenta-se uma discrepância entre os modelos: enquanto os modelos de Torralvo e Souza (2008) e da CVM – Comissão de Valores Mobiliários recomendam ao indivíduo constituir uma reserva de emergência, o modelo do aplicativo Mobills não apresenta esta recomendação. A reserva de emergência é vital para um planejamento financeiro pessoal eficaz tendo em vista que é destinado um valor para o caso de imprevistos. Isso evita que no caso de uma situação fortuita o indivíduo comprometa o planejamento financeiro orçado. Até o modelo do Itaú Unibanco que apresenta recomendações para situações específicas, recomenda a reserva de emergência no planejamento para “determinar planos para atingir objetivos”.

Outro fator vital para uma vida financeira saudável é a gestão das dívidas e o uso consciente do crédito. Para isso, necessita-se de uma visão geral. A recomendação de otimização das dívidas juntamente com a visão geral é realizada apenas pelo modelo da CVM – Comissão de Valores Mobiliários no 1º passo que corresponde a calcular o patrimônio. Cita-se também as soluções do Itaú que não transcorrem como etapas, mas é apresentado uma recomendação específica para “sair do vermelho”. Trata-se de orientações de como otimizar e negociar as dívidas além de indicações para uso consciente do crédito.

Ainda se tratando desta fase, o seguro é apresentado como ferramenta para proteger o patrimônio tangível (como, por exemplo carro, casa) e intangível (como por exemplo, vida, saúde). Isto é recomendado pelos modelos de Torralvo e Souza (2008), CVM- Comissão de Valores Mobiliários e está presente nas recomendações do Itaú Unibanco na orientação sobre “proteger as conquistas”. Esta orientação está ausente no modelo do Mobills tornando-o deficiente neste aspecto haja vista que o seguro é fundamental para situações imprevistas cujo valor supere e muito inclusive o rendimento do indivíduo. Portanto, fundamental no planejamento financeiro pessoal.

Pode-se citar que é apresentado por todos os modelos a recomendação de definição de objetivos/sonhos com o respectivo prazo assim como a constituição de uma reserva específica para cada meta. Esta orientação está presente na Etapa 2 para os modelos de Torralvo e Souza (2018) e da CVM – Comissão de Valores Mobiliário e na Etapa 3 do Mobills. Cita-se ainda que este tema é abordado nas recomendações do Itaú Unibanco que compreende a “determinar planos para atingir os objetivos”. A determinação dos objetivos e como alcançá-los é uma das principais justificativas do planejamento financeiro tendo em vista que quem se planeja quer atingir algo. Por isso é importante estar presente em todos os modelos.

Por fim, a Etapa 3 que corresponde a traduzir a programação financeira em números e colocar em prática o planejamento, do modelo de Torralvo e Souza (2008), a definição e acompanhamento de objetivos e metas definidas do Mobills e no modelo da CVM – Comissão de Valores Mobiliários corresponde ao 6º Passo - juntar todas as etapas anteriores, apresentam o orçamento detalhado previsto e exibem uma visão projetado

versus realizado. Esta visão é fundamental para gestão do planejamento financeiro pessoal pois possibilita localizar os itens em que houve distorção e tomar decisões assertivas para conter o gasto ou ainda se houver sobra, destiná-la para reserva específica. É neste momento que o indivíduo compreende se o planejamento financeiro está deficitário, equilibrado ou superavitário. Destaca-se que esta visão não foi apresentada nas orientações do modelo do Itaú Unibanco.

Ainda nesta fase é enfatizado apenas pelos modelos da CVM – Comissão de Valores Mobiliários e de Torralvo e Souza (2008) a importância do acompanhamento do planejamento financeiro tempestivamente para corrigir desvios específicos e não esperar o final de um período, como, por exemplo, de um mês.

Cita-se um aspecto diferenciado presente apenas no modelo do Mobills: a acessibilidade por ser um aplicativo. Os demais modelos apresentam seus acompanhamentos em tabelas.

Tendo em vista as premissas expostas pode-se afirmar, comparativamente, que os modelos que se apresentaram mais completos foram os de Torralvo e Souza (2008) e o da CVM – Comissão de Valores Mobiliários. Reitera-se que o modelo apresentado pelo Itaú Unibanco corresponde a recomendações para situações específicas e não um modelo de planejamento financeiro em etapas. Resgata-se que o modelo do Mobills deixou a desejar na reserva de emergência, em recomendações de seguros em geral, nas recomendações e orientações sobre dívidas e em orientações para corrigir desvios no planejamento financeiro pessoal.

Capítulo 4 – Proposta de planejamento financeiro para o brasileiro classe C

O objetivo deste capítulo é apresentar a proposta de planejamento financeiro para o brasileiro classe C. Para isso, inicialmente, expõe-se premissas iniciais justificando a definição do público da classe C para a referida proposta. Em seguida, apresenta-se as etapas do planejamento financeiro pessoal que compreende 7 etapas. São elas: Etapa 1 – Conhecer a situação financeira atual; Etapa 2 – Análise e classificação das despesas para otimização do orçamento; Etapa 3 – Construção da reserva de emergência; Etapa 4 – Definição dos sonhos/objetivos e prazos; Etapa 5 – Proteger o patrimônio; Etapa 6 – Realizar e controlar o fluxo financeiro mensal: projetado x realizado; Etapa 7 – Agir e monitorar o progresso: controlar. Por fim, conclui-se este capítulo expondo o planejamento financeiro como ferramenta para a saúde financeira do brasileiro classe C.

4.1 Premissas da proposta

O planejamento financeiro pessoal é uma ferramenta importante para que a saúde financeira do indivíduo esteja sob controle, tendo em conta que o planejamento expõe a real situação financeira por meio do acompanhamento das receitas e despesas possibilitando ao indivíduo o uso consciente do dinheiro. Além disso, possibilita o planejamento de objetivos a curto, médio e longo prazos de acordo com a capacidade de poupança identificada.

A proposta de planejamento financeiro pessoal tem por objetivo atender aos brasileiros da classe C. De acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro e Geografia e Estatística (2016) a classe C no Brasil é constituída por indivíduos com renda a partir de 4 e até 10 salários mínimos (de R\$ 3.748,01 a R\$ 9.370,00 aproximadamente). A escolha do público é justificada devido à sua representatividade. De acordo com Fellet (2010), a classe C representa 50,5% dos brasileiros e em função do crescimento do consumo é chamada pela expressão de “nova classe média”.

O planejamento financeiro que será proposto pode ser utilizado por brasileiros pertencentes a outras classes sociais, mas o foco é o público pertencente à classe C devido

às particularidades do planejamento que serão apresentadas para este público. A justificativa do direcionamento para a classe C deve-se a alguns aspectos, são eles:

1) Proporcionar o consumo consciente por meio do planejamento financeiro. De acordo com Nicacio (2010) mais de 80% dos cartões de crédito que circulam no Brasil estão nas mãos dos brasileiros da classe C, que são responsáveis por 76% do consumo no Brasil. Desse modo, apura-se necessidade de detalhamento das despesas e receitas com o objetivo de identificar a necessidade real de consumo assim como otimizações. Para isso, será proposto tabelas de acompanhamento e apuração visando o consumo consciente.

2) Propor, por meio do planejamento financeiro, medidas que minimizem o impacto do desemprego para este público, como, por exemplo, a reserva de emergência e seguros. Sabe-se que o impacto de uma recessão é maior para os brasileiros da classe C devido não haver programação de reservas financeiras. Segundo Villa (2018) a classe C foi quem mais ganhou e quem mais perdeu nesses últimos 15 anos pois quanto mais baixa a classe social, maior o desemprego. Embora a notícia seja de que a crise está passando, a turbulência econômica ainda assusta essa parcela da população. O desaquecimento econômico impactou com maior força os domicílios da classe C. Em 2015, quase um milhão destes domicílios caíram para as classes D¹⁵ e E¹⁶. Assim, neste cenário, o planejamento de médio e longo prazos é fundamental para saúde financeira em situações adversas.

3) Mitigar a deficiência educacional por meio de uma proposta de planejamento financeiro simples, clara e eficaz. Conforme exposto no capítulo 2 desta dissertação, existe uma deficiência no Brasil no que se refere à educação financeira. Trata-se de um assunto que não é parte integrante do dia a dia do brasileiro e certamente impacta na visão de finanças e controle de despesas e receitas. De modo geral, no que se refere à educação, segundo a Globo.com (2018) a classe B¹⁷ é a que mais destina parte de seus rendimentos com educação na região metropolitana de São Paulo. Segundo o levantamento realizado,

¹⁵ A classe D é composta por brasileiros cujos rendimentos estão entre 2 e 4 salários mínimos, ou seja, de R\$ 1.874,01 a R\$ 3.748,00.

¹⁶ A classe E é composta por brasileiros cujos rendimentos compreendem até 2 salários mínimos, ou seja, até R\$ 1.874,01.

¹⁷ A classe B é composta por brasileiros cujos rendimentos estão entre 10 e 20 salários mínimos, ou seja, de R\$ 9.370,01 a R\$ 18.740,00.

as famílias da classe B gastam em média 17,4% do seu orçamento com educação. A classe A¹⁸ aparece em segundo lugar, destinando cerca de 13,2% com estudos. A classe C, por sua vez, direciona pouco mais de 10% de seus gastos com serviços para educação.

Frente aos aspectos expostos, a proposta visa reduzir a vulnerabilidade de planejamento e controle, apresentando um planejamento financeiro pessoal sob medida para o brasileiro classe C.

4.2 Planejamento financeiro pessoal para a classe C

A proposta de planejamento financeiro pessoal para a classe C consiste em 7 Etapas. Estas etapas têm como base as metodologias de planejamento financeiro pessoal de Torralvo e Souza (2018) e da Comissão de Valores Mobiliários expostas no capítulo 3. São elas:

- Etapa 1 – Conhecer a situação financeira atual.
- Etapa 2 – Análise e classificação das despesas para otimização do orçamento.
- Etapa 3 – Construção da reserva de emergência.
- Etapa 4 – Definição dos sonhos/objetivos e prazos.
- Etapa 5 – Proteger o patrimônio.
- Etapa 6 – Realizar e controlar o fluxo financeiro mensal: projetado x realizado.
- Etapa 7 – Agir e monitorar o progresso: controlar.

A seguir cada etapa será detalhada.

4.2.1 Etapa 1 – Conhecer a situação financeira atual

Propõe-se esta etapa em 3 fases. São elas:

¹⁸ A classe A é composta por brasileiros cujos rendimentos estão acima de 20 salários mínimos, ou seja, a partir de R\$ 18.740,01.

Fase 1 – Listar e identificar as receitas e despesas.

No que se refere às receitas, o indivíduo precisa listar as fontes de rendimento, tais como salário, aluguel ou outros. Além disso, é preciso determinar se as receitas são fixas ou variáveis, pois isso influencia diretamente no processo de planejamento financeiro. Se o indivíduo for um funcionário assalariado de empresa no regime CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) o salário é fixo, ao passo que, se for profissional autônomo o rendimento tende a ser variável. No segundo caso é preciso realizar uma estimativa de ganho médio mensal.

Em relação às despesas, o indivíduo precisa listar e classificar entre fixas ou variáveis. Pode-se citar como despesas fixas os gastos com moradia (aluguel, prestação do imóvel, impostos), alimentação, educação, telefonia, parcelas de dívidas e financiamentos em geral. Torralvo e Souza (2018) recomendam que despesas constantes com elevado nível de necessidade sejam tratadas como fixas. Desta forma, considera-se ainda como despesas fixas custos com água, luz, gás e condomínio. No caso das despesas variáveis, cita-se os gastos com lazer (passeios, viagens, teatro), vestuário e gastos pessoais para o bem-estar (tais como cabelereiro e academia).

Pode ser que a princípio o indivíduo não tenha todas as informações necessárias reunidas por nunca ter feito nenhum controle, ou ainda, o tenha feito, mas de maneira incompleta. Desta forma, para que seja capturado todos os rendimentos e despesas do indivíduo, é recomendado que ele faça o seguinte exercício: num mês anote numa folha de papel todas os rendimentos que recebeu assim como os gastos que teve independentemente do valor. Assim, depois ele poderá classificá-los e listá-los com o apoio da Tabela 4.1; e terá uma visão real de sua condição financeira no que se refere à receitas e despesas.

Tabela 4.1 – Levantamento e identificação das receitas e despesas.

Descrição	Valor (R\$)
Receitas	
Rendimento líquido de impostos	
Aluguel	
Outros	
Total Receitas	
Despesas	
Despesas fixas	
Aluguel	
Prestação de imóvel	
Prestação de automóvel	
Condomínio	
Alimentação	
Educação	
Telefonia	
Conta de água	
Conta de luz	
Conta de gás	
Outros	
Total despesas fixas	
Despesas variáveis	
Lazer	
Vestuário	
Bem estar	
Outros	
Total despesas variáveis	
Total despesas	
Fluxo financeiro (receitas – despesas)	

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

É importante destacar que na planilha existe a possibilidade do item “outros” tanto para receitas como para despesas, contudo o indivíduo deve identificar a fonte para ter o controle do rendimento e/ou gasto. Ressalta-se que a planilha contemplou temas macro para exemplificar o que precisa ser feito. O indivíduo, ao fazer este exercício, deve utilizar o máximo de detalhes possível para identificar as receitas e despesas. Desta forma, obterá um fluxo financeiro retratando fielmente a realidade.

Fase 2 – Listar (se houver) e entender as dívidas em geral.

É imprescindível que o indivíduo saiba o quanto do orçamento é consumido por dívidas, seja empréstimos ou financiamentos. Além disso, é importante que ele tenha consciência dos custos que possui com esta dívida, para se for o caso, adquirir empréstimo com taxa de juro mais barata para custear outro com juro elevado; mas para isso, ele precisa saber a taxa de juro.

Adicionalmente, é preciso conhecer a modalidade do crédito, haja vista que os juros são maiores quando há dívidas com o cartão de crédito ou cheque especial. Esta informação é importante pois se o indivíduo precisar optar sobre qual dívida pagar devido algum desequilíbrio financeiro, ele deve escolher estas pois têm o juro elevado.

No caso de dívidas em atraso é possível negociar diretamente com as instituições financeiras desconto e taxa de juro menor no pagamento à vista.

De acordo com a Confederação Nacional do Comércio (2018), a pesquisa sobre endividamento e inadimplência do consumidor apurou que em janeiro de 2018 o percentual de famílias que relataram ter dívidas entre cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguro alcançou 61,3%. Dado que a classe C representa mais da metade da população brasileira este percentual de endividamento é relevante no público. Por isso, é importante que o indivíduo faça um levantamento de suas dívidas. Para poio nesta fase recomenda-se o uso da tabela 4.2.

Para entender as dívidas o indivíduo precisa descrever além do tipo de dívida e taxa de juro embutida, se o empréstimo em questão está ou não em atraso, o valor da parcela e o prazo (em meses) que falta para concluir o pagamento.

Tabela 4.2 – Levantamento e classificação das dívidas.

Identificação da dívida	Taxa de juro	Em atraso (sim/não)	Valor da parcela (R\$)	Prazo (quantidade de parcelas até o término da dívida)
Cartão de Crédito (inclusão para fins de exemplo)	9% ao mês	não	200	18
Cheque Especial				
Cheque Pré-datado				
Empréstimo Pessoal				
Financiamento automóvel				
Financiamento imóvel				
Outros				

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Após este levantamento, recomenda-se renegociar com os credores se houver dívidas em atraso. Orienta-se ainda, para otimização do planejamento financeiro, a pesquisa de mercado no que se refere aos empréstimos que o indivíduo possui. Ele deve se perguntar se há disponível taxa de juro mais baixa para que ele adquira um empréstimo mais barato e quite o mais caro.

É relevante destacar que todas as dívidas devem compor o planejamento financeiro nas despesas fixas e o pagamento deve ser tido como prioritário assim como os demais custos fixos.

Fase 3 – Compreender a necessidade de crédito.

Uma vez elencado as receitas e despesas no fluxo financeiro, o indivíduo poderá identificar se o fluxo está equilibrado, superavitário ou deficitário.

Se estiver deficitário é importante entender o motivo. Caso a origem deste resultado sejam dívidas, como dito acima é importante buscar soluções de crédito no mercado financeiro que sejam adequadas à capacidade financeira e de baixo custo.

4.2.2 Etapa 2 – Análise e classificação das despesas para otimização do orçamento

Realizado o planejamento financeiro pessoal de determinado mês, o indivíduo terá a visualização concreta de todas as despesas. Para otimização do orçamento e redução dos custos, recomenda-se que o indivíduo classifique as despesas em:

1. Desperdício: cuja ação recomendada é eliminar por completo. Desta forma o indivíduo terá este recurso disponível.
2. Supérfluo: a orientação é que o indivíduo analise se este custo é realmente necessário assim como a tempestividade. Em seguida, poderá eliminar ou reduzir de acordo com a decisão tomada.
3. Necessárias: são despesas essenciais para a sobrevivência e dia a dia do indivíduo.

Neste caso a recomendação é que se analise a possibilidade de otimização. Por exemplo, no caso do serviço de internet: é possível pesquisar empresas e avaliar os serviços oferecidos e custos e decidir por uma proposta com o melhor custo-benefício. Recomenda-se a mesma ação para as demais despesas classificadas como necessárias.

Para apoio nesta etapa, apresenta-se a tabela 4.3 com a classificação das despesas e a identificação dos planos de ação.

Tabela 4.3 – Classificação das despesas e definição de plano de ação.

Identificação da despesa	Classificação das despesas (desperdício ou supérfluo ou necessário)	Definição do plano de ação a ser realizado	Prazo
(Exemplo)	Necessário	Consultar empresas X, Y e Z para otimizar os custos.	março/19
Conta Internet			
Despesa “a”			
Despesa “b”			
...			

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Após realização desta etapa o indivíduo otimizou os custos e tende a ter uma sobra de recursos que pode ser utilizada para conquista dos objetivos e metas. Assuntos tratados a seguir.

4.2.3 Etapa 3 – Construção da reserva de emergência

Para estar prevenido quando o assunto é imprevisto é importante que o indivíduo tenha uma reserva de emergência. A recomendação do Portal Itaú Unibanco (2018) é que esta reserva seja constituída por recursos necessários para cobrir o custo de vida por um período de 6 a 12 meses. Ainda, Torralvo e Souza (2008) acrescentam que a constituição desta reserva deve ser considerada como despesa, ou seja, o indivíduo precisa guardar um valor mensal até atingir o recurso necessário.

Esta reserva é fundamental para que o planejamento financeiro seja eficaz, pois se o indivíduo tiver uma emergência como, por exemplo, de saúde ou ainda no conserto do carro poderá recorrer a estes recursos sem a necessidade de desviar fundos de outras linhas do planejamento financeiro pessoal.

Esta, deve ser a primeira reserva que o indivíduo deve constituir para perenidade do planejamento.

Faz-se ainda necessário a constituição de outras reservas de acordo com os objetivos/sonhos do indivíduo. Assunto tratado na próxima etapa.

4.2.4 Etapa 4 – Definição dos sonhos/objetivos e prazos

Para alcançar os sonhos é importante que o indivíduo defina objetivos e, para atingir os objetivos, metas.

Os sonhos correspondem àquilo que o indivíduo deseja realizar como uma viagem, a aquisição de imóvel ou carro, reforma do imóvel, constituição de negócio próprio, aposentadoria privada.

Para conquistar os sonhos é preciso que o indivíduo determine objetivos e para isso ele precisará especificar os objetivos, ordenar por prioridade, determinar prazos e valores. Por exemplo, suponha-se que o indivíduo queria adquirir um veículo, essa é a especificação; dependendo da necessidade este objetivo pode ser o primeiro numa ordem de prioridade. No que se refere a prazo o indivíduo pode definir que deseja o carro em três meses e para isso precisará de R\$ 50.000,00.

Essas definições são relevantes para análise de viabilidade considerando a condição financeira e capacidade de poupança. Pode-se ter todas as diretrizes definidas, mas, em função do fluxo de caixa, não ser possível realizá-la. Por isso o planejamento financeiro é importante, pois ele norteará as decisões e especificações das metas, como, por exemplo, alongar o prazo de um objetivo previsto inicialmente.

Uma vez definidas as diretrizes, o indivíduo poderá calcular o valor mensal necessário para constituir a reserva e assim, com disciplina, realizar o objetivo previsto.

Para apoio nesta etapa, recomenda-se a utilização da tabela 4.4 que corresponde ao planejamento dos objetivos e sonhos.

Tabela 4.4 – Planejamento dos sonhos/objetivos.

Definição do objetivo	Definição de ordem de prioridade	Prazo desejado (em meses)	Valor estimado (em reais)	Valor da reserva mensal necessária (em reais)
Objetivo A				
Objetivo B				
...				

Fonte: Adaptação autora com base na tabela apresentada no Guia CVM de Planejamento Financeiro (2014, p.6).

A análise desta tabela também proporciona ao indivíduo uma reflexão sobre o consumo consciente, pois demonstra em detalhes o esforço financeiro necessário para realizar o sonho definido assim como o prazo. Evidencia-se a importância da disciplina. Qualquer desvio no percurso poderá prorrogar o objetivo ou ainda inviabilizá-lo.

3.2.5 Etapa 5 – Proteger o patrimônio

Proteger o patrimônio é uma etapa fundamental do planejamento financeiro pessoal pois garante a proteção dos bens por meio do seguro. Ainda, viabiliza a eficiência do planejamento, uma vez que se houverem imprevistos os bens terão cobertura específica, evitando, assim, o desvio de recursos de outras reservas.

Pode-se citar algumas coberturas, tais como de vida, automóvel, imóvel, saúde, entre outros. O seguro de vida, por exemplo, é importante e imprescindível para o indivíduo que é a principal fonte de renda de uma família, pois, na falta dele, os familiares contarão com a segurança necessária até a readaptação do orçamento familiar. O seguro automóvel é relevante para qualquer indivíduo pois oferece cobertura desde as mais básicas como batidas e problemas mecânicos até às mais graves como acidentes envolvendo vítimas. Desta forma, o indivíduo estará coberto no caso de imprevistos. Mesmo com o seguro, cita-se como importante a revisão periódica de manutenção do veículo conforme orientações do fornecedor. O seguro de imóvel, por sua vez, garante a coberturas simples e de eventos naturais como enchentes, queda de raios, roubo e furto; fundamental para o

equilíbrio financeiro do indivíduo. Por fim, o seguro saúde, conhecido também como “plano de saúde” garante coberturas como custos de internamentos e cirurgias; coberturas básicas tendo em vista o quadro socioeconômico do Brasil.

Para definição das coberturas necessárias é preciso que o indivíduo faça um levantamento dos bens que possui assim como os respectivos valores de mercado. Essas informações serão fundamentais para encontrar o seguro adequado. Para isso, recomenda-se a utilização da Tabela 4.5.

Tabela 4.5 – Identificação dos bens e definição de coberturas mínimas.

Descrição do bem	Valor de mercado (em reais)	Definição das coberturas mínimas necessárias
Exemplo 1: Carro	R\$ 50.000,00	Seguro de carro: coberturas – roubo, furto, colisão, vítimas.
Exemplo 2: Imóvel	R\$ 250.000,00	Seguro de residência: coberturas – roubo, furto, incidentes naturais, incidentes elétricos, móveis e eletrodomésticos.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Para otimização dos custos, o indivíduo deve realizar pesquisas no mercado para encontrar a melhor relação custo-benefício de todas as coberturas necessárias. Para isso, é importante que o indivíduo defina quais serão as coberturas mínimas necessárias tendo em vista que isto influenciará no custo mensal do seguro.

Tais coberturas, envolverão custos mensais e devem ser contemplados no planejamento financeiro pessoal.

4.2.6 Etapa 6 – Realizar e controlar o fluxo financeiro mensal: projetado x realizado

Dado que o indivíduo identificou as receitas e despesas no fluxo financeiro, o valor necessário para a reserva de emergência, assim como o valor das reservas dos objetivos/sonhos é possível realizar o orçamento mensal projetado para que o planejamento financeiro de fato ocorra. Assim, será possível a verificação se as despesas identificadas de fato são recorrentes ou ainda se existem outras não previstas inicialmente; a mesma análise é válida no que se refere as fontes de rendimento.

Para isso, recomenda-se o uso do planejamento financeiro projetado versus realizado do Guia CVM de Planejamento Financeiro (2014) apresentado no capítulo 3 na Tabela 3.6 – Planejamento Financeiro Pessoal.

Preenchendo-se a planilha o indivíduo terá realizado a projeção do planejamento financeiro. Para controle, é preciso identificar mês a mês se as receitas e despesas mantêm a recorrência assim como os valores projetados.

Esta fase, exige disciplina e é fundamental pois indicará a saúde financeira do indivíduo. Se o resultado do orçamento for positivo, existe capacidade de poupança; se estiver deficitário é sinal de alerta; e se estiver equilibrado é sinal de atenção pois qualquer ação pode fazer com que fique no vermelho.

4.2.7 Etapa 7 – Agir e monitorar o progresso: controlar

Para o planejamento financeiro pessoal ser efetivo é importante que o indivíduo aja e não procrastine. Desta forma, o tempo estará em benefício do indivíduo para que o mesmo atinja seus objetivos/sonhos. É imprescindível que os prazos sejam seguidos com disciplina, para isso o consumo consciente é fundamental.

Monitorar o progresso garante a eficácia do plano. Recomenda-se revisar o planejamento financeiro todos os meses para verificar a inclusão ou exclusão de receitas e despesas e controlar o fluxo financeiro. Se houver alguma mudança é vital que o

indivíduo faça os ajustes necessários para que permaneça no rumo certo - o destino que definiu inicialmente.

Desse modo, a disciplina e controle são essenciais para perpetuidade do planejamento financeiro, pois de nada adianta planejar se o que foi proposto não for cumprido.

4.3 O planejamento financeiro pessoal como ferramenta de saúde financeira para o brasileiro classe C

Para se realizar um planejamento financeiro eficiente e eficaz é preciso se ter certa previsibilidade das receitas e despesas. Esta realidade é relativamente recente para os brasileiros dado o histórico da situação econômica do país.

De acordo com Gonzalez et al (2018, p. 98):

A estabilização econômica só seria conseguida em 1994 a partir do Plano Real. O Plano conseguiu, com sucesso, combater a inflação e estabilizar a economia. Para se ter uma ideia, em junho de 1994, poucos meses antes da mudança da moeda, a inflação alcançava 48% ao mês, passando a 22% ao ano em junho de 1995. O controle da inflação trouxe, sobretudo, maior previsibilidade no cenário nacional. Além disso, permitiu o aumento da renda e a expansão do consumo por parte das famílias. Portanto, o controle inflacionário foi pré-requisito para o aumento da renda e do consumo das famílias que ocorreria posteriormente.

Outro fator fundamental é a educação. Fazendo-se uma analogia, para se ter saúde física é preciso conhecer o corpo e suas limitações assim como quais alimentos devem ser priorizados em detrimento de outros para se ter uma vida saudável e equilibrada. O mesmo se pode dizer da saúde financeira. Primeiro, é preciso conhecer a situação real e suas limitações para assim desenhar o plano de ação a ser seguido e manter-se fiel. Determinar as limitações é fundamental para uma vida financeira equilibrada. De acordo com Gonzalez et al (2018, p. 13) “a educação é certamente, a mudança mais estruturante que aconteceu nas classes C, D e E nas últimas décadas.”

Ainda, segundo Gonzalez et al (2018) é largamente reconhecido que mais e melhor educação gera mais e melhores oportunidades de trabalho, promovendo, então, aumento da renda e acesso a diversos bens e serviços que levam bem-estar às famílias. Além disso, a educação, também promove aumento de produtividade geral da economia, que é o

principal motor de crescimento de longo prazo. Dito de outra forma, a educação é a mais sustentável das políticas de promoção de crescimento de renda e redução das desigualdades. E, mais do que os aspectos puramente económicos, ela também está associada a uma série de outros impactos positivos sobre a qualidade de vida de uma sociedade, como redução de violência e aumento da cidadania.

Pode-se dizer assim que a educação contribuí positivamente e é fundamental para construção do planejamento financeiro, tendo em vista que é necessária noções mínimas de finanças para elaboração do modelo.

Até aqui vimos que a estabilidade económica sobretudo da inflação e juro, é primordial para realização do planejamento financeiro pessoal assim como o acesso à educação.

Outro elemento fundamental no planejamento financeiro pessoal é o rendimento. É a partir dele que os indivíduos realizarão o planejamento e entenderão a capacidade financeira e consequentemente buscarão a saúde financeira.

Tendo em vista a renda, uma ferramenta indispensável ao brasileiro presente no planejamento financeiro é a reserva de emergência. Ela é destinada para cobrir imprevistos e assim evitar que o planejamento dos objetivos seja comprometido. De acordo com Gonzalez et al (2018) os brasileiros acabam tendo que lidar com uma oscilação frequente da renda, o que dificulta o planejamento e impede a construção de ativos de longo prazo. De fato, o que vemos no cotidiano das famílias pobres é uma grande intermitência nos acessos: começam a construir a casa, mas logo um imprevisto ocorre e acabam interrompendo a obra no meio. Assim, muitos planos de longo prazo acabam interrompidos porque a resiliência das famílias diante de imprevistos é baixa.

Em suma, como exposto no início do capítulo, a especificidade do público classe C para o planejamento financeiro justifica-se devido às particularidades no que se refere ao consumo, controle de gastos e educação em relação às demais classes sociais do país.

Têm-se assim, a justificação da importância de um planejamento financeiro para os brasileiros classe C como ferramenta para a saúde financeira.

A priori o planejamento financeiro irá auxiliar no conhecimento da real situação financeira por meio da descrição das receitas e despesas. Este panorama mostrará se a condição do indivíduo é equilibrada, deficitária ou superavitária. Esta fase inicial também é fundamental para o indivíduo conhecer as dívidas, se houver, e ser protagonista em pesquisar melhores condições no mercado para otimizar o fluxo financeiro. Estes dados também apresentarão quais são as maiores despesas do indivíduo e ele poderá analisar se realmente são necessárias; caso contrário, poderá tomar medidas saneadoras.

A primeira e segunda etapa do planejamento financeiro - conhecer a situação financeira atual e analisar e classificar as despesas para otimização do orçamento, respectivamente – são essenciais para o brasileiro classe C dado o contexto exposto neste trabalho. É preciso conhecer para poder ter qualquer tipo de atuação. As tabelas auxiliarão na construção e acompanhamento do fluxo.

Ainda, como apresentado nesta dissertação, dado a memória inflacionária, o brasileiro de modo geral não tem o hábito de poupar. Isso faz com que no caso de imprevistos o orçamento fique comprometido. Por isso, a terceira etapa do planejamento financeiro - construção da reserva de emergência – é tão importante para os brasileiros classe C. Dado que tendo esta reserva, no caso de eventualidades, os objetivos programados assim como o orçamento como um todo, sobretudo as dívidas, não estarão implicados.

A quarta etapa do planejamento financeiro - definição dos sonhos/objetivos e prazos – é vital para os brasileiros classe C pois remete-se às conquistas. De acordo com Pimentel (2012) o grande sonho de consumo dos brasileiros classe C é a casa própria; a compra do imóvel é o desejo de 45% dos homens e 40% das mulheres dessa classe. A compra do carro aparece em segundo lugar, sendo apontado por 34% dos homens e 30% das mulheres.

Assim o planejamento financeiro pessoal é uma ferramenta essencial para organização e programação dos sonhos. Uma vez definido os objetivos e ordem de

prioridade o indivíduo pode começar a poupar mensalmente até atingir a meta. Visualizar o saldo desta reserva também é uma forma de engajamento dado que no futuro irá refletir uma conquista.

Uma vez conquistado o bem é importante protegê-lo de imprevistos. Para isso a quinta etapa do planejamento financeiro – proteger o patrimônio é elementar. De acordo com o Portal Infomoney (2016) uma das principais causas de endividamento é a falta de planejamento. E planejamento não está apenas relacionado em ter controle dos gastos presentes, mas também se prevenir para imprevistos que podem acontecer no futuro. O seguro de carro, por exemplo, protege o automóvel em caso de roubo ou acidente, já o seguro de vida oferece proteção financeira em caso de imprevistos na vida do indivíduo. E essa proteção não beneficia apenas o indivíduo que contrata o serviço, mas também seus beneficiários/herdeiros. Na prática, ao contratar, por exemplo, uma apólice de um seguro de vida, o indivíduo transfere riscos inerentes à pessoa para a seguradora. Por isso o seguro de vida deve compor o planejamento financeiro.

Outra etapa fundamental do planejamento é o controle mensal do fluxo financeiro: projetado versus realizado. Esta etapa é importante pois evidencia ao indivíduo se há distorções. A partir daí o indivíduo tem insumos para tomar decisões. Este controle é importante dado o consumo da classe C.

O controle e planejamento do consumo é crucial para a saúde financeira do brasileiro classe C. Isto posto, o planejamento financeiro pessoal é a ferramenta adequada.

É importante salientar que para que haja sucesso no planejamento é necessário que o indivíduo siga todas as etapas do planejamento financeiro, inclusive, a sétima e última etapa do planejamento financeiro que corresponde a agir e monitorar o progresso.

Conclusão

O objetivo geral deste trabalho consistiu em propor um modelo de planejamento financeiro pessoal para o brasileiro da classe C, que facilite o controle e acompanhamento de seu orçamento possibilitando o planejamento de objetivos de curto, médio e longo prazos, fornecendo ferramentas para auxiliar nesta disciplina, proporcionando assim, a saúde financeira. A classe C foi selecionada devido sua representatividade. De acordo com o Fellet (2010) a classe C, também chamada de “nova classe média”, engloba 50,5% dos brasileiros. Ainda, observando-se as classes sociais no Brasil, segundo o Portal da Revista Veja (2012) a única que gasta mais do que ganha é a C. Frente ao exposto, identificou-se o público foco para o planejamento financeiro pessoal.

Os objetivos específicos desta dissertação consistiam em:

1. Apresentar um panorama do planejamento financeiro envolvendo a relação do dinheiro e as necessidades humanas; orçamento e fluxo de caixa; função e benefícios; influências no processo decisório.
2. Expor o contexto do planejamento financeiro no Brasil: impactos da inflação e juro, panorama da educação financeira, classes sociais e cenário de consumo.
3. Verificar modelos de planejamento financeiro pessoal, indicados pelos autores de finanças e entidades financeiras.
4. Apresentar uma proposta de planejamento financeiro para o brasileiro da classe C.

No capítulo 1 deste trabalho foram expostos os resultados obtidos referentes ao objetivo específico 1. A relação que todo ser humano tem com o dinheiro é intrínseca à sua sobrevivência. Para se alimentar precisam-se recursos para adquirir o alimento desejado. No que se refere à moradia, é preciso investir para obter um imóvel. Estes são apenas alguns exemplos que expressam a relação de dependência que todo o indivíduo tem com o dinheiro e que tem por base a satisfação de um número vasto de necessidades.

Para atender estas necessidades de forma organizada no que se referem aos recursos destinados para tal, deve-se utilizar meios de controle.

O orçamento juntamente com o fluxo de caixa são métodos a serem utilizados para controle do uso do dinheiro que se complementam entre si. A principal diferença entre as duas ferramentas refere-se à data em que uma despesa ou receita é lançada, e, portanto, reconhecida na ferramenta. Segundo Paula (2013) o orçamento utiliza o chamado regime de competência, enquanto o fluxo de caixa utiliza o regime de caixa. Optou-se pelo fluxo de caixa neste projeto pois este método reflete a realidade das despesas e receitas em períodos determinados. Com este modelo será possível avaliar necessidades de empréstimo (caso a despesa seja maior que a receita) e possibilidades de investimento (caso a receita seja maior que despesa), considerando sempre o contexto geral das dívidas. Além disso, segundo Paula (2013) garante-se um histórico da vida financeira do indivíduo, possibilitando projetar períodos futuros.

No que se refere à função, o planejamento financeiro apoia e proporciona insumos para o entendimento e conscientização da situação financeira do indivíduo e o auxilia na tomada de decisões financeiras. Afinal, como expresso por Reis (cit. in Deming, 2018) “não se gerência o que não se mede, não se mede o que não se define, não se define o que não se entende, e não há sucesso no que não se gerência”.

Ainda, o exercício prático do planejamento financeiro pessoal proporciona alguns benefícios ao indivíduo. Segundo Torralvo e Souza (2008), são eles: aquisição da cultura de disciplina de gastos, aprimoramento do processo de tomada de decisão, racionalização do uso do dinheiro, prevenção contra situações inesperadas, formação de uma poupança para a aposentadoria, independência financeira, sentimento de liberdade e de melhoria na qualidade de vida.

A aquisição da cultura e disciplina de gastos é obtida por meio do controle contínuo do uso de recursos financeiros com base em objetivos definidos. Assim, decisões como: poupar ou consumir e antecipar o consumo ou retardar tornam-se menos complexas uma vez que as metas estão estipuladas fazendo com que uma renúncia no presente seja justificada por um ganho conhecido no futuro.

O processo de decisões de consumo envolve além das necessidades pessoais, diferenças individuais, influências ambientais e aspectos psicológicos de cada indivíduo. Frente ao exposto, é importante que o indivíduo consiga identificar com clareza quais são os principais fatores que influenciam a tomada de decisão de consumo para que possa ajustá-los, amenizá-los ou eliminá-los com propósito de agir de acordo com os seus respectivos objetivos e condições financeiras, evitando precipitações que levem a compra por impulso ou outras atitudes que comprometam o planejamento financeiro pessoal.

Pode-se citar que os resultados da conscientização e realização do planejamento financeiro possuem relação intrínseca com o desenvolvimento da economia de um país. Pois, quando existe capacidade de poupança é possível aumentar o consumo e o investimento. Aumentado o consumo, as empresas precisarão produzir mais e para produzir acima do previsto será necessário a contratação de mais pessoas. Para isso, será preciso realizar investimentos que só poderão ocorrer se houver capacidade de poupança no país.

Em continuidade, o capítulo 2 apresenta os resultados obtidos referentes ao objetivo específico 2. No Brasil a inflação e a taxa de juro possuem uma relação intrínseca. A taxa de juro é o principal instrumento que o governo utiliza para controlar a inflação e consequentemente o consumo. Por isso, é importante conhecer o âmbito da inflação e da taxa de juro no Brasil para compreender os respectivos impactos no planejamento financeiro pessoal.

É importante destacar que houve quinze anos de inflação alta no Brasil. Os preços eram remarcados pelos comerciantes, e a população para evitar os preços cada vez mais altos, adquiriam os produtos sempre que tinham recursos disponíveis, pois poupar tinha uma conotação negativa. Quem guardasse dinheiro para o dia seguinte poderia não conseguir adquirir o bem ou serviço previsto pois, devido a inflação, o preço havia aumentado. Desse modo, não havia condições favoráveis para realização de um planejamento financeiro eficaz. Ainda, as mudanças de planos económicos com alteração das moedas influenciaram no modo como os indivíduos compreendem o dinheiro e consequentemente sua utilização. É fato afirmar que a hiperinflação contribuiu de forma

sistemática para o pensamento de curto prazo no brasileiro. O cenário mudou a partir de 1994 com o Plano Real, mas é desafiador superar um quadro de instabilidade persistente.

Outro fator proeminente no Brasil é a desigualdade apontada de pelo Índice de Gini, que em 2017 correspondeu a 0,549. O Índice de Gini é utilizado para mensurar a desigualdade de rendimento, apontando se há muita ou pouca diferença entre os mais pobres e os mais ricos de um determinado país ou região. Os valores deste coeficiente são representados entre 0 e 1, em que, quanto mais próximo de zero menor é a desigualdade social, sendo 1 o máximo de desigualdade possível. Observando-se o Índice de Gini e seu conceito é possível afirmar que o Brasil possui grandes desafios no que se refere a distribuição do rendimento.

Prosseguindo o escopo do trabalho, o capítulo 3 exibe os resultados referentes ao objetivo específico 3. Apresenta-se quatro modelos de planejamentos financeiro pessoal, sendo um considerando uma revisão bibliográfica de Torralvo e Souza (2008), outro tendo como base orientações do órgão de regulamentação financeira CVM (Comissão de Valores Mobiliários), outro capturando a tendência de aplicativo Mobills e, por fim, o último proposto por um banco privado tradicional no Brasil – Itaú Unibanco.

Pode-se afirmar, comparativamente, que os modelos que se apresentaram mais completos foram os de Torralvo e Souza (2008) e o da CVM – Comissão de Valores Mobiliários. Destaca-se que o modelo apresentado pelo Itaú Unibanco corresponde a recomendações para situações específicas e não um modelo de planejamento financeiro em etapas. Evidencia-se que o modelo do Mobills deixou a desejar na reserva de emergência, em recomendações de seguros em geral, nas recomendações e orientações sobre dívidas e em orientações para corrigir desvios no planejamento financeiro pessoal.

Por fim, o capítulo 4 apresenta o modelo de planejamento financeiro para a classe C, apurando o objetivo específico 4. A proposta de planejamento financeiro pessoal foi elaborada em sete etapas tendo como base as metodologias de planejamento financeiro pessoal de Torralvo e Souza (2018) e da Comissão de Valores Mobiliários. São elas: Etapa 1 – Conhecer a situação financeira atual; Etapa 2 – Análise e classificação das despesas para otimização do orçamento; Etapa 3 – Construção da reserva de emergência;

Etapa 4 – Definição dos sonhos/objetivos e prazos; Etapa 5 – Proteger o patrimônio; Etapa 6 – Realizar e controlar o fluxo financeiro mensal: projetado x realizado; Etapa 7 – Agir e monitorar o progresso: controlar.

A primeira e segunda etapa do planejamento financeiro - conhecer a situação financeira atual e analisar e classificar as despesas para otimização do orçamento, respectivamente – são essenciais para o brasileiro classe C dado o contexto exposto neste trabalho. É preciso conhecer para poder ter qualquer tipo de atuação. As tabelas apresentadas nesta dissertação auxiliarão na construção e acompanhamento do fluxo.

Ainda, como exposto neste trabalho, dado a memória inflacionária o brasileiro de modo geral não tem o hábito de poupar. Isso faz com que no caso de imprevistos o orçamento fique comprometido. Por isso, a terceira etapa do planejamento financeiro - construção da reserva de emergência – é tão importante para os brasileiros classe C. Constituindo esta reserva, os objetivos e metas ficam protegidos. Se houver algum imprevisto o recurso desta reserva será direcionado, protegendo o orçamento.

A quarta etapa do planejamento financeiro - definição dos sonhos/objetivos e prazos – é vital para os brasileiros classe C pois remete-se às conquistas. Uma vez definido os objetivos e ordem de prioridade o indivíduo pode começar a poupar mensalmente até atingir a meta. Visualizar o saldo desta reserva também é uma forma de engajamento dado que no futuro irá refletir uma conquista. Uma vez conquistado o bem é importante protegê-lo de imprevistos. Para isso, a quinta etapa do planejamento financeiro – proteger o patrimônio é elementar.

Outra etapa fundamental do planejamento é o controle mensal do fluxo financeiro: projetado versus realizado. Esta etapa é importante pois evidencia ao indivíduo se há distorções. A partir daí o indivíduo tem insumos para tomar decisões. Este controle é importante dado o consumo da classe C.

O controle e planejamento do consumo é crucial para a saúde financeira do brasileiro classe C. Isto posto, o planejamento financeiro pessoal é a ferramenta adequada. É importante salientar que para que haja sucesso no planejamento é necessário que o

indivíduo siga todas as etapas do planejamento financeiro, inclusive, a sétima e última etapa do planejamento financeiro que corresponde a agir e monitorar o progresso.

Bibliografia

B3 (2018). Perfil e histórico. [Em linha]. Disponível em <<http://ri.bmfbovespa.com.br/static/ptb/perfil-historico.asp?idioma=ptb>>. [Consultado em 29/08/2018].

Baldocchi, G. (2018). Qual é o mínimo? [Em linha]. Disponível em <<https://www.istoedinheiro.com.br/qual-e-o-minimo/>>. [Consultado em 01/09/2018]

Banco Central do Brasil (2018). Histórico das taxas de juros. [Em linha]. Disponível em <<https://www.bcb.gov.br/Pec/Copom/Port/taxaSelic.asp#notas>>. [Consultado em 07/08/2018]

Banco Central do Brasil (2018). Segundo pesquisa, brasileiro não tem hábito de poupar e não se planeja financeiramente. [Em linha]. Disponível em <<https://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/noticias/200>>. [Consultado em 10/08/2018]

Bijora, H. (2018). Como usar o mobillis para controle de contas e gastos do mês. [Em linha]. Disponível em <<https://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/2018/01/como-usar-o-mobills-para-controle-de-contas-e-gastos-do-mes.ghml>> - bijora / 2018>. [Consultado em 13/12/2018]

Caderno de Educação Financeira e Gestão de Finanças Pessoais do Banco Central do Brasil (2013). [Em linha]. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf>. [Consultado em 30/07/2018].

Caderno Escolhas e Dinheiro do Itaú Unibanco (2018). Um estudo sobre o comportamento e decisões financeiras. [Em linha]. Disponível em <https://www.itaubr.com.br/_arquivosstaticos/Itaui/PDF/Sustentabilidade/Escolhas_e_Dinheiro_Educacao_Financeira.pdf>. [Consultado em 13/10/2018]

Cardoso, L. (2018). Brasil tem taxa de juros do cartão de crédito mais alta do mundo. [Em linha]. Disponível em <<https://extra.globo.com/noticias/economia/brasil-tem-taxa-de-juros-do-cartao-de-credito-mais-alta-do-mundo-23005528.html>>. [Consultado em 10/09/2018]

Confederação Nacional do Comércio (2018). Percentual de famílias com dívidas apresenta a segunda queda consecutiva em dezembro de 2018. [Em linha]. Disponível em <<http://fecomercio-ro.websiteseuro.com/site/index.php/2016-09-02-06-09-26/noticias-fecomercio/item/964-percentual-de-familias-com-dividas-apresenta-a-segunda-queda-consecutiva-em-dezembro-de-2018>>. [Consultado em 25/01/2019]

Corrêa, M. (2017). Brasil é o 10º país mais desigual do mundo. [Em linha]. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/economia/brasil-o-10-pais-mais-desigual-do-mundo-21094828>>. [Consultado em 10/09/2018]

Cotias, A. (2017). Educação financeira falha em ampliar poupança no Brasil. [Em linha]. Disponível em <<https://www.valor.com.br/financas/5187077/educacao-financeira-falha-em-ampliar-poupanca-no-brasil>>. [Consultado em 10/09/2018]

Dicionário Financeiro (2018). [Em linha]. Disponível em <<https://www.dicionariofinanceiro.com/planejamento-financeiro/>>. [Consultado em 07/08/2018].

Dicionário Online (2018). [Em linha]. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/>>. [Consultado em 07/08/2018].

Fellet, J. (2010). Consumo da classe C cresce sete vezes desde 2002, diz estudo. [Em linha]. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/12/101217_classec_consumo_jf>. [Consultado em 06/09/2018].

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (2018). O que é o FGTS? [Em linha]. Disponível em <<http://www.fgts.gov.br/Pages/sou-trabalhador/o-que.aspx>>. [Consultado em 21/12/2018].

Folha de São Paulo (1997). A moratória de 1987. [Em linha]. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/2/20/dinheiro/4.html>>. [Consultado em 15/05/2019].

Folha de São Paulo (2014). País teve vários planos econômicos para controlar a inflação; conheça. [Em linha]. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/06/1477505-pais-teve-varios-planos-economicos-para-controlar-a-inflacao-conheca.shtml>>. [Consultado em 15/05/2019].

Frankenberg, L. (2002). Guia Prático para cuidar do seu orçamento. Rio de Janeiro, Editora Campus.

Giaretta, M. (2011). Planejamento financeiro pessoal: uma proposta de controle de fluxo de caixa para orçamento familiar. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Gitman, L. (2010). Princípios da Administração Financeira. São Paulo, Editora Pearson.

Globo.com (2018). Classe B é a que mais gasta com educação em SP, diz pesquisa. [Em linha]. Disponível em <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/09/classe-b-e-que-mais-gasta-com-educacao-em-sp-diz-pesquisa.html>>. [Consultado em 19/04/2019].

Gonzales, L., Prado, M. e Deak, M. (2018). O Brasil mudou mais do que você pensa. FGV Editora.

Guia CVM de Planejamento Financeiro (2014). 1ª Edição, Rio de Janeiro. [Em linha] Versão digital disponível em < http://www.investidor.gov.br/portaldoinvestidor/export/sites/portaldoinvestidor/guiafinanceiro/GUIA_planejamento_financeiro.pdf>. [Consultado em 12/10/2018].

IBGE – Portal Sidra. (2018). [Em linha]. Disponível em < <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5801>>. [Consultado em 06/09/2018].

IBGE (2018). Séries históricas - índice de Gini. [Em linha]. Disponível em < https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&de=16&no=6>. [Consultado em 01/09/2018]

ICF - Instituto de Coachig Financeiro Home Page. [Em linha]. Disponível em < <http://www.coachfinanceiro.com/porta/o-dinheiro-nossas-emocoes/>>. [Consultado em 18/08/2018].

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social Home Page. [Em linha]. Disponível em <<https://www.inss.gov.br/>>. [Consultado em 12/01/2019].

Jornal o Globo (2018). Como os governos controlam a inflação?. [Em linha]. Disponível em <<http://estaticog1.globo.com/2013/05/inflacao/page5/?q=>>>. [Consultado em 06/09/2018]

Júnior, A. (2009). Brasil: a trajetória de um país forte. São Paulo, Editora Trevisan.

Moreira, D. (2012). Sete curiosidades sobre a história da poupança. [Em linha]. Disponível em < <https://exame.abril.com.br/economia/7-curiosidades-sobre-a-historia-da-poupanca/>>. [Consultado em 13/10/2018].

Neto, A. e Tibúrcio, C. (2002). Administração de Capital de Giro. São Paulo, Editora Atlas.

Nicacio, A. (2010). A Classe C vai ao paraíso. [Em linha]. Disponível em <https://istoe.com.br/96820_A+CLASSE+C+VAI+AO+PARAISO/>. [Consultado em 04/03/2019].

Paula, G. (2013). Entendendo a diferença entre o regime de caixa e regime de competência. [Em linha]. Disponível em <<https://www.treasy.com.br/blog/diferenca-entre-regime-de-caixa-e-regime-de-competencia/>>. [Consultado em 11/08/2018]

Periard, G. (2011). A hierarquia de necessidades de Maslow. [Em linha]. Disponível em <<http://www.sobreadministracao.com/a-piramide-hierarquia-de-necessidades-de-maslow/>>. [Consultado em 06/08/2018].

Pesquisa CNC – Endividamento e inadimplência do consumidor. (2018). Disponível em <http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/analise_peic_janeiro_2018_2.pdf>. [Consultado em 12/02/2019].

Pimentel, F. (2012). Imóvel é o maior sonho de consumo da Classe C. [Em linha]. Disponível em <<https://www.infomoney.com.br/imoveis/noticia/2535398/imovel-maior-sonho-consumo-classe>>. [Consultado em 04/03/2019].

PNUD Brasil (2018). Brasil. [Em linha]. Disponível em <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/countryinfo.html>>. [Consultado em 01/09/2018]

Portal Brasil (2018). Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). [Em linha]. Disponível em <<http://www.portalbrasil.net/ipca.htm>>. [Consultado em 06/09/2018]

Portal Brasil (2018). Salário Mínimo. [Em linha]. Disponível em <<https://www.portalbrasil.net/salariominimo.htm>>. [Consultado em 01/09/2018]

Portal da Caixa (2018). Bolsa Família. [Em linha]. Disponível em <<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>>. [Consultado em 29/08/2018]

Portal do investidor (2018). O que é a CVM? [Em linha]. Disponível em <http://www.investidor.gov.br/menu/Menu_Investidor/a_cvm/ACVM.html>. Consultado em 12/10/2018]

Portal Educação (2018). Urgente, Importante e Prioridade: Qual a Diferença? [Em linha]. Disponível em <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/conteudo/urgente/62077>>. [Consultado em 04/03/2019]

Portal Efetividade (2019). Como a educação financeira pode impactar suas finanças? [Em linha]. Disponível em <<http://www.efetividade.blog.br/como-educacao-financeira-pode-impactar-suas-financas/>>. [Consultado em 15/05/2019].

Portal Governo do Brasil (2009). Cheque especial. [Em linha]. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2009/11/cheque-especial>>. [Consultado em 12/10/2018]

Portal Governo do Brasil (2017). Classe C já é maioria da população do País. [Em linha]. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/03/classe-c-passou-a-ser-maioria-da-populacao-brasileira-em-2011>>. [Consultado em 06/09/2018]

Portal Infomoney (2016). A importância do seguro de vida para seu planejamento financeiro. [Em linha]. Disponível em <<https://www.infomoney.com.br/conteudopatrocinado/seguro-de-vida/noticia/5394542/importancia-seguro-vida-para-seu-planejamento-financeiro>>. [Consultado em 04/03/2019].

Portal Itaú Unibanco (2018). Planejamento financeiro. [Em linha]. Disponível em <<https://www.italy.com.br/usoconsciente/>>. [Consultado em 12/10/2018].

Portal Mobillis Home Page. [Em linha]. Disponível em <<https://www.mobills.com.br/>>. Consultado em [12/10/2018].

Portal Revista Veja (2012). Classe C é a única que gasta mais do que ganha, diz pesquisa. [Em linha]. Disponível em <<https://veja.abril.com.br/economia/classe-c-e-a-unica-que-gasta-mais-do-que-ganha-diz-pesquisa/>>. [Consultado em 06/09/2018]

Portal UOL (2018). 10% da população concentrava 43,3% da renda do país em 2017, diz IBGE. [Em linha]. Disponível em <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/04/11/concentracao-renda-ibge.htm>>. [Consultado em 29/08/2018].

Reis, F. (2018). Planejamento Financeiro: qual a importância de planejar as finanças. [Em linha]. Disponível em <<https://blog.magnetis.com.br/planejamento-financeiro-a-importancia-de-planejar-as-financas/>>. [Consultado em 20/08/2018]

Ribeiro (2016). Quando se trata de educação financeira, Brasil fica mal na foto. [Em linha]. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/economia/negocios/quando-se-trata-de-educacao-financeira-brasil-fica-mal-na-foto-20385966>>. [Consultado em 07/09/2018]

Rossi, P. (2018). Como os governos controlam a inflação. [Em linha]. Disponível em <<http://g1.globo.com/economia/inflacao-como-os-governos-controlam/platb/>>. [Consultado em 06/09/2018]

Santiago, E. (2011). Déficit público. [Em linha]. Disponível em <<https://www.infoescola.com/economia/deficit-publico/>>. [Consultado em 15/05/2019].

Serrano, D. (2011). Teoria de Maslow - A Pirâmide de Maslow. [Em linha]. Disponível em < <http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos/maslow.htm>>. [Consultado em 06/08/2018].

Silva, A., Paixão, R. e Mota F. (2014). Planejamento financeiro pessoal. Uma abordagem sobre as contribuições da administração financeira na gestão dos recursos pessoais. Natal, XXI Congresso Brasileiro de Custos.

SUSEP- Superintendência de Seguros Privados (2018). Glossário. [Em linha]. Disponível em < <http://www.susep.gov.br/menu/informacoes-ao-publico/glossario>>. [Consultado em 28/12/2018].

Toledo, E. (2012). Saiba mais para gastar menos. São Paulo, Editora Alaude.

Torralvo, C. e Souza, A. (2008). Aprenda a administrar o próprio dinheiro. São Paulo. Editora Saraiva.

Torralvo, C. et alii (2018). Planejamento Financeiro Pessoal e Gestão do Patrimônio. São Paulo, Editora Manole.

Varzini, B. (2017). Educação Financeira: seu comportamento é sua definição de riqueza. [Em linha]. Disponível em <<https://dinheirama.com/educacao-financeira-comportamento-definicao-riqueza/>>. [Consultado em 10/03/2019].

Vilas Bôas, B. (2018). Estudos apontam que até 900 mil pessoas deixaram classes A e B. [Em linha]. Disponível em <<https://www.valor.com.br/brasil/5515501/estudos-apontam-que-ate-900-mil-pessoas-deixaram-classes-e-b>>. [Consultado em 01/09/2018].


Villa, M. (2018). Desemprego no Brasil impõe novos hábitos de consumo para a classe C. [Em linha]. Disponível em <https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2018/01/08/internas_economia,929350/desemprego-no-brasil-impoe-novos-habitos-de-consumo-para-a-classe-c.shtml>. [Consultado em 19/04/2018].

Villela, G. (2017). Plano Collor confiscou a poupança, e Brasil mergulhou na hiperinflação. [Em linha]. Disponível em < <https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/plano-collor-confiscou-poupanca-brasil-mergulhou-na-hiperinflacao-15610534>>. [Consultado em 10/03/2019].

Winograd, A. (2009). Alfabetização Financeira. São Paulo, Editora Novatec.

Anexo A

Figura 1.2 – Fluxo de caixa pessoal



		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
		Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor

RECEITAS		Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
RECEITAS	Salário												
	Aluguel												
	Pensão												
	Horas extras												
	13º salário												
	Férias												
	Outros												
	Total	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

INVESTIMENTOS		Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
INVESTIMENTOS Insira aqui o montante mensal que você destinará aos seus investimentos	Ações												
	Tesouro Direto												
	Renda fixa												
	Previdência privada												
	Outros												
	Total	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
% sobre Receita		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	

DESPESAS		Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
FIXAS Aqueles que têm o mesmo montante mensalmente	Habitação	Aluguel											
		Condomínio											
		Prestação de casa											
		Seguro da casa											
		Dianista											
		Mensalista											
	Transporte	Prestação do carro											
		Seguro do carro											
	Saúde	Seguro saúde											
		Plano de saúde											
	Educação	Colégio											
		Faculdade											
	Impostos	IPJU											
		IPVA											
Outros	Seguro de vida												
	Total despesas fixas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
% sobre Receita		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	
VARIÁVEIS Aqueles que acontecem todos os meses mas podemos tentar reduzir	Habitação	Luz											
		Água											
		Telefone											
		Telefone Celular											
		Gás											
		Mensalidade TV											
		Internet											
	Transporte	Metrô											
		Ônibus											
		Combustível											
	Alimentação	Estacionamento											
		Supermercado											
		Feira											
	Saúde	Padaria											
		Medicamentos											
	Cuidados pessoais	Cabeleireiro											
		Manicure											
		Esteticista											
Academia													
Outros	Clube												
	Total despesas variáveis	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
% sobre Receita		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	
EXTRAS São as despesas extraordinárias, para as quais precisamos estar preparados quando acontecerem	Saúde	Médico											
		Dentista											
		Hospital											
	Manutenção/prevenção	Carro											
		Casa											
	Educação	Material escolar											
Uniforme													
Total despesas extras		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
% sobre Receita		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	
ADICIONAIS Aqueles que não precisam acontecer todos os meses	Lazer	Viagens											
		Cinema/teatro											
		Restaurantes/bares											
		Locadora DVD											
	Vestutrio	Roupas											
		Calçados											
		Acessórios											
	Outros	Presentes											
Total despesas adicionais		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
% sobre Receita		#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	
SALDO	Receita	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Investimentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Despesas fixas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Despesas variáveis	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Despesas extras	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Despesas adicionais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Saldo		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: B3 (2018).

Anexo B

Figura 3.1 – *Dashboard* aplicativo Mobills no Smartphone.



Fonte: Portal Mobills (2018).

Anexo C

Tabela 3.7 – Planilha de orçamento pessoal Mobills.

Planilha de Orçamento Pessoal

	JAN	FEV	MAR	ABRIL	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
Saldo Inicial													
Renda Total	\$ 6.702,00	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ 5.987,00
Despesas Totais	\$ 5.359,00	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ 200,00
Resultado Líquido	\$ 1.343,00	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ 100,00
Saldo Projetado	\$ 1.343,00	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ 300,00
Rendimentos													
Salários	\$ 5.987,00												\$ 5.987,00
Rendimentos de investimentos	\$ 200,00												\$ 200,00
Dividendos	\$ 100,00												\$ 100,00
Pensão	\$ 300,00												\$ 300,00
Outros	\$ 115,00												\$ 115,00
TOTAL	\$ 6.702,00												
Economias													
Fundo de emergência	\$ 500,00												\$ 500,00
Aposentadoria	\$ 100,00												\$ 100,00
Investimentos	\$ 55,00												\$ 55,00
Outros	\$ 300,00												\$ 300,00
TOTAL	\$ 955,00												
Despesas													
Casa													
Aluguel/Financiamento	\$ 2.250,00												\$ 2.250,00
Seguro	\$ 25,00												\$ 25,00
Energia	\$ 40,00												\$ 40,00
Água	\$ 44,00												\$ 44,00
Telefone	\$ 20,00												\$ 20,00
Tv	\$ 15,00												\$ 15,00
Internet	\$ -												\$ -
Mobílias	\$ 29,00												\$ 29,00
Manutenção	\$ -												\$ -
Melhorias	\$ -												\$ -
Outros	\$ -												\$ -
	\$ 2.423,00	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
Transporte													
Parcelas do Carro	\$ 250,00												\$ 250,00
Seguro do Carro	\$ 100,00												\$ 100,00
Combustível	\$ 100,00												\$ 100,00
Transporte Público	\$ -												\$ -
Reparos/Manutenção	\$ -												\$ -
Licença e impostos	\$ 100,00												\$ 100,00
	\$ 550,00	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
Vida Diária													
Supermercado	\$ 250,00												\$ 250,00
Crianças	\$ 100,00												\$ 100,00
Jantar Fora	\$ 100,00												\$ 100,00
Roupas	\$ -												\$ -
Limpeza	\$ -												\$ -
Salão	\$ 100,00												\$ 100,00
PetShop	\$ 101,00												\$ 101,00
	\$ 651,00	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
Entretenimento													
Cinema/Netflix	\$ 250,00												\$ 250,00
Shows	\$ 100,00												\$ 100,00
Esportes	\$ 100,00												\$ 100,00
Outras Atividades	\$ -												\$ -
	\$ 450,00												\$ -
Saúde													
Seguro de Saúde	\$ 65,00												\$ 65,00
Academia	\$ 20,00												\$ 20,00
Médico/Dentista	\$ -												\$ -
Remédios	\$ -												\$ -
Veterinário	\$ -												\$ -
Seguro de Vida	\$ -												\$ -
	\$ 85,00	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
Férias/Viagens													
Passagens	\$ 450,00												\$ 450,00
Acomodações	\$ 250,00												\$ 250,00
Cornida	\$ 200,00												\$ 200,00
Lembrancinhas	\$ 50,00												\$ 50,00
Animais	\$ 100,00												\$ 100,00
Aluguel de Carro	\$ 150,00												\$ 150,00
	\$ 1.200,00	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -
TOTAL	\$ 5.359,00	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -	\$ -

Fonte: Portal Mobills (2018).